



Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH
Departamento de História

POLÍTICA AGRÁRIA E IMIGRATÓRIA NAS COLÔNIAS
JAPONESAS DE SANTA CATARINA (1961-1978).

Monografia apresentada como pré-requisito à obtenção do título de bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Dr. João Klug
Acadêmico: André Souza Martinello

Florianópolis, fevereiro de 2007.

Como forma de gratidão e admiração, dedico
essa monografia a minha mãe Geni,
a namorada Luciana e
a professora Vera Lúcia N Dias.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar os mais profundos agradecimentos, a todas as pessoas que conviveram ao meu lado em algum momento desses dois anos de pesquisa sobre os japoneses em Santa Catarina. Antes de cometer qualquer esquecimento, sou grato a quem de alguma forma auxiliou.

Os momentos iniciais e primeiros contatos da pesquisa foram importantes para que a “idéia não morresse”, principalmente pelos raros materiais disponíveis na época. Por isso, agradeço: ao historiador-investigador Osni Machado (ex-funcionário do IRASC), aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e do Arquivo História da Assembléia Legislativa do Estado (ALESC). Agradeço a companheira amável Luciana B M e a meu pai Sadi, quando da nossa primeira visita, a um núcleo japonês do Estado em dezembro de 2005 e dos demais (e fundamentais) trabalhos de campo realizados.

Ao professor João Klug, agradeço a todo o processo de orientação da monografia. Ao professor Adriano Larentes Silva agradeço a experiência como monitor de História Medieval. Aos professores Paulo Pinheiro Machado, Henrique Espada Lima, Adriano Luiz Duarte e Joana Maria Pedro, agradeço: os empréstimos de livros, e materiais, as conversas, correspondências eletrônicas e atenção. Estendo agradecimento aos demais professores do Departamento de História da UFSC. Na UDESC, devo agradecimento a Gláucia Oliveira Assis, Marlene de Favéri e especialmente a Vera Lúcia Nehls Dias. A professora Vera tem me possibilitado a mais de três semestres trabalhar como monitor nas disciplinas de Geografia Regional e Geografia Urbana, além de ser atenta as meus pequenos passos. Vera, obrigado! Também estendo agradecimentos aos demais professores dos Departamentos de Geografia e História da UDESC.

Agradeço as famílias nipônicas que me receberam e relataram parte das suas vidas, assim como os demais entrevistados que não pouparam tempo em relatar seus pontos de vista. Especial agradecimento também a Hisae Yagura Kaneoya (diretora cultura da Associação Nipo-catarinense), pelos contatos e diversos auxílios que realizou.

A pesquisadora e amiga Célia Sakurai, sou muito grato a sua atenção e contribuição, tanto com seus escritos e outros materiais, como nas correspondências e outros suprimentos e assistências.

Agradeço aos colegas de graduação em História (UFSC) e Geografia (UDESC) e a todos os meus familiares.

E para a pessoa, talvez mais empolgada com essa pesquisa, agradeço como se estivesse agradecendo ao universo todas as belezas e mesmo a vida, a minha mãe Geni. Mãe, muito obrigado por acompanhar-me em vários momentos dessa caminhada, te agradeço por tudo.

“Sábios em vão
Tentarão decifrar
O eco de antigas palavras,
Fragmentos de cartas,
Poemas
Mentiras, retratos
Vestígios de estranha
Civilização”.

Chico Buarque

“Ninguém sabe que voz tinha Napoleão, por exemplo.
Relatos da época não são confiáveis.
Se o imperador tinha uma vozinha, é improvável
que a informação contasse das descrições oficiais,
e nas não oficiais podia ser intriga”.

Luís Fernando Veríssimo
 (“Distrações” – Jornal Diário Catarinense, 22/10/2006).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	P.08
CAPÍTULO I Brasil e Japão	p.14
1.1 Um Japão fechado em si	p.15
1.2 A modernidade bate à porta do Japão	p.18
1.3 Do Japão ao Brasil	p.25
CAPÍTULO II A criação da 1ª colônia japonesa em Santa Catarina	p.36
2.1 Curitibanos, IRASC, JAMIC...	p.36
2.2 O entorno do Núcleo Celso Ramos e momentos anteriores	p.41
2.3 Mudança mais conservadora: regime militar brasileiro	p.44
2.4 Camponeses japoneses do Núcleo Celso Ramos	p.51
CAPÍTULO III A criação do Núcleo Rio Novo	p.55
3.1 Oxalá, existam condições de instalar núcleos japoneses	p.55
3.2 Política governamental para imigrantes japoneses e agricultura	p.58
3.3 Núcleo Rio Novo: camponeses, camponesas e ambiente	p.63
CAPÍTULO IV Lá vêm os japoneses: é chegada a vez de Caçador	p.71
4.1 A chegada dos japoneses em Caçador	p.71
4.2 Imigrantes japoneses, camponeses	p.73
4.3 Agricultura da aldeia	p.77
4.4 A correspondência como fonte para a História	p.79
Capítulo V Núcleo Sanga do Café	p.84
5.1 A última colônia japonesa oficial, criada pelo Estado	p.84
5.2 Os japoneses, a terra e a agricultura	p.86
5.3 Mercado consumidor e comercialização da produção	p.88
5.4 Os nomes do Núcleo	p.92
5.5 Paisagens nas colônias japonesas	p.94
CAPÍTULO VI Japoneses nos latifúndios catarinenses	p.98
6.1 Batata-semente e japoneses em Santa Catarina	p.98
6.2 Cooperativa cotia e sua expansão	p.102
6.3 Japoneses latifundiários e fazendeiros	p.104
6.4 Política econômica e agrária na ditadura militar brasileira	p.105
6.5 Em São Joaquim a proposta da cultura da maçã	p.106
6.6 Pesquisa agrícola governamental: a "técnica científica" é neutra?	p.111
CAPÍTULO VII Agricultura, Política e outros "debates"	p.119
7.1 Reforma Agrária para desenvolver-se	p.119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES	p.130

SUMÁRIOS ANEXOS

Anexo Geral:

Pesquisa que mapeou os japoneses considerados “estrangeiros” no espaço catarinense, segundo Censos do IBGE de 1940 – 1980.

Reportagem da Revista Globo Rural sobre o imigrante Takahashi Chonan e a seleção de uma nova variedade de alho.

Anexos do Capítulo I:

1.1 Fotocópia do original de um recorte do livro do Barão do Itararé.

Anexos do Capítulo II:

2.1 Lei nº2.939 que criou o IRASC

2.2 Mensagem do Governo de 1963, referente aos japoneses em Curitiba

2.3 Mensagem do Governo de 1964, referente ao Núcleo Colonial “Celso Ramos”

2.4 Mensagem do Governo de 1966, referente ao Núcleo Colonial “Celso Ramos”

2.5 Mensagem do Governo de 1968, referente ao Núcleo Colonial “Celso Ramos”

2.6 Mensagem do Gover. 1968, referente à desapropriação de Terras em Frei Rogério

2.7 Correspondência solicitando liberação da venda da propriedade e autorização

Anexos Capítulo IV

4.1 Leis e correspondências entre JAMIC, IRASC e Prefeitura Municipal de Caçador.

Anexos Capítulo V

5.1 Fotocópia da p.69 da obra de: MILENEZ, Pedro. “Fundamento histórico de Criciúma”. Florianópolis: editora do autor, 1991

Anexos do Capítulo VI

6.1 Texto de Elcio Hirano

6.2 Fotocópia do Programa de Fruticultura apresentado pela Secretaria de Agricultura em 1968

Anexo do capítulo VII

7.1 Relatório apresentado ao Presidente da República em 1938, pp62-64: “A pequena propriedade em Santa Catarina”.

INTRODUÇÃO

Observando um livro de Sebastião Salgado quando explicava o título e a motivação da obra intitulada *Êxodos*, o fotógrafo brasileiro perguntava-se: “Por que as pessoas deixam suas próprias terras? Suas vidas? Seus lugares?”. Por mais simples, trivial e ingênua que possa parecer essa pergunta, venho trazendo-a comigo ao longo do tempo. Algumas imagens e fotografias capturadas por Sebastião Salgado também insistem em permanecer em minhas lembranças, como aquela de algumas pessoas saindo de uma pequena barca e nadando na praia após atravessar o Estreito de Gibraltar. Ou ainda a fotografia de um guarda civil espanhol em Tarifa, usando um binóculo para identificar ao longe, possíveis imigrantes que “insistem em bater a porta da Europa”. O tratamento dado a esses imigrantes contemporâneos que chegam na Europa, identificados em alguns contextos como invasores ou mesmo “terroristas”, sugere que o “velho continente” quer apagar seu passado recente de produtor de emigrantes que se espalharam pelo mundo todo. Nações que viveram a saída de muitos dos seus cidadãos, ignoram que outras nações receberam seus “povos”. Contudo, o momento atual é considerado diferente, afinal vivemos a “Globalização”¹ e por mais que se caracterize como um evento histórico, ela demonstra sua perversão ao “mundializar” o capital e a exclusão, fazendo circular as mercadorias, concentrar a renda e “imobilizar as pessoas”². Em sentido inverso aos séculos XIX e XX, “massas” do Sul desejam hoje deslocar-se para o Norte.

Também pela ótica de Sebastião Salgado, foi possível perceber a vida de muitos brasileiros em condições precárias de sobrevivência, mas que de alguma forma lutam por melhores condições de permanecerem em nosso mundo. Trata-se principalmente do livro “*Terra: Luta dos Sem-Terra*”. Talvez essas duas obras sejam responsáveis pela motivação aos temas de pesquisa: imigração e camponeses.

Em linhas gerais, a monografia que apresento aborda a história daqueles que um dia deixaram suas terras (emigrantes) e se dedicaram ao trabalho no campo

¹ “[...] os mercados financeiros globais ‘impõem suas leis e preceitos ao planeta. A ‘globalização’ nada mais é que a extensão totalitária da sua lógica a todos os aspectos da vida”. BAUMAN, Zigmunt. “Globalização: as conseqüências humanas”. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p.73.

² Octavio Ianni afirmou: “Este é um mundo em que a nação começa a parecer província”, em “A Sociedade Global”. – 12ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.153. Para Zygmunt Bauman as elites se tornaram na Globalização extraterritoriais “cada vez mais globais e o resto da população, cada vez mais ‘localizada’” em: “Globalização: as conseqüências humanas”. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p.08.

(camponeses). O grupo selecionado para esta análise foi os japoneses que imigraram/migraram no Estado de Santa Catarina.

“Por que as pessoas migram? Eis uma pergunta tradicional que nunca recebeu uma resposta completa, mas que deu ensejo a muitas publicações e debates. A questão básica envolve o peso dos fatores de expulsão ou de atração e a maneira como se equilibram”³. De certa forma, essa problemática buscou ser abordada no primeiro capítulo dessa monografia. Tentei apresentar as condições do Japão, em que emigrar ou receber imigrantes, fora proibido até meados do século XIX. Apresento rapidamente a inserção do “País do sol nascente” na modernidade e a necessidade de mandar os japoneses pelo mundo afora. A emigração japonesa ao Brasil fez parte desse primeiro capítulo de forma sintética, apontando os fatores iniciais de expulsão, atração e condições sócio-econômicas de ambos os países. Algumas “imagens” e estereótipos construídos sobre os japoneses no Brasil também foram abordadas neste capítulo.

Quando da elaboração do projeto de pesquisa na disciplina Projeto de Pesquisa Histórica, anterior à realização dessa monografia, minhas perguntas principais foram: “Onde fixaram-se os japoneses em Santa Catarina?”, “Existiram núcleos coloniais dessa etnia no Estado? Quais os fatores de atração?” e “Por que o silêncio historiográfico do tema?”

À medida que os trabalhos foram caminhando, através das pesquisas, leituras das fontes primárias e entrevistas com imigrantes, a problemática alterou-se sensivelmente, passando a ser basicamente referenciada pelas questões: “Quais as políticas públicas para a formação de núcleos habitados por japoneses?”, “Quais os fatores de atração promovidos pelo governo?” e “Como se apresentavam em Mensagens do governo estadual direcionadas à Assembléia Legislativa, às propostas da ‘colonização japonesa’?”. Outras problemáticas apareceram ao longo do caminho, embora com menor intensidade: “Quais os incentivos do governo japonês na colonização nipônica em Santa Catarina?”, “Ocorreu uma imigração ‘tutelada’ ou ‘dirigida’ dos orientais no Sul do Brasil, assim como no Sudeste?”, “Quais as relações iniciais desses japoneses com o território e ambiente físico em que foram inseridos?” e “Em que medida os diferentes governantes se apropriaram das imagens dos núcleos coloniais, ao colocarem nomes de políticos e autoridades da época nas referidas vilas?”.

³ KLEIN, Herbert S. “Migração Internacional na História das Américas”. In: FAUSTO, Boris (org). “Fazer a América”. 2º edição. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2000. p.13.

No segundo capítulo, a proposta geral buscou descrever a formação oficial do primeiro núcleo de imigrantes formado por mulheres e homens nascidos no Japão. Localizado em Curitibaanos (atual município de Frei Rogério), procurou-se apresentar as principais realizações para a implantação dessa comunidade, bem como a política agrícola da época em nível estadual e federal. Destaca-se a partir desse capítulo, os documentos presentes no acervo histórico da ALESC, principalmente Mensagens e Relatórios do poder executivo. Grande parte desses documentos também encontram-se disponíveis no Arquivo Público do Estado.

No terceiro capítulo foi analisada a criação do segundo núcleo oficial japonês no Estado, localizado no município de Itajaí, e as propostas da formação desse núcleo, bem como a relação dos japoneses com o meio local.

A colônia japonesa de Caçador, o espaço regional e a instalação dos japoneses nesse núcleo fazem parte do quarto capítulo. Esse foi o único capítulo, em que as fontes disponíveis no Departamento de Terras da Secretaria de Agricultura possibilitaram a utilização de correspondências, leis e documentos sobre o Núcleo Paiol Velho.

O quinto capítulo buscou relacionar as demais comunidades nipônicas abordadas anteriormente e descrever a última colônia japonesa criada em bases familiares de produção: aquela resultante da fundação do núcleo Sanga do Café em Criciúma (colônia localizada no atual município de Forquilha).

A formação social latifundiária do Planalto catarinense foi tema do sexto capítulo, em que a descrição focou-se na criação de comunidades japonesas que receberam subsídios e incentivos originados principalmente através do Programa Estadual de Fruticultura de Clima Temperado o PROFIT, ou também do Plano Nacional de Sementes. Os municípios abordados foram Canoinhas e São Joaquim, em função da atuação da Cooperativa Cotia nessas duas regiões. Neste capítulo também tratou-se do cultivo da batata-semente no Planalto Norte e da Maçã no Planalto Centro-Sul (campos de Lages) desenvolvidos por colonos japoneses.

O sétimo capítulo delimitou o recorte temporal realizado nesta pesquisa (1961-1978), que se refere ao período de criação e extinção do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina – IRASC. Esse último capítulo esteve também, pautado principalmente nos Relatórios e Mensagens do governo dessa época, documentação oficial localizada no Arquivo da ALESC. Um dos objetivos do capítulo buscou entender a maneira pela qual a Reforma Agrária foi vista pelos projetos de governo como saída necessária ao desenvolvimento do espaço rural e urbano e demarcar o período em estes planos foram

abandonados como propostas dos respectivos governos. Esse período representou, simultaneamente, a História da dominação da cidade sobre o campo, quando as políticas públicas conservadoras e modernizadoras entenderam que o agro/rural deveria fornecer mão-de-obra e matérias primas às indústrias, a urbe/cidade. Nesse capítulo também se buscou descrever alguns mitos sobre as diferentes formações sociais em Santa Catarina.

As considerações finais apontaram diversos temas que merecem estudos mais profundos sobre os nipônicos em Santa Catarina e algumas “conclusões” da pesquisa.

Nos anexos gerais foram acrescentados um trabalho de mapeamento e “densidade demográfica” dos japoneses, considerados estrangeiros (denominação oficial) em Santa Catarina segundo informações dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 1940 a 1980. Algumas fotocópias de Mensagens de governo à Assembléia Legislativa também seguem em anexo, entre outros materiais.

As fontes pesquisadas não foram classificadas “em hierarquia de importância”, pois se considerou com igual peso as memórias dos imigrantes, os jornais de época, os relatórios/mensagens de governos enviados anualmente à ALESC, e o trabalho de campo como “documentos” com “informações peculiares importantes”. As investigações foram realizadas de duas maneiras: uma parte da pesquisa, como dizem os geógrafos, foi realizada “em gabinete” e a outra em trabalhos de campo. Muitos documentos utilizados foram acessados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, na Seção Histórica da Assembléia Legislativa catarinense, na Biblioteca do Estado de Santa Catarina, na Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/Florianópolis) e em menor medida, no Arquivo Público de Itajaí (Fundação Genésio Miranda Lins), Casa de Cultura e Museu de Forquilha e Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (BU – UFSC). Nas bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) as pesquisas se limitaram a obras e estudos sobre nipônicos, portanto a “fontes secundárias”. As mensagens de governo direcionadas ao poder legislativo, analisadas entre os anos de 1901 até 1994, sendo as mais utilizadas as do período de 1960 a 1980. Os jornais de época também seguiram as décadas de 1960 a 1970, sendo o jornal “O Estado” de Florianópolis o mais analisado, embora tenha sido citados outros periódicos ao longo do trabalho.

Visitas foram realizadas na maioria das colônias japonesas, oportunizando longas conversas e entrevistas com seus moradores. Duas viagens a Itajaí foram feitas: uma no Núcleo Rio Novo e outra para colher informações no Museu e no Arquivo

Público Municipal. Em Forquilha a pesquisa ocorreu no núcleo Sanga do Café e no museu do município. Uma viagem a Curitiba foi realizada para entrevistar o imigrante Takahashi Chonan e uma a Frei Rogério para conhecer a colônia Ramos e conversar com vários moradores. As últimas pesquisas de campo ocorreram em Canoinhas, onde um agrônomo da EMBRAPA passou informações valiosas, e em Caçador onde foram feitas observações da comunidade japonesa.

É importante lembrar que a utilização de jornais, produção cinematográfica, relatos e lembranças da memória como fonte histórica, foi contribuição e inovação realizada pelos teóricos dos *Annales*, da qual esta monografia é tributária, ainda que considere a esfera política com grande importância, de maneira diversa do que fez aquela escola. Em relação à documentação que já fora considerada “oficial”, no que se refere às comunicações, mensagens de governo, leis ou correspondências, por exemplo, fora utilizado pela historiografia em geral, com bastante intensidade.

Dois vertentes historiográficas anteriores aos *Annales* abordavam a política, também de maneira diferente do que tentou-se aqui nesta pesquisa. Trata-se da Escola Histórica Alemã, o *historicism*, e a Escola Metódica Francesa ambas exemplos, “daquilo que foi chamado de *histoire historisante*, que pode ser considerado um juízo negativo”⁴. Estas escolas possuíam campos de análises delimitados em alguns ídolos, como criticou François Simiand, ídolo político, ídolo individual e ídolo cronológico⁵. Simiand fazia referência aos temas de pesquisa mais comuns dos historiadores franceses, anteriores a “revolução” dos *Annales*:

Também foram estes ‘positivistas’ que se preocupam apenas com a história política, a história-batalhas, a biografia de homens célebres, e, no conjunto, devotaram um solenidade desprezo aos ‘marginalizados da história’, os ‘de baixo’. O único contraponto a esta história elitista foi a perspectiva marxista⁶.

Mesmo buscando entender a política agrária governamental nas colônias japonesas de Santa Catarina não foram esquecidas as experiências “dos de baixo”, assim considerados os imigrantes nipônicos proprietários de pequenas parcelas de terras. De qualquer maneira, vale lembrar que o marxismo clássico desconsiderava os camponeses, pois:

analisou a economia camponesa: 1) como um modo de produção secundário (uma forma de produção mercantil simples) que

⁴ SILVA, Rogério Forastieri da. “História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia”. Bauru(SP): EDUSC, 2001. p.14.

⁵ SIMIAND, François. “Método histórico e ciência social”. Tradução José Leonardo do Nascimento. Bauru(SP): EDUSC, 2003. pp.111-113.

⁶ SILVA, Rogério Forastieri da. IBIDEM.

historicamente aparece subordinado a diversos modos de produção dominantes; referindo-se especificamente a formações econômico-sociais européias do século XIX, como uma forma de transição cuja tendência seria a absorção pelo capitalismo⁷.

Mesmo assim, alguns seguidores de Marx e Engels entenderam o campesinato com menor impaciência, como Lênine, que considerou o apoio político dos camponeses fundamental para a vitória da Revolução Russa. Lênine conseguiu manter o apoio dos agricultores após 1917 com sua sensibilidade ao padrão campesinato, presente inclusive na Nova Política Econômica, a NEP.

Teoricamente Alexander Chayanov foi um dos primeiros a buscar entender o funcionamento interno da economia camponesa e defendeu tese de doutoramento sobre a economia familiar camponesa. Chayanov atuou na administração agrícola soviética e seguiu em certa medida a concepção de Lênine acerca da importância do campesinato, chegando a ser Ministro da Agricultura na década de 1920. “Neste período liderou a expansão de cooperativas de pequeno e médio porte na URSS”⁸. Porém, outro “socialista científico” resolveu por fim a Chayanov e a agricultura em escala familiar: “Stálin eliminou Chayanov, seu trabalho e seu projeto na área agrícola antes mesmo de iniciar o processo de coletivização rural forçada”⁹. Houve além de Lênine e Chayanov outros marxistas interessados no estudo do campesinato e favoráveis a uma “ética camponesa”, como propôs Antônio Gramsci (preso pelo Fascismo de Mussolini).

É assim, portanto, que partilha-se da consideração do historiador brasileiro Ciro Flamarion Cardoso: “Dever-se-ia esperar simpatia pelos camponeses e seus movimentos de parte de uma esquerda que o fosse de fato. Como o expressou Antonio Gramsci, ‘todo indício de iniciativa autônoma dos grupos subalternos é de valor inestimável para o historiador integral’”¹⁰. Por isso, optou-se nesta pesquisa pelo estudo dos papéis do Estado (principalmente na documentação apresentadas a Assembléia Legislativa) nas criações de comunidades agrícolas nipo-brasileiras em Santa Catarina, uma vez que estas eram habitadas por imigrantes japoneses que, assim como os brasileiros, caracterizam-se por serem trabalhadores do campo.

⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion. “Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas”. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org). “O campesinato na história”. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. p.20.

⁸ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. “A questão camponesa na teoria marxista clássica”. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org). “O campesinato na história”. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. p.69.

⁹ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. IBIDEM.

¹⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion. “Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas”. Op.cit. p.28.

CAPÍTULO I

BRASIL E JAPÃO:

primeiros contatos, relações, migrações e histórias...

Em novembro de 1803 aportavam na Capitania da Ilha de Santa Catarina alguns japoneses. Não eram estes imigrantes, comerciantes ou representantes diplomáticos das suas terras, mas pescadores que haviam sofrido um naufrágio. Segundo pesquisas¹¹ realizadas nos arquivos do Ministério da Marinha Russa Imperial, um pequeno barco pesqueiro mal havia deixado às terras do Japão quando em meio a um temporal, a tripulação e passageiros naufragam e ficam vagando até serem carregados pela correnteza em direção as Ilhas Aleutas. Dali são resgatados por pescadores russos e levados à capital da Rússia. Há quem afirme que estes japoneses fossem originários da cidade de Sendai¹² ou da Miyagi. Sendo a história mais ou menos essa:

Em 1793, quatro pescadores japoneses naufragavam nas costas da Oceania e, socorridos por uma embarcação russa, foram levados para Leningrado, onde ficaram dez anos. A bordo do navio russo Nadeshuda, partiram em direção ao Ocidente, quando foram surpreendidos por uma tempestade próximo às ilhas Canárias. Desgovernado e arrastado pelas correntes Marítimas, o Nadeshuda acabou atracando no porto de Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis. Tsudayu, Ghidei Sahei e Tajuro, todos da província de Niyagui-Ken, ficaram 40 dias em Santa Catarina, enquanto o barco era reparado. Penetraram 80 quilômetros pelo interior do Estado, viram uma colonização de mil casas, conheceram o primeiro secador de arroz movido a água e se surpreenderam com a banana e o coco. Seguiram para o Japão e nunca mais retornaram ao Brasil, mas relataram o que viram, principalmente as ferramentas agrícolas usadas na época.¹³

A presença destes quatro japoneses na América portuguesa no início do século XIX está relacionada à expedição naturalista/científica russa, iniciante naquele momento, e ao período histórico em que o Tzar Alexandre I determinava o estabelecimento de relações diplomáticas (principalmente com o Japão) e comerciais

¹¹ BAHIANA, Henrique P. “Parte I – Debates”. In: SAITO, Hiroshi (org). “A presença japonesa no Brasil”. São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p.75.

¹² MARQUES, Claudia Lima; DOLL, Jonhannes. “Apresentação”. In: “Cadernos do Programa de pós – Graduação em Direito – PPGDir/UFRGS. Edição Especial”. V.1, n.3 (nov.2003). Porto Alegre: PPGDir./UFRGS, 2003. p 08.

¹³ Jornal O’Estado, Florianópolis, domingo, 25 de junho de 1978. nº19.095. p12.

nos mares do norte. Assim, a Rússia adquiria dois navios em Londres¹⁴ denominados Nadeshda e Neva para realizarem tais empreendimentos. O capitão do navio Nadesha e também chefe da expedição chamava-se Adam Johann von Krusenstern. Com o objetivo de auxiliarem nos contatos¹⁵ com o Japão e nas comunicações com o poder dali, os náufragos japoneses participavam como intérpretes, destacando-se além dos japoneses e de Krusenstern nesta viagem, o naturalista barão Georg Heirinch von Langdorff, estes permaneceram em Nossa Senhora do Desterro, aproximadamente entre novembro de 1803 e fevereiro de 1804.

Esta foi à primeira viagem de circunavegação russa e seguiu o objetivo de iniciar relações diplomáticas com o Japão, a expedição levava além de quatro japoneses salvos pelos russos, alguns presentes. Contudo, o país do “Sol Nascente”¹⁶ não recebia com agrado seus náufragos, sendo inclusive tratados como estrangeiros:

Até mesmo os náufragos japoneses, recolhidos em outros países e levados ao Japão por navios estrangeiros, em atitude supostamente caritativa, eram recebidos de má vontade, sem maiores agradecimentos, quase que uma demonstração de que o Japão considerava melhor que eles houvessem afundado de vez com os barcos em que navegavam. Talvez suspeitasse de que o repatriamento representava menos preocupação de caridade do que o desejo de poder conhecer o Japão e de saber as possibilidades que podia proporcionar ao comércio mundial¹⁷.

Era um período, denominado no Japão de *sokoku*, ou seja, o país encontrava-se “fechado” para o mundo, isto desde 1639. Inclusive os presentes russos oferecidos ao governo japonês, foram recusados sob o pretexto de que o Japão não conseguiria retribuir tal valiosa oferenda. “Na realidade, o governo japonês não estava desejoso de manter relações com a Rússia, mais isso foi um pretexto”¹⁸.

1.1 Um Japão fechado em si.

¹⁴ HARO, Martim Afonso Palma de (org). “Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX”. Florianópolis: editora da UFSC, editora Lunardelli, 1996.

¹⁵ Oswald Rodrigues Cabral afirma que a expedição iria “conduzir o embaixador russo ao Japão e realizar observações no Pacífico [...]”. CABRAL, Oswaldo R. “História de Santa Catarina”. 2ª edição. Editora Laudes, 1970. p.90.

¹⁶ É a China quem dá nome ao arquipélago, segundo F. Braudel (1989: 267): “A China batiza de ‘O país do sol nascente’, em chinês *Je-pai*. Japão; em japonês *Nipon*, conforme a pronúncia japonesa dos mesmos ideogramas”.

¹⁷ LIMA SOBRINHO, Barbosa. “Japão: o capital se faz em casa”. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.34.

¹⁸ BAHIANA, Henrique P. “Parte I – Debates”. Op.cit P.76.

O que estava ocorrendo com o Japão desde o século XVII era a reação ao colonialismo ocidental, ou seja, uma resposta vinda através do seu isolamento e do fim das relações comerciais e diplomáticas com outros países, representando à sua maneira, uma forma de manter-se soberano e ao mesmo tempo distanciando-se da expansão territorial européia que ocorria em várias regiões da Ásia e do Oriente. “Basta ver o que aconteceu a países como Índia, Malásia, Indonésia, Filipinas, etc”¹⁹. Segundo Fernand Braudel através do contato e das relações com o “outro”, “[...] sobre o choque de invasões, de inovações estrangeiras, o Japão sempre se criou ou se recriou a imagem de outrem”²⁰. Portanto, é na relação com o ocidente, com a China ou com outras nações mais próximas que o Japão buscava “superar-se”. Os primeiros europeus²¹ a praticarem o comércio internacional com o Japão foram os portugueses e mantiveram este monopólio por quatro décadas, de 1546 a 1587, quando os espanhóis também começaram a compartilhar tal intercâmbio. Os primeiros lusos ao aportarem em 1543, na ilha de Tanegashima²² apresentaram aos japoneses a espingarda. Tal arma de fogo – introduzida pela primeira vez no país que se encontrava em guerras feudais – chegou a criar repercussão nas lutas dos samurais.

José Yamashiro ressalta que em 1549 no porto de Kagoshima, o missionário jesuíta Francisco Xavier chegava ao Japão e no mesmo ano, desembarcava na Bahia junto com primeiro governador geral do Brasil, um grupo de jesuítas liderados pelo padre Manoel da Nóbrega.

O contato português com o Japão não era apenas comercial, mas também religioso (e político). Inclusive algumas palavras da língua portuguesa, passaram a integrar o vocabulário japonês “[...] cristãos são chamados *kirishitan*, corruptela daquele termo lusitano, assim como *irumam* (irmão), *batereu* (padre), *Deosu* (Deus) e outras palavras que passam a integrar o vocabulário japonês”²³.

¹⁹ YAMASHIRO, José. “Choque luso no Japão dos séculos XVI e XVII”. São Paulo: Ibrasa, 1989. p.134.

²⁰ BRAUDEL, Fernand. “O Japão”. In: __ “Gramática das Civilizações”. Tradução Antônio de Pádua Danese. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p265.

²¹ José Yamashiro (1989: 29) registra “[...] que o primeiro europeu a falar sobre o Japão foi o veneziano Marco Pólo (1254-1324). Ainda muito jovem acompanhou o pai e um tio numa viagem aventureira à China. Lá permaneceu cerca de vinte anos, aprendeu o chinês, serviu na corte de Kublai Khan (neto de Gengis Khan), onde ocupou importantes posições. Ao regressar em 1295 a Veneza, Marco Pólo escreveu um livro contando suas experiências e peripécias na longa viagem da ida e volta na do Khon. Nessa obra ele fala de um país chamado Zipangu ou Cipangu, corruptela de chinês Jihpen (Japão), rico em ouro e outros materiais preciosos”.

²² “Os portugueses, os primeiros a chegar [ao Japão], aportaram em Kyu Shu em 1543” (BRAUDEL 1989: 271).

²³ YAMASHIRO, José. Op.cit. p.52.

Foi em 1636 que o chamado terceiro Xogum, Iemitsu (1604-51) proibiu qualquer contato ou permanência de não japoneses e descendentes no território nipônico. Vindos da Europa, apenas os holandeses mantiveram durante o período de mais de duzentos anos de isolamento do Japão, contato comercial realizado no porto de Nagasaki. Os holandeses desde 1602 intensificavam suas atividades comerciais no Sudeste Asiático e no Japão, e nas disputas com os espanhóis e portugueses, os batavos foram junto dos chineses os únicos que a partir de 1639 possuíram representação comercial, localizados apenas na ilha artificial Deshima, em Nagasaki. Os portugueses não contentes com a implantação desta política de “fechamento” realizada pelo Japão, investem na possibilidade de manterem suas relações:

Inconformados com a suspensão do comércio, Macau enviou Luiz Dias Pacheco em 1640, em missão especial, para tentar a reabertura. O governo de Edo agiu com extremo rigor, mandando decapitar Pacheco e mais de sessenta de sua comitiva, incendiar e afundar a nau em que eles viajaram. Era a demonstração inequívoca de que o fechamento do país (sakoku) era para valer. Somente um piloto português e doze negros, colocados num junco, foram recambiados a Macau, para relatar o que havia acontecido com o embaixador e comitiva²⁴.

É este Japão - com medo dos ocidentais e de seus canhões - das numerosas conversões ao cristianismo,²⁵ “fechado” e com instituições “petrificadas” que a expedição de Adam Johann von Krusenstern e dos quatro japoneses náufragos – que haviam passado por Desterro entre 1803 e 1804 – se deparam. O Japão daquela época tratava os estrangeiros como meros estranhos invasores. Nas palavras de Krusenstern, chefe da circunavegação e que passou por diferentes portos do mundo, o tratamento no Japão era de um “desdém insultuoso”:

Os navios que tencionam contornar o Cabo Horn, ou que destinam à pesca da baleia na costa, não podem desejar um porto melhor do que a Ilha de Santa Catarina para abrigo. Ele é infinitamente preferível ao do Rio de Janeiro, onde os estranhos, particularmente os que chegam em navios mercantes, são tratados com o mesmo desdém insultuoso que se nota no Japão²⁶.

O porto do Rio de Janeiro é visto pelo navegador como os portos do Japão, em que a relação de desdém se estabelece quando o tratamento é para os “estranhos”. Nas memórias e relatos dos japoneses náufragos, também é possível observar outros relatos

²⁴ YAMASHIRO, José. Op.cit. p.119.

²⁵ BRAUDEL, Fernand. “O Japão”. Op.cit. p.271.

²⁶ HARO, Martim Afonso Palma de (org).opt.cit. p.142.

de outras regiões do mundo, assim como sobre Desterro, sendo observações muito curiosas, embora para a historiadora Arlinda Nogueira tais relatos não contribuem para se entender qual o conhecimento que tinham os nipônicos sobre o Brasil:

Assim, por exemplo, para quatro japoneses analfabetos que estiveram nas costas de Santa Catarina no início do século passado, o Brasil era um país onde o calor, de tão intenso, os obrigava a tomar mais de um banho por dia. A população se alimentava de farinha de milho e pouco arroz, pois este era preferencialmente exportado. E mais: a terra era rica em gado, legumes e árvores frutíferas, mas entre elas só identificaram as laranjeiras²⁷.

O relato das memórias destes japoneses, mesmo “analfabetos” é considerado o mais antigo contato entre Japão e Brasil²⁸. Sendo a obra “Informações exóticas ouvidas na viagem ao redor do mundo”²⁹ uma excelente contribuição a historiografia, tanto como fonte por relatar situações do cotidiano, observada pelos japoneses, como por exemplo, para pesquisadores de história natural, ambiental, bem como para a antropologia, entre outros.

1.2 A modernidade bate à porta do Japão: Capitalismo e Emigrações.

Nos dois séculos de radical isolamento, o Japão vivia o Feudalismo. A

feudalização foi territorialmente mais completa do que na Europa medieval, pois as terras alodiais eram desconhecidas no campo. Os servidores samurais prestaram juramento de lealdade militar a seus senhores e receberam feudos inteiros deles (concessões de terra junto com direito de jurisdição)³⁰.

O senhor feudal japonês, chamava-se Daímio, e o poder absoluto pertencia desde aproximadamente 1603, a família Tokugawa. O chefe da família Tokugawa, era

²⁷ NOGUEIRA, Arlinda Rocha. “Brasil e Japão interligados pelo movimento imigratório”. In: HOLANDA, Heloisa Buarque; CAPELATO Maria Helena Rolim (coordenadoras). “Relações de gênero e diversidades culturais nas américas”. Rio de Janeiro: expressão e cultural; São Paulo: Edusp, 1999. p.488.

²⁸ Não apenas o contato dos primeiros japoneses em solo brasileiro – na época colônia de Portugal, – mas também de russos. Segundo o Diplomata Flávio Mendes de Oliveira Castro, esta expedição, na qual participou Langsdorff “foi citada por Gorbachev no discurso que proferiu no Palácio do Kremlin, em 18/10/1988, em saudações a Sarney, o primeiro Presidente da República a visitar a URSS”. “As relações oficiais russo-soviéticas com o Brasil (1808-191). Retirado em: <http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/rbpi/1993/126.pdf>, acesso em 04/11/2006, às 19:10.

²⁹ A obra “Kankai Ibun” ou em português “Informações exóticas ouvidas na viagem ao redor do mundo” foi organizada por Gentaku Otsuki e Hiroyuki Shimura e publicada em 1807. O volume número doze desta obra, referente ao primeiro contato dos japoneses com o Brasil, foi traduzida por Tomoko Kimura Gaudioso e publicada pelo Consulado Geral do Japão em Porto Alegre, em 2003.

³⁰ ANDERSON, Perry. “O Feudalismo japonês”. In:___ “Linhagens do Estado Absolutista”. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: editora Brasiliense, 1995. p.437.

também “chefe” do País, denominado de Xógun e exercia o poder correspondente ao executivo. Segundo a antropóloga Ruth Benedict³¹ a sociedade feudal japonesa estava organizada em camadas e posições nas quais foram fixadas por herança. Assim, a categoria herdada, definia a casa, as roupas e os alimentos que eram permitidos adquirir ou comprar. Abaixo da família imperial e dos nobres havia quatro castas: os guerreiros (samurais), os fazendeiros, os artesãos e os comerciantes. Contudo,

[...] durante todos os sete séculos feudais do Japão o Imperador fora uma sombria figura de proa. Cada homem devia sua imediata lealdade ao seu senhor, o Daimio, e além deste, ao generalismo Militar, o Xógun. A fidelidade ao Imperador não chegava a constituir um assunto. Era mantido segredo numa corte isolado, cujas cerimônias e atividades os regulamentos do Xógun rigorosamente limitavam. Era considerado traição até mesmo para um grande senhor feudal prestar suas homenagens ao Imperador, e para o povo do Japão ele mal existia³².

Segundo o historiador Perry Anderson, a população estava dividida em quatro ordens fechadas: nobreza, campesinato, artesanato e comércio, e “na base do conjunto do sistema feudal, os camponeses eram juridicamente ligados a terra e proibidos de migrar ou trocar suas propriedades”³³.

Porém sob a proteção dos Daimios, o comércio desenvolveu-se rapidamente e mesmo o xogunato impondo unidade ao Japão, não havia um centralismo. Devido ao seu auto-isolamento, o comércio externo do Japão era quase inexistente e de acordo com Anderson, o capital comercial japonês era constantemente refreado e reorientado em direção de uma dependência parasítica da nobreza feudal. Assim, ao longo do tempo, o sistema de “ordens fechadas” foi sofrendo mutações e modificações. Nas palavras de Benedict, “uma classe de comerciantes é sempre demolidora do Feudalismo. À medida que os negociantes tornaram-se respeitáveis e prósperos, o Feudalismo decaiu”³⁴. No lugar e/ou em paralelo ao Feudalismo que decaía, implantava-se o mercantilismo ou um “capitalismo primitivo”³⁵. Se relacionar-mos a contribuição de Fernand Braudel, nas interpretações e entendimento da História Moderna Européia, observamos segundo o historiador da “longa duração”, que o Capitalismo não surge somente com a produção

³¹ BENEDICT, Ruth. “O crisantemo e a espada: padrões da cultura japonesa”. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. p.57.

³² BENEDICT, Ruth. Opt.cit. p.32

³³ ANDERSON, Perry. “O Feudalismo japonês”.opt.cit. p445.

³⁴ BENEDICT, Ruth. Op.cit. p.58.

³⁵ Anderson (1995: 451) afirma o inverso: “A política xogunal de insulamento, de fato, frustrou qualquer possibilidade de uma transição para o modo capitalista de produção propriamente dito dentro da estrutura Tokugaga”.

industrial ou pré-industrial, mas na circulação: “existe capitalismo a partir do momento em que entre compradores e vendedores imediatos interpõe-se um terceiro, o comerciante [...]”³⁶.

Não proponho um simples paralelo da História japonesa com a européia, ou leis que regulem uma economia do feudalismo ao capitalismo em toda a História universal, mas expondo uma interpretação que possa parecer semelhante, principalmente no papel dos comerciantes do Japão e dos mercadores europeus, afinal ambos tornaram-se “prósperos” no Feudalismo e impulsionaram, de certa forma, o Capitalismo nascente. No Japão as produções e circulações, possibilitaram diferentes desenvolvimentos regionais no Feudalismo, ou seja, diferenças acentuadas principalmente pelos intermediários que realizavam as permutadas comerciais.

Segundo Célia Sakurai, alguns esquemas alternativos de agricultura, comércio regional e até mesmo certa industrialização rural, possibilitaram a formação de desequilíbrios dentro deste sistema, principalmente com a circulação monetária não prevista e a melhoria de vida de alguns senhores. Nas palavras da autora:

Com o decorrer do tempo, no entanto, um esquema alternativo à agricultura, se apresenta aos camponeses de alguns feudos. Uma industrialização regional se desenvolve dentro dos feudos, paralelamente à agricultura, tornando-se fator de desequilíbrio dentro do sistema, planejado basicamente sobre o monopólio agrícola. É uma indústria de preparação de matérias-primas para a indústria de tecelagem de algodão e de seda, que são manufaturadas em centros como Osaka. Essa produção regional alimenta o comércio e desenvolve uma circulação monetária, não previstos. A atividade agrícola e a preparação das matérias-primas para a indústria convivem na mesma propriedade, desde o final do século XVII.

[...]

O sistema feudal japonês dá espaço para o desenvolvimento interno dos feudos, para o aumento da produção agrícola, e portanto de excedentes, e o conseqüente desenvolvimento do comércio”³⁷.

O desenvolvimento do comércio interno, não significou automaticamente o fim do Feudalismo japonês. O período mais intenso dessa transição para a modernidade que o Japão começaria a sofrer, inicia a partir de 1853. Nessa época, o presidente dos Estados Unidos, Fillmore, despachava para o Japão a missão conhecida como do “Comodoro

³⁶ CAILLÉ, Alain “A dominância do mercado”. In: AYMARD, Maurice (et al.). “Ler Braudel”. Tradução de Beatriz Sidou. Campinas (SP): papirus, 1989. p.102.

³⁷ SAKURAI, Célia. “Imigração tutelada: os japoneses no Brasil”. Tese de doutorado em Antropologia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2000. pp.32-33.

Perry”, responsável por enviar também, uma carta endereçada ao Imperador. Na baía de Uruga, Perry aportava com quatro navios de guerra, quinhentos e sessenta homens e o objetivo de iniciar relações e “intercâmbio” com o Japão. Contudo, a resposta à carta do presidente estadonidense, alegava que o Japão encontrava-se em luto pela morte de um Xógun, falecido em 1852.

Embora se estivesse já em julho de 1853. O luto era realmente excessivo. Mas Perry preferiu não se dar por achado. Conformou-se aparentemente com a alegação e declarou que iria a China para passar o inverno, mas que voltaria no ano seguinte, para saber a resposta à carta do presidente dos Estados Unidos³⁸.

No ano seguinte, com a esquadra e o poder militar reforçados, comodoro Perry voltou ao Japão com nove navios e dois mil homens na guarnição e em 31 de março de 1854, realizou a assinatura de um tratado. “Aberta e empurrada a porta, todos podiam passar. O almirante Stirling não perdeu tempo em reivindicar para a Inglaterra situação idêntica. Em seguida, vieram a Rússia, a Holanda, a França”³⁹. ANDERSON observa que,

Foi o impacto exógeno do imperialismo ocidental, com a chegada da esquadra do comodoro Perry em 1853, que repentinamente condensou as múltiplas contradições latentes do Estado xogunal e provocou uma explosão revolucionária contra ele. Pois a agressiva invasão das armadas americana, russa, britânica, francesa e outras nas águas japonesas, exigindo o estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas na ponta da espada, colocou um nefasto dilema [...]⁴⁰.

O Japão abalava-se com as ameaças de conflitos militares externos e poderes tecnológicos superiores dos inimigos⁴¹. Concebeu a exigência da “abertura” ao Ocidente moderno e imperialista para preservar sua própria sobrevivência e soberania. Principalmente porque não encontrava-se em condições de recusar os acordos e tratados com o Ocidente. Seu arquipélago de aproximadamente 317.305 quilômetros quadrados,

³⁸ LIMA SOBRINHO, Barbosa. Opt.cit. p.37.

³⁹ LIMA SOBRINHO, Barbosa. Opt.cit. p.38.

⁴⁰ ANDERSON, Perry. “O Feudalismo japonês”.opt.cit.p.456.

⁴¹ Segundo HOBBSAWM (1996: 210-211): “Em meados do século XIX, aos olhos do Ocidente, o país não parecia diferente de qualquer outro país ocidental, ou pelo menos afigurava-se igualmente destino ao atraso econômico e à inferioridade militar para tornar-se vítima do capitalismo. O comodoro Perry, dos Estados Unidos [...] forçou os japoneses à abertura de alguns portos em 1853-54 com o método usual das ameaças navais. Os ingleses, e mais tarde, em 1862, as forças unidas ocidentais, bombardearam o Japão com a frivolidade e a impunidade habituais: a cidade de Kagoshima foi atacada como retaliação pelo assassinato de um único inglês”.

com numerosas ilhas, só possuía recursos naturais miseráveis,⁴² com no máximo 15% de área utilizável para a agricultura segundo o “[...] cálculo do geógrafo Max Derruau, que assim resumia a situação: ‘O Japão, em verdade, é uma montanha’”⁴³. A “montanha japonesa”, não encontrava em seu território possibilidade de maior desenvolvimento explorando seus recursos naturais, pois eram parques e pobres, e afinal, a partir de 1858, abria-se ao comércio mundial, após mais de dois séculos de isolamento. Assim, desde a chegada do comodoro Perry, a relação com o Ocidente preocupava cada vez mais alguns japoneses.

De acordo com Eric Hobsbawm⁴⁴ as concessões aos diplomatas, os contatos mais intensos com os “estrangeiros” e a crescente desintegração da estrutura política nacional, produziram uma contra reação entre alguns jovens intelectuais samurais, que possuíam dois *slogans*: “expulsar os bárbaros” e “venerar o imperador”. Nessas premissas, esses japoneses buscavam evitar tornarem-se vítimas de estrangeiros, implantando um governo conservador, representado pelo imperador. Assim, o objetivo era formar um governo mais forte do que o Xogunato existente. O imperialismo que “abria forçadamente” o Japão, o tornava internamente mais conflituoso e vulnerável aos próprios ataques xenófobos. Outras crises ocorreram como a “catastrófica inflação doméstica: o preço do arroz quintuplicou de 1853 a 1869, causando intensos tumultos populares nas cidades de nos campos”⁴⁵. O bombardeio de Kagoshima pelos ingleses, intensificou a crise, desgastando o regime:

Em janeiro de 1868 (após a morte do velho imperador e a indicação do novo Xógun), a restauração imperial foi finalmente proclamada, com as forças de algumas poderosas prefeituras dissidentes, e estabelecida após uma curta guerra civil. A “Restauração Meiji” estava concretizada⁴⁶.

Perry Anderson e Barbosa Lima Sobrinho, afirmam que a queda do xogunato e a restauração do poder e da figura do Imperador como acima dos clãs, significou o fim do Feudalismo japonês⁴⁷. De acordo com Braudel, “essa sociedade obediente respeitosa da

⁴² BRAUDEL, Fernand. “O Japão”. Op.cit. p.281.

⁴³ LIMA SOBRINHO, Barbosa. Op.cit. p.226.

⁴⁴ HOBBSAWM, Eric J. “A era do capital, 1848 – 1875”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.214.

⁴⁵ ANDERSON, Perry. “O Feudalismo japonês”.op.cit. p.457.

⁴⁶ HOBBSAWM, Eric J. Ibidem.

⁴⁷ “A sublinhar o significado da súbita transição do Japão de um estado Feudal para um estado moderno, temos que o ano de 1868 é para o Japão o que 1066 representa para a Grã-Bratânia, 1776 para os EUA e 1789 para a França”. Em: NAKAUMA, Takafusa. “Desenvolvimento Econômico do Japão Moderno”. Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão, 1985.p.05.

hierarquia, sempre aceitara sem reclamar que o luxo fosse a uma minoria, aceitou também que o capitalismo moderno se edificasse em meio a vínculos feudais”⁴⁸.

A “Restauração Meiji” significou, uma “revolução de cima” e buscou superar o fracasso do sistema militar feudal e burocrático do Xogunato, que não conseguia resolver as crises “advindas da modernidade”. Os novos líderes do Japão fortaleceram um governo centralizado, aboliram o budismo como religião oficial, estabeleceram pensões aos Samurais e Daimios, instituíram igualdade de cidadãos perante a Lei, unificaram o mercado interno, implantaram uma única moeda, calendário e bandeira. O Estado passou a assumir o encargo de promover o desenvolvimento tecnológico, sustentar e impulsionar o comércio externo, e passou a planejar o desenvolvimento econômico... a Revolução Meiji, tratou de

introduzir o Japão no circuito mundial capitalista o que impõem um conjunto de mudanças institucionais na ordem política, econômica e social para colocar o Japão, em ritmo acelerado, em condições de inserção e competitividade no novo mercado mundial em formação⁴⁹.

Entretanto, essa Restauração⁵⁰ não foi pacífica, ao contrário, possuía caráter desigual e fora responsável por implantar reformas impopulares. Segundo Ruth Benedict⁵¹ o governo Meiji era constituído por ex-samurais, mercadores e comerciantes que haviam comprado à posição de samurais. Essa aliança “administrativa”, planejava e executava a política Meiji. Logo no início da “revolução de cima”, houve diferentes descontentamentos, na primeira década Meiji, verificaram-se, pelo menos, cento e noventa revoltas camponesas. Os agricultores se opuseram ao recrutamento militar, à medição de terras, as reformas dos calendários, á fundação de escolas e aos grandes ônus fiscais⁵². Na tentativa de aliviar tenções e conflitos sociais, “[...] o governo viu-se

⁴⁸ BRAUDEL, Fernand. “O Japão”. Op.cit. p.277.

⁴⁹ SAKURAI, Célia. “Imigração tutelada: os japoneses no Brasil”.op.cti. p.27.

⁵⁰ Nas palavras de KIMURA (2006: 23), “com a desintegração do regime feudal (baseado no sistema de castas), o Japão viu uma grande população desprovida de recursos técnicos e intelectuais [...]”.

⁵¹ BENEDICT, Ruth. Op.cit. p.71.

⁵² De acordo com Zuleika ALVIM (1998: 219), “A passagem do sistema feudal para o de produção capitalista seguiu linhas básicas em todos os países que se industrializaram; o que variou foi à época em que isso aconteceu. Os pilares dessa passagem foram: concentração da terra nas mãos de poucos proprietários; altas taxas de impostos sobre a propriedade, que impeliram o pequeno proprietário a empréstimo conseqüente endividamento; oferta por parte da grande propriedade de produtos a preços inferiores no mercado, eliminando a concorrência do pequeno agricultor, e, por fim, a transformação deste em mão-de-obra para a indústria nascente”.

obrigado a estimular, primeiro, a emigração para Hokaido e, finalmente, para o exterior”⁵³.

Inicialmente, o problema de acesso à terra e o contingente populacional em difíceis condições de sobrevivência, faz com que migrantes desloquem-se para o norte do Japão, o governo Meiji inclusive empreende “[...] uma política de colonização da ilha de Hokkaido”⁵⁴. Em 1884, o governo japonês assina o tratado de Navegação Japão – Havaí e no ano seguinte, mil quinhentos e cinqüenta e nove japoneses para ali imigraram. A partir de 1891 intensificou-se a emigração japonesa em direção aos Estados Unidos e Canadá.⁵⁵ “Paralelamente, houve também movimentos migratórios para Coréia, Manchúria e outras áreas da Ásia”⁵⁶. De fato, “o interesse do governo Meiji pela emigração dava-se em razão da sempre crescente população rural, que vinha-se tornando cada vez mais faminta e inquieta”⁵⁷.

No Brasil, o debate sobre a entrada dos imigrantes japoneses esteve relacionada em um primeiro momento, a questões “raciais” bem como das necessidades em substituir a mão-de-obra escrava. Na época do Segundo Império, por exemplo, “o ministro Fernandes Leão defendia a vinda de trabalhadores asiáticos, com contratos temporários, que depois voltassem as suas terras ‘para não misturar e piorar, ainda mais nossas raças’”⁵⁸. Com a Proclamação da República⁵⁹ brasileira, em 1889 “[...] o primeiro decreto do governo com relação à imigração, proibia a entrada de africanos e asiáticos”⁶⁰. Em 1895, o Brasil e o Japão assinavam o tratado de comércio entre si e em 1897 “[...] uma das empresas de emigração, existentes na época, obteve um contrato pelo qual se propunha a enviar 2 mil emigrantes trabalhadores para o Brasil, porém a

⁵³ Em “História da Imigração no Brasil: as Famílias”. 6ª edição comemorativa ao I aniversário da nova república. São Paulo: Serviço Nacional de Divulgação Cultural Brasileiro. [s/d].

⁵⁴ SAKURAI, Célia. “Imigração tutelada: os japoneses no Brasil”. p.44.

⁵⁵ “A imigração asiática era empregada na costa oeste dos Estados Unidos, nas colônias inglesas, francesas e holandesas do Caribe e Guiana como forma de suprir a necessidade de mão-de-obra das “plantations” destas regiões e das construções de ferrovias nos Estados Unidos” (MACHADO, 1999: 78).

⁵⁶ TSUKAMOTO, Tetsundo. “Sociologia do Imigrante: algumas considerações sobre o processo migratório”. SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. “Assimilação e integração dos japoneses no Brasil”. Petrópolis (RJ), São Paulo: editora vozes, editora da Universidade de São Paulo, 1973. p.18.

⁵⁷ LESSER, Jeff. “A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil”. Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. – São Paulo: editora UNESP, 2001. p.154.

⁵⁸ MACHADO, Paulo Pinheiro. “Política de Colonização no Império”. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS, 1999. p.78.

⁵⁹ Arlinda NOGUEIRA (1999: 489) lembra que “uma das primeiras medidas tomadas pelo governo republicano foi – através do Decreto nº528, de junho de 1890 – condicionar a entrada de africanos e asiáticos no país a uma licença especial do Congresso Nacional. Apesar de não impedi-la inteiramente, esse dispositivo legal dificultava a entrada no país aos indivíduos daquelas procedências”.

⁶⁰ LESSER, Jeff. Op.cit. p.28.

crise cafeeira ocorrida, em um ano antes impediu a concretização da viagem”⁶¹. O Brasil terminava o século XIX e iniciava o século XX sem receber imigrantes japoneses, enquanto o Japão perpassa esse período com intensa emigração para o Havaí, Estados Unidos, Canadá, Peru e outros países em menor número. O “país do sol nascente” vivia condições econômicas que constituíam fatores principais de expulsão como dificuldade ao acesso à terra, a produtividade relativa da mesma e a densidade populacional/demográfica alta.

1.3 Do Japão ao Brasil: emigrante à imigrante.

A agricultura paulista – principalmente cafeeira – necessitava de braços para suas lavouras. Se em grande parte do século XIX foram os escravos, os trabalhadores livres e os imigrantes quem atendiam as demandas das fazendas latifundiárias do sudeste, na primeira década do século XX, iniciou no Brasil outro “fluxo” de trabalhadores rurais. A necessidade desse “novo” contingente estava ligada a diminuição progressiva da entrada de europeus em nosso país, inclusive com limitações no processo migratório, como por exemplo, a Lei Prinetti, na qual o governo italiano implantava medidas restritivas a emigração. Nos países de expulsão de emigrantes daquela época, como no caso da Itália, “os principais representantes das classes proprietárias fizeram oposição sistemática à emigração, em razão da tendência do aumento dos ‘salários e da insubordinação’ dos camponeses que ficavam”⁶².

Ocorriam entre os fazendeiros brasileiros, decepções em relação aos imigrantes italianos, alemães ou espanhóis substitutos dos escravos,⁶³ e devido a instabilidades desses imigrantes nas fazendas, a redução das correntes imigratórias e da superprodução de café,⁶⁴ a imigração japonesa passava a ser vista com bons olhos. Se o incentivo governamental contrário à saída de europeus dos seus respectivos países, ocorria desde o século XIX, no Japão a “exportação da mão-de-obra” nacional estava fortemente presente e atuante também desde aquele século. Contudo, apenas no século XX

Muitos brasileiros influentes passaram a reavaliar a mão-de-obra japonesa após o governo italiano, em 1902, ter proibido seus cidadãos de aceitar transporte subsidiado para o

⁶¹ Em “História da Imigração no Brasil: as Famílias”. Op.cit. pp 92 e94.

⁶² MACHADO, Paulo Pinheiro. Op.cit. p.51.

⁶³ LESSER, Jeff. Op.cit. p.155.

⁶⁴ PETRONE, Maria Tereza Schorer. “Imigração”. In: FAUSTO, Boris. “História Geral da civilização brasileira”. Tomo III. O Brasil Republicano. 2º volume. Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1977. p.105.

Brasil. Sentido que suas necessidades eram igualmente urgentes, o secretário da Agricultura de São Paulo e o ministro plenipotenciário do Japão começaram a trabalhar dos dois lados do balcão⁶⁵.

O governo do Estado de São Paulo atuando na política internacional de conquistar mercados para o café produzido, encontrava no Japão, um possível aliado que compraria a bebida e forneceria parte da mão-de-obra para a lavoura cafeeira. Dois anos após a conferência de Taubaté (realizado em 1906) – em que se propunha a superação da crise gerada pelo excesso de produção do café através do aumento das exportações do produto – aportava em Santos, no dia 18 de junho de 1908, o navio que trazia os primeiros imigrantes japoneses a estabelecerem-se no Brasil. Esse navio, de origem russa, havia sido conquistado pelo governo japonês após sua vitória da Guerra nipo-russa de 1905 e chama-se Kasato- Maru⁶⁶. Já no dia 27 de junho de 1908 foi assinado um contrato visando iniciar as propagandas do café brasileiro no Japão: “novas relações comerciais foram estabelecidas apenas uma semana após os imigrantes terem desembarcado e foi assinado um contrato para a abertura de quinze casas de café no Japão”⁶⁷. De fato, a lavoura de café funcionou como um ímã para a entrada da etnia japonesa no Estado de São Paulo,⁶⁸ ou nas palavras de Célia SAKURAI, “o destino das famílias japonesas está estabelecido antes da saída do Japão é a agricultura no interior do Estado de São Paulo”⁶⁹.

A imigração japonesa iniciava no Brasil, após períodos de discussões e debates acerca da introdução dos trabalhadores asiáticos⁷⁰. Contudo, mesmo “iniciando” intercâmbio Japão-Brasil e efetuando as relações diplomáticas entre os dois países, os

⁶⁵ LESSER, Jeff. Op.cit. p.158.

⁶⁶ “O navio Kassato Maru, antigo navio hospital russo, adquirido após a guerra russo-japonesa, e em 1908 vieram com 781 pessoas, saindo do Japão em 28 de abril e chegando ao Brasil em 18 de junho de 1908”. General Akira Obara no “Simpósio: Imigração Japonesa no Brasil” em 01/04/2006 na Semana Cultural japonesa 2006. Florianópolis, 31 de março a 11 de abril de 2006, Centro Integrado de Cultura. Realização e organização: Associação Nipo-catarinense.

⁶⁷ LESSER, Jeff. Op.cit. p.161.

⁶⁸ NOGUEIRA, Arlinda Rocha. “Considerações gerais sobre a imigração japonesa: para o estado de São Paulo entre 1908 e 1922”. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. “Assimilação e integração dos japoneses na Brasil”. Petrópolis: ed.Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. p.67.

⁶⁹ SAKURAI, Célia. Op.cit. p.208.

⁷⁰ Paulo Pinheiro Machado, op.cit p78-79, identifica o preconceito e debates acerca do tema no século XIX: “[...] entre 1870 e 1876, entra em vigor, sem sucesso, o contrato entre o governo Imperial e os comerciantes Manuel José da Costa Lima Viana e João Antônio Miranda e Silva para a introdução de trabalhadores asiáticos no Brasil. Segundo Menezes e Souza os asiáticos eram trabalhadores “vadios”, não deveriam ser empregados no Brasil, porque significaria uma segunda escravidão”. Jeff Lesser, op.cit p156, observa que “em 1892, o governo brasileiro decidiu-se por promover a migração chinesa e japonesa, abrindo embaixadas naqueles países”.

preconceitos, discriminações e construção de imagens através de estereótipos japoneses permaneciam.

As oscilações quanto à entrada dos japoneses no Brasil, porém, eram muitas. Vistos com desconfiança muitas vezes, ainda um ano antes da chegada dos primeiros japoneses ao Brasil, dizia em carta um diplomata da Legação do Brasil em Tóquio, Luís Guimarães, que ‘o Brasil se mete voluntariamente numa aventura perigosa’, referindo-se ao fato de países como Estados Unidos, Canadá e Austrália estarem fechando suas portas à imigração japonesa⁷¹.

Inclusive há quem aponte os estudos e publicações brasileiras anteriores à década de 1940, a respeito dos japoneses, como obras não científicas, pois salvo raras exceções, eram “argumentos, em suma, pró ou contra a entrada dos imigrantes japoneses”⁷². Para Hiroshi Saito, a história escrita ou as pesquisas sobre os japoneses no Brasil são recentes, porque os precursores dessa área, como Roquete Pinto e Oliveira Vianna, por exemplo, “se envolveram em controvérsias, a favor ou contra a presença do japonês, recorrendo-se, para tanto, a seus respectivos repertórios do conhecimento antropológico”⁷³. Assim, esses estudos refletiam geralmente, parte das circunstâncias político-sociais da época, não sendo consideradas obras de referência científicas por “intelectuais” que buscavam entender a assimilação e integração dos japoneses no Brasil.

A imigração japonesa para o Brasil pode ser considerada “tardia”, em relação às outras etnias que também aqui se estabeleceram. Outra diferença dos imigrantes “amarelos” em relação aos “outros”, são os subsídios que os japoneses receberam do país de origem, seja incentivo na viagem como emigrante, seja nas suas instalações e “acomodações” no Brasil, quando trabalhadores nas fazendas ou “agricultores autônomos”: “a imigração japonesa diferencia-se das outras que escolhem o Brasil, por se estruturar sobre a cadeia de relações montada a partir do topo da estrutura japonesa até chegar aos imigrantes no Brasil”⁷⁴. Maria Tereza Schörer Petrone referindo-se a história dos imigrantes japoneses no Brasil, afirmou: “nenhum outro grupo étnico que forneceu colonos para a fazenda de café contou com tanto apoio por parte do seu

⁷¹ KODAMA, Kaori. “O Sol nascente do Brasil: um Balanço da imigração japonesa”. In: “Brasil: 500 anos de povoamento”. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, centro de documentação e disseminação de informações. – Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p.200.

⁷² SAITO, Hiroshi. “Apresentação”. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi (organizadores). “Assimilação e integração dos japoneses no Brasil”. Petrópolis (RJ): ed. Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. p.07.

⁷³ SAITO, Hiroshi. IBIDEM.

⁷⁴ Célia Sakurai, op.cit, 2000: p202.

governo”⁷⁵. Vale lembrar que o apoio ao qual Petrone descreve, existiu não só no estabelecimento dos japoneses nos cafezais, mas ocorreu através de financiamentos, comercialização da produção das famílias japonesas por parte do governo japonês, investimentos em tecnologias, pesquisas e infra-estruturas na formação de núcleos coloniais, entre outros auxílios governamentais nipônicos.

Célia Sakurai observa que por intermédio dos seus diferentes ramos e agentes, o governo japonês participou explicitamente do processo de fixação, transporte e “bem-estar” dos japoneses. A emigração era sustentada em empresas especificamente destinadas a essas funções: “A companhia privada que inicia o trabalho de trazer imigrantes japoneses para o Brasil é a Companhia Imperial de emigração, que justamente com o governo paulista realiza essa operação”⁷⁶.

Como apontado acima, o governo do Estado de São Paulo, também apoiou a vinda de japoneses e com seu auxílio: “[...] empresas japonesas começaram a comprar grandes terras na região do Vale da Ribeira [...]”⁷⁷, exemplificamos a seguir, com o caso de Registro (SP), o que significou para o imigrante japonês essa política “dirigida” ou “tutelada”:

Para os japoneses, colônias estatais significavam o fim das dores de cabeça com os fazendeiros brasileiros, bem como a oportunidade de centrar-se na colonização e na produção, em áreas aonde os lucros iriam para os próprios imigrantes, com o duplo resultado de impedi-los de retornar ao Japão e de incentivá-los a deixar o Japão. Em 1913, a colônia de Registro, de cem mil hectares [...] foi estabelecida próximo a Iguape, a cerca de 185 quilômetros a sudeste da cidade de São Paulo. O sindicato japonês que gerenciava a colônia foi isentado do pagamento de impostos por um período de cinco anos, recebendo uma pequena quantia para cada grupo de cinquenta famílias assentadas⁷⁸.

As instituições japonesas que atuaram na formação e organização das diferentes colônias no Brasil, receberam funções e objetivos diversos ao longo do século XX. Algumas possuíam capital privado, e seguiam a lógica do lucro capitalista empresarial, outras eram empresas públicas ou ainda de capital misto, e no geral, despertavam nos capitalistas japoneses interesses em aplicar recursos nesses empreendimentos⁷⁹.

Em 1917, várias companhias de emigração japonesa dão origem a Companhia Ultramarinha de Empreendimentos, a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha. A conhecida

⁷⁵ Petrone 1977: p.119

⁷⁶ SAKURAI, Célia. Op.cit. p.223.

⁷⁷ LESSER, Jeff. Op.cit. p.165.

⁷⁸ LESSER, Jeff. Op.cit. p.166.

⁷⁹ SAKURAI, Célia. Op.cit. p.221.

KKKK, era uma estatal japonesa que representou em certo sentido “a tendência desde a época Meiji, de o governo intervir, controlando os principais setores da economia”⁸⁰.

A KKKK gerenciava uma série de atividades além da própria emigração, tais como a gestão das colônias, venda e compra de bens móveis e imóveis, toda a parte administrativa e financeira dos negócios além-mar, além da organização da infra-estrutura das colônias, tais como construção de casas, escolas e fábricas. Esse tipo de empreendimento passava a associar a manutenção da política imigratória e o aproveitamento de um mercado de capitais, através dos investimentos na cultura do algodão, fundamental para a indústria têxtil japonesa que então crescia⁸¹.

Esses empreendimentos orientados pelo governo japonês, seguiam em grande parte, o fluxo das emigrações do país, por isso, não apenas no Brasil atuavam, como no caso da KKKK, que administrava as filiais também no Peru, na Colômbia, em Cuba, nas Filipinas. No ano de 1920 a fusão da KKKK com sua única concorrente, significou que todas as terras que haviam sido compradas no Brasil por empresas privadas japonesas de imigração, passaram para seu controle⁸². Já no ano de 1927, apresentado uma política de colonização cada vez mais explícita⁸³, uma lei japonesa criava uma Federação de Emigração Exterior, que no Brasil fora denominada de Corporação de Colonização do Brasil, ou BRATAC (em japonês Takushoku Kumiai). A BRATAC a partir de 1929, investia na compra de terras, principalmente nas fronteiras agrícolas do Estado de São Paulo e Paraná, com o objetivo de criar um sistema no qual os imigrantes, “ainda no Japão, pagariam uma parcela inicial, receberiam a passagem e um lote de 25 hectares, e amortizariam o empréstimo[...]”⁸⁴ à medida que a terra fosse trabalhada. Essas empresas ou companhia colonizadoras eram bem sucedidas nas suas operações, tanto que, segundo Jeff Lesser⁸⁵ a BRATAC na década de 1940 se transformou no Banco América do Sul.

No período de nacionalização getulista (1937-1945), as companhias e as ações do governo japonês ou de empresas colonizadoras desse país, começaram a ser muito mal vistas. A pergunta elaborada nesse contexto, parecia questionar se a política imperialista japonesa resolveria dominar o Brasil, através da intensa imigração dessa etnia acompanhada pela aquisição de grandes áreas de terras? Os debates e as propostas

⁸⁰ SAKURAI, Célia. IBIDEM.

⁸¹ KODAMA, Kaori. Opt.cit. p202.

⁸² LESSER, Jeff. Op.cit. p172.

⁸³ SAKURAI, Célia. Opt.cit. p.226.

⁸⁴ LESSER, Jeff.opt.cit. p179.

⁸⁵ LEEER, Jeff. Op.cit. p.204.

governamentais começavam a combater, portanto, a vinda desses imigrantes orientais e impedir atuação de algumas empresas ou companhias japonesas de colonização. No Rio Grande do Sul, por exemplo, segundo o historiador Moacyr Flores, na margem do Rio Uruguai (região de Porto de Santo Antônio), a KKKK havia instalado, entre 1935 e 1936, famílias japonesas vindas do Estado de São Paulo. Mas essas foram expulsas das suas terras, devido à localização em “território de segurança nacional”, sendo *re-emigradas* para outras regiões do Brasil. Nesse caso, algumas se deslocaram do Rio Grande do Sul em direção ao Estado de Santa Catarina:

[...] o governo brasileiro obrigou os colonos a se retirarem da faixa de fronteira durante a guerra. O Governo brasileiro entregou os lotes a colonos nacionais, não havendo na área vestígios desta primeira tentativa de colonização japonesa. As 18 famílias japonesas, que abandonaram esta colônia, dirigiram-se para Santa Catarina, Pelotas, Porto Alegre, dedicando-se à agricultura e ao comércio⁸⁶.

Ainda segundo Moacyr Flores, dessas dezoito famílias japonesas, sete seguiram da margem do Rio Uruguai gaúcho para Santa Catarina, embora o autor não tenha especificado em quais municípios ou locais instalarem-se esses japoneses no território catarinense. O que estava ocorrendo no Estado Novo e com maior intensidade a partir da 2ª grande guerra, era a retirada dos considerados “inimigos de guerra” das regiões de fronteiras ou do litoral brasileiro. Em sua pesquisa sobre japoneses no Estado que faz divisas ao norte de Santa Catarina, a historiadora Rosangela Kimura, aponta a situação semelhante e descrita por Moacyr Flores no Rio Grande do Sul. Na época do Estado Novo, o interventor federal no Paraná, Manoel Ribas, mandou retirar dos japoneses os poderes sobre suas propriedades e os deslocou do litoral para colônias agrícolas, - possíveis locais de concentração ou de internamento dos considerados inimigos da época – no norte do mesmo Estado. Em uma descrição que na atualidade pode nos parecer irreal ou mesmo cenas de filme de ficção de Guerra, Kimura afirma:

O Paraná antecipou-se em quase todas as medidas repressoras aos imigrantes ‘eixistas’ no período da Segunda Guerra Mundial, inclusive, na que seria a mais dura ação levada a cabo pelo governo Vargas contra estes estrangeiros: a expulsão de suas casas e no suposto confinamento em campos de trabalho. No litoral paranaense, em 25 de setembro de 1942, alemães, italianos e japoneses, chamado ‘súditos do Eixo’, foram

⁸⁶ FLORES, Moacyr. “Japoneses no Rio Grande do Sul”. “*Revista Veritas*: tomo XX”, nº77. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, março de 1975. pp65-97.

obrigados a desocupar toda a área até 60 km da costa em menos de 24 horas⁸⁷.

Naquele momento, projetava-se um conjunto de “valores, normas e práticas sociais que objetivavam a preservação da estabilidade social”⁸⁸, baseados principalmente nas seguintes ordens públicas: “o anticomunismo, a trabalho, a pátria e a moral”⁸⁹. O interventor federal em Santa Catarina, por sua vez, afirmava em relatório ao presidente da República, que no ano de “1941 não entrou imigrante estrangeiro por porto catarinense”⁹⁰. Segundo o Registro dos Estrangeiros da época, havia até o final do ano de 1941, dois japoneses homens em Santa Catarina, e dois homens e uma mulher nos anos de 1942 e 1943⁹¹. Essas informações disponíveis e apresentadas nos relatórios ao presidente, demonstram a preocupação naquele período, com a localização e deslocamento dos estrangeiros em território brasileiro.

O historiador quando interessado nas rupturas temporais, permanências e observações das pessoas nos seus contextos, entende, que na época da chegada dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil, em 1908, esses foram vistos como substitutos doces para os militantes europeus, contudo, “uma década depois, a lua-de-mel havia chegado ao fim [...] um movimento antijaponês começou a surgir”⁹². Essa reflexão é possível realizar-se, através do número total de japoneses que ingressaram no Brasil, chamando a atenção que a partir de 1942, nenhum imigrante japonês ingressou no Brasil legalmente. Além de uma política de “cotas” adotada, com objetivo de restringir a imigração de elementos considerados “estranhos”, no período do primeiro governo Vargas, “a ideologia se metamorfoseava em política”⁹³. Com a 2ª Guerra Mundial, o fluxo imigratório japonês chegava à zero, assim, em relação às imagens e estereótipos construídos em determinados contextos, como observa Kimura, os japoneses foram o “elemento braço” que incrementava as lavouras paulistas, mas também os elementos

⁸⁷ KIMURA, Rosângela. “Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná 1930-1950. De cores proibidas ao perigo amarelo. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá (PR), 2006. p.17.

⁸⁸ DUARTE, Adriano Luiz. “A criação do estranhamento e a construção do espaço público”. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro, v.10, nº02. pp.129-146. jul/dez 1997. p.129.

⁸⁹ DUARTE, Adriano Luiz. *Op.cit.* p.129.

⁹⁰ Relatório do ano de 1941, apresentado ao Presidente da República por Nereu Ramos, interventor Federal do Estado de Santa Catarina. Outubro de 1942, p188. (Todas as Mensagens, Relatórios e documentos semelhantes utilizados nesse trabalho foram consultados nos: Arquivo da ALESC e no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina).

⁹¹ Relatórios dos anos de 1942 e 1943, apresentados ao Presidente da República por Nereu Ramos, interventor Federal do Estado de Santa Catarina, outubro de 1943 e outubro de 1944, p176 e p 128 respectivamente.

⁹² LESSER, Jeff. *Op.cit.* p194.

⁹³ LESSER, Jeff. *Op.cit.* p.26.

“inassimiláveis, suicidas que pretendiam desencadear uma guerra sanguinária no mundo a fim de abrir passagem às suas mercadorias baratas e consolidar sua hegemonia na Ásia”⁹⁴.

Contudo, esse fluxo migratório interrompido, retorna a partir da década de 1950, e com maior intensidade a partir dos anos de 1960. O acordo migratório estabelecido buscava, por parte do governo brasileiro, atrair imigrantes japoneses que trabalhassem na agricultura através de técnicas mais modernas que as existentes no Brasil de então. A partir desse momento pós-guerra, “os imigrantes japoneses estavam associados à competência e aos avanços de trabalho no campo”⁹⁵. Nesse contexto, os subsídios, a tutela ou a imigração dirigida eram realizados por diversas empresas ou “marcas” representantes do Japão, embora com nomenclaturas diferentes daquelas iniciais e atuantes antes da 2ª Guerra. Assim, a intenção de “tutelar” e auxiliar os emigrantes japoneses no exterior permanecia. Havia diferentes órgãos responsáveis pela emigração japonesa e segundo Flores, em 1963 foi criado o Serviço de Emigração, após junção da Federação de Associações Ultramarinas do Japão e a Companhia Pró-Fomento de Migração Japonesa, “com a finalidade de providenciar meios necessários para a radicação de japoneses no exterior”⁹⁶. Foram instalados escritórios do Serviço de Emigração japonesa nos EUA, Paraguai, República Dominicana, Bolívia e outros países, sendo que no Japão, todas as prefeituras e distritos do seu território possuíam escritórios locais do Serviço de Emigração. No Brasil a JAMIC – Imigração e Colonização Ltda – e a JEMIS – Assistência Financeira S/A foram as executoras e responsáveis jurídicas pela cooperação e apoio ao imigrante japonês no Brasil. Inclusive, a própria JAMIC vai atuar e participar na formação e organização de colônias japonesas em Santa Catarina, à partir da década de 1960 segundo pesquisa de Flores, no arquivo da empresa:

A JAMIC – Imigração e Colonização Ltda, foi fundada em 1956, com a finalidade de auxiliar os colonos japoneses através de orientação técnica e compra de terreno, procurando fixá-los à zona rural. Em 1961 a JAMIC iniciou a orientação de imigração de técnicas para as indústrias brasileiras. Mais tarde, em 1967, foi apontada pela comissão mista, criada pelo acordo de migração e colonização Brasil-Japão, como a associação que representaria e suplementaria as tarefas do Serviço de Emigração do Japão em nosso país.

⁹⁴ KIMURA, Rosângela. *Op.cit.* p 12.

⁹⁵ KODAMA, Kaori. *Op.cit.* p206.

⁹⁶ FLORES, Moacyr. *Op.ct.* p.69.

A JAMIC, em convênio com o governo do Estado de Santa Catarina, instalou uma fábrica de naftalina*, dando ainda assistência técnica à plantação de nectarina nesse Estado.

A Sucursal exterior de Porto Alegre, que funciona desde, 1958, tem sob sua jurisdição os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina⁹⁷.

A JAMIC atuava no pós-guerra semelhantemente ao que havia feito a BRATAC em período anterior.

Através dos contatos com fontes primárias e documentação de época, resistentes ao tempo e que “chegaram” até nós, é possível identificar algumas imagens e idéias construídas e atribuídas aos japoneses. Os “problemas” com esses imigrantes, eram relativos aos interesses do momento e do contexto político-social. Se no período do Estado autoritário e “unificador” da nação, as empresas colonizadoras estavam a serviço do imperialismo japonês, a partir da década de 1950 e 1960, a imigração japonesa deveria ser pensada através de um planejamento que direcionasse ao desenvolvimento agro-econômico, principalmente em regiões menos densamente povoadas e de “desenvolvimento retardatário” no Brasil. Após o período de “exceção” e de medo na 2ª Guerra, os japoneses passam novamente a serem bem vistos, quando dispostos a trabalharem como bons imigrantes, pois afinal, os órgãos de planejamento consideravam necessária a contribuição “amarela” para o enriquecimento e construção do País, segundo publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1964:

A imigração para o Brasil tem sido feita de maneira desordenada. O tipo de imigrante que seja mais útil sempre deu margem a debates e considerações várias. Todavia, na prática, os estudos são deixados de lado e a imigração é feita de modo irregular. Isto é, as seleções feitas no exterior nem sempre atendem os verdadeiros interesses do país. Referência especial deve ser feita à imigração amarela para o Brasil, que, quando teve início, neste século, foi motivo de acirrados debates. O principal problema levantado em torno desse caso, dizia respeito à formação de quistos raciais. Estes só fariam sentir se houvesse um isolamento do imigrante. Hoje não se teme mais a vinda do imigrante japonês. Muito ao contrário, eles são elementos desejáveis, pois constituem bons imigrantes, especialmente para as áreas amazônicas⁹⁸.

* Em pesquisa para essa monografia, não conseguimos maiores informações sobre a possível instalação dessa fábrica em Santa Catarina.

⁹⁷ FLORES, Moacyr. Op.cit p.71.

⁹⁸ GUERRA, Antônio Teixeira e CARVALHO, Eloísa de (organizadores). “Conclusões geográficas: principais problemas da Geografia do Brasil”. In: “Enciclopédia dos Municípios brasileiros”. Volume XIII, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1964. p13. (Volume pesquisado e disponível na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis).

Como o documento demonstra, na década de 1960 ainda havia quem afirmasse que os recrutamentos e estudos realizados em relação aos imigrantes no Brasil, não atendiam o interesse do país, principalmente porque, segundo os geógrafos autores do texto acima, a imigração sempre fora desordenada. O exemplo dessa organização, era a estranha presença no Brasil de uma etnia que isolada formava quistos raciais. Contudo, esse mesmo documento informa não mais temer os japoneses, e justamente ao contrário, esses são recomendados para habitarem as regiões amazônicas. Assim, o “desenvolvimento viria junto dos bons imigrantes”.

Estamos tentando demonstrar, situações em que o trabalho dos imigrantes japoneses foi bem quisto e quando os nipônicos foram acusados de não viverem socialmente com os brasileiros e outros imigrantes, formando “quistos raciais”. Essa pesquisa nos levou a identificar alguns discursos e imagens a respeito dos japoneses, tanto como empecilho na construção da nação ou como exemplo de trabalhadores ligados às técnicas mais modernas de agricultura. Os japoneses também foram identificados como os únicos a possuírem persistência no trabalho, vontade de progredir, capacidade de superação e transformação da natureza, portanto, necessários ao Brasil. O humorista Aparício F. Torelly (1895-1971), famoso *Barão do Itararé*, por exemplo, participou na identificação e “edificação” de preconceitos da sua época. Satirizava a “malandragem brasileira” ao relacionar a incapacidade dos brasileiros em relação aos japoneses aqui estabelecidos, e de certa forma, com o humorismo do *Barão de Itararé* também combatia estereótipos e preconceitos presentes na sociedade brasileira: “A sombra do branco é igual à sombra do preto”,⁹⁹ escreveu certa vez.. Em outros momentos também reforçava, a idéia de que aos brasileiros faltava: persistência, espírito de iniciativa e que se cansavam do trabalho rapidamente. No seu “Almanhaque 1955”, também denominado “Almanaque d’A Manhã”, o jornalista do humor mais conhecido na sua época, comparava um agrônomo que por ser brasileiro era fracassado com um agricultor japonês (leia-se bem sucedido):

Certo agrônomo, tendo ouvido falar que o emigrante japonês “planta pedregulho e colhe amendoim” está interessado em plantar amendoim para ver se colhe pedregulho, pois acha ridículo que nós, os brasileiros, não tenhamos a iniciativa de fazer alguma coisa diferente dos estrangeiros. Para começar, plantou certa quantidade de pedregulho, que deu pedregulho. Ele colheu pedregulho plantado, verificando que era mais ou

⁹⁹ ITARARÉ, O Barão de (1895-1971). “Edição fac-similar do Almanhaque de 1955 primeiro semestre ou ‘Almanhaque d’A Manhã’”. Aparício Torelly, o Barão de Itararé. 2ª edição. Sumarezinho (SP), São Paulo e Rio de Janeiro: Kraft, Studioma e Letra e Imagem Editores Associados, co-edição Arquivo do Estado de SP, 1990. p.143.

menos a mesma quantidade que plantara, chegando à conclusão de que a terra estava cansada e que ele já estava também. E desistiu. Como se vê, não é idéia que falta aos brasileiros. O grande mal é a falta de persistência¹⁰⁰.

Na anedota acima, o agrônomo brasileiro por mais que possuísse sua formação técnica, não conseguira despertar uma idéia realizável, nem imitar o “bom estrangeiro” ou cultivar a terra, afinal, para isso é necessário persistência. Brincando com as palavras, Barão do Itararé, faz entender que o problema do agrônomo é ser brasileiro e não japonês¹⁰¹, sendo esse o exemplo de trabalho para aquele. Dito de outra maneira, segundo Jeff Lesser, “[...] os imigrantes japoneses estavam criando o ‘país do futuro’, o que os brasileiros não eram capazes de fazer”¹⁰².

Um exemplo sempre lembrando sobre a capacidade de organização, cooperação e sucesso dos japoneses no Brasil, é a História de Cooperativa Cotia de São Paulo, a CAC. Nós veremos adiante - não mais em anedotas - como em Santa Catarina, no município de São Joaquim, por exemplo, aonde os japoneses ali estabelecidos através da expansão da CAC, foram recrutados para plantarem e colherem maçãs em solos pedregosos, afinal, “plantar pedregulho e colher maçã é persistência japonesa”. Ou ainda, veremos que os japoneses serão instalados “em solos de turfa” no litoral catarinense, superando as adversidades de solos mal formados.

¹⁰⁰ ITARARÉ, O Barão de (1895-1971). Opt.cit. p.98.

¹⁰¹ O humorista, na página 214 do seu Almanhaque afirmava: “Para japonês qualquer febre é amarela”. ITARARÉ, O Barão de (1895-1971). Opt.cit.

¹⁰² LESSER, Jeff. Opt.cit. p.166.

CAPÍTULO II

A CRIAÇÃO DA 1ª COLÔNIA JAPONESA EM SANTA CATARINA:

A política agrária que atraiu imigrantes japoneses.

2.1 Curitiba, IRASC, JAMIC...

No último mês do ano de 1961 o governador do Estado de Santa Catarina, Celso Ramos, criava através da lei número 2.939 o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina, chamado IRASC. Esse documento (assinado também pelo secretário da Agricultura Atílio Fontana, atualmente presente no acervo da ALESC) extinguiu a Diretoria de Terras e Colonização e dava as diretrizes do novo órgão, estabelecendo o IRASC como uma autarquia. Anterior a essa Lei, mas durante o primeiro ano do governo – eleito com a aliança entre o PSD e PTB, respectivamente governador Celso Ramos e vice-governador Doutel de Andrade – várias áreas (setores) receberam grupos de trabalhos que deveriam discutir a conjuntura em que fora recebido o Estado e propor ações e planos para os próximos anos de governo. O “grupo de trabalho para o estudo dos assuntos de terra e colonização”, definia “como desumano e anti-social ‘o critério adotado pela Diretoria de Terras e Colonização no distribuir as concessões de terras devolutas’”¹⁰³. O mesmo grupo de trabalho afirmava:

[...] mais do que nunca [a sociedade] está a exigir uma distribuição mais humana, e, por isto, cristã, da propriedade.

Quando a nossa mais alta Câmara Legislativa se reúne, sucessivas vezes, para adotar um novo estatuto agrário capaz de modificar radicalmente a sua estrutura; quando os bispos do Brasil inteiro, acordados pelo clamor das vastas legiões camponesas, decidem lutar por uma reforma agrária que propicie um número cada vez maior de proprietários, o Estado de Santa Catarina por incrível que possa parecer – pratica exatamente o inverso: destrói a pequena propriedade onde ela já existe, sem violência ou qualquer outra medida extrema, para transformá-la em grande latifúndio, o mais cruel de todos, pois que à custa da expulsão do colono que nela vive há longos anos, a tornar a terra produtiva, e o seu trabalho, eminentemente social.¹⁰⁴

¹⁰³ LOHN, Reinaldo Lindolfo. “A Cidade Contra o Campo”. In: BRANCHER, Ana (organizadora). “História de Santa Catarina. Estudos contemporâneos”. 2ª edição. Florianópolis: letras contemporâneas, 2001. p.55

¹⁰⁴ Estado de Santa Catarina – Grupos de trabalho. Governo Celso Ramos, separata da Mensagem. Florianópolis, 1961. (documento Existente na ALESC ou Arquivo Público do Estado de Santa Catarina).

Descrevendo o contexto de distribuição e acesso desigual à terra, mas de um momento favorável para a luta da reforma agrária, segundo esse relatório, o Estado de Santa Catarina permitia a destruição das suas pequenas propriedades. Buscando evitar a continuação e permanência da concentração da terra, seguindo as sugestões do grupo de trabalho de terras e colonização, em 09 de dezembro de 1961 é criado o IRASC. A Lei publicada que regulava esse órgão (observe anexo nº01 no capítulo 2º), informava seu estatuto e suas funções: colonizar terras devolutas, fazer levantamento dos latifúndios improdutivos, revisar as concessões de terras, atender as pressões sociais adquirindo latifúndios improdutivos¹⁰⁵ fazendo colonização, entre outras. Assim, as funções da (ex-)Diretoria de Terras e Colonização, o IRASC tomava para si, agregando a idéia de reforma agrária e outros planejamentos.

Após algum tempo, o mesmo governador, em viagem ao Rio de Janeiro declarava que em “em Santa Catarina 1963 será o ano da terra”. De fato, pelo menos em discursos, aquele governo estava disposto a legalizar as posses dos pequenos proprietários em Santa Catarina e extinguir o latifúndio. Segundo jornal da época:

O governador de Santa Catarina, Sr.Celso Ramos, que esteve no Rio tratando de problemas de seu Estado com autoridades do Ministério da Saúde e da Viação, declarou à imprensa que 1963 será, em Santa Catarina, o ‘ano da terra’.

O Sr.Celso Ramos que criou o Banco de Desenvolvimento do Estado para incentivar a indústria, a agropecuária e a agricultura, em particular, acaba de entregar o milésimo título de propriedade agrícola a um camponês catarinense, dentro de seu programa de reforma agrária.

[...]

A reforma agrária em Santa Catarina está sendo feita com a assistência de autoridades eclesiásticas. Em contato com a Igreja, o governador Celso Ramos instituiu um sistema de organização rural, sem demagogia e dando, além da terra, o necessário amparo técnico e financeiro ao homem do campo.¹⁰⁶

No mês seguinte do mesmo ano, abril 1963, em Mensagem anual à Assembléia Legislativa, o governo apresentava a “colonização japonesa no município de Curitiba”, estando o IRASC em parceria com o Consulado japonês de Porto Alegre e o Instituto japonês de Imigração e Colonização (JAMIC) realizando contatos para o estabelecimento de colonos japoneses no município de Curitiba. Ao IRASC, ficava estabelecido realizar a demarcação dos lotes para localização das cinquenta primeiras

¹⁰⁵ No inciso nº 01 do Art 5º: “entende-se por latifúndio improdutivo, a área de terra que oferece condições para ser explorada economicamente, e, no entanto, se encontra em mãos de proprietários que não utilizam racionalmente” – Leinº2939, página 04. (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina).

¹⁰⁶ Jornal ANotícia, ano XLI. Joinville, 3ªfeira, 05 de março de 1963, nº8.858. p.01.

famílias, desapropriar as terras necessárias, construir a estrada principal e os acessos aos lotes, transportar parte das famílias e construir as residências dos colonos até o fim do ano de 1963¹⁰⁷.

Os jornais desse momento, retratavam constantemente com entusiasmo a política agrária de Celso Ramos, com ênfase no Jornal O'Estado, claramente “favorável” e partidário do governador da época, inclusive, o jornal citado era pertencente a família do mandatário do poder executivo catarinense.

Já a presença dos imigrantes japoneses não era tão recente em Santa Catarina e a tentativa de instalação de uma colônia dessa etnia, também havia ocorrido anteriormente, provavelmente com fracasso. Na Mensagem do governo Adolpho Konder, apresentada no ano de 1927, no capítulo referente a Terras e Colonização, afirmava-se que a Sociedade Colonizadora Hanseática¹⁰⁸ havia instalado 98 imigrantes estrangeiros em Santa Catarina, sendo 03 japoneses, 06 austríacos, 17 russos e 72 alemães. Na pesquisa realizada em documentos da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a primeira referência à imigração japonesa nas mensagens do poder executivo, foi essa de 1927. Em relação à formação do provavelmente, primeiro núcleo colonial oficial habitado por japoneses, seria, caso tivesse sido realizado, aquele descrito na mensagem do Governador Jorge Lacerda no ano de 1957, provavelmente instalado no município de Palhoça:

Diretoria de Terras e Colonização
Colonização japonesa
Coube ainda à Diretoria de Terras e Colonização, no exercício de 1956, a execução dos trabalhos preparatórios para a implantação, em nosso Estado, em moldes nacionais, de uma

¹⁰⁷ Estado de Santa Catarina – 3º mensagem anual. Apresentada à Assembléia Legislativa pelo governador Celso Ramos. Florianópolis 15 de abril de 1963. p.174. (Disponível no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina ou na ALESC).

¹⁰⁸ Sobre a Companhia Hanseática, ressaltamos:

“A Sociedade de Colonização Hanseática que possuía grande gleba no vale do Itajaí, por exemplo, devido ao rigoroso controle que exercia em Hamburgo sobre o embarque de emigrantes, nunca conseguiu trazer o número de colonos que era previsto no contrato, tendo que recorrer a excedentes populacionais das áreas de colonização mais antiga. Não poucos núcleos, principalmente os organizados por companhias particulares, receberam imigrantes não aptos para o trabalho agrícola”. Retirado de: PETRONE, Maria Tereza Schorer. “Imigração”. In: FAUSTO, Boris. “História Geral da civilização brasileira”. Tomo III. O Brasil Republicano. 2º volume. Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1977. P.123.

“A Companhia Hanseática de Colonização estabeleceu o núcleo Hansa/Hammonia (Ibirama) em 1897; a intensa atividade dessa companhia, inclusive na implantação de ferrovias, praticamente ligou as regiões coloniais de Joinville e Blumenau, passando por Jaraguá do Sul, formando uma área contínua onde predominou o assentamento de alemães”. Retirado em: SEYFERTH, Giralda. “A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito”. IN: FAUSTO, Boris (org). “Fazer a América”. 2º edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p.281.

colonização japonesa, constituída de cerca de 200 famílias já radicadas no Brasil.

A área escolhida pelos técnicos da Companhia Industrial de Produtos Agro-Pecuária e Marítima foi a dos Campos de Massiambú e Araçatuba, no município de Palhoça. A fim de conhecer as nossas terras, aqui estiveram 26 representantes da colônia japonesa radicada em São Paulo, que nessa visita se demoraram cinco dias.

Estão concluídas os serviços de levantamento das áreas escolhidas, esperando-se para breve o início da colonização, propriamente dita.

Como é fácil prever, essa colonização trará inúmeros benefícios ao Estado, e, especialmente à Capital, pelo abundante fornecimento que irá fazer às nossas populações de produtores de Fruticultura, Horticultura em geral, Cereais, Avicultura e Pecuária. Visa, assim, o governo cooperar para o aumento da produção e, conseqüentemente, para o barateamento do custo de vida.¹⁰⁹

Embora otimista a mensagem acima, a documentação e a pesquisa nos revelam a não formalização e construção dessa colônia “verde” que abasteceria a região da capital do Estado. Talvez os 26 japoneses representantes da comunidade nipônica de São Paulo, não tenham se interessado pela localização ou mesmo o Estado de Santa Catarina não desempenhara o papel de “atrair” os imigrantes, a ação “tutelar” importante e valorizada para os japoneses como vimos no primeiro capítulo. Possivelmente, fora realizado o primeiro convênio para a instalação de japoneses em Santa Catarina em 1963. Segundo o Jornal O’Estado¹¹⁰ de 03 de julho de 1963, estiveram em Florianópolis o cônsul adjunto do Japão Massao Fujimoto, o presidente do IRASC Luiz Navaro Stotz e o Governador Celso Ramos mantendo contato à respeito do convênio firmado entre o IRASC e a JAMIC. Assinaram o convênio o governador do Estado e o cônsul do Japão. Esse governador não perdeu tempo, em nomear a primeira comunidade japonesa do Estado, com seu próprio nome: Celso Ramos.

O núcleo agrícola localizado no município de Curitibanos, em que se instalariam os imigrantes japoneses, era denominado Celso Ramos, pelo menos esse fora o nome apresentado na mensagem do referido governador à Assembléia Legislativa do estado em 1964 e também estava nas páginas dos jornais que divulgavam o “nascimento” dessa vila agrícola. Ao contrário da mensagem do ano anterior, em que se lia “colonização japonesa de Curitibanos”, logo que os investimentos e recursos do Estado estavam presentes e a materialização dessa colônia era visível, o “batizado” da vila como Celso

¹⁰⁹ Estado de Santa Catarina – Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado. Governador Jorge Lacerda. Florianópolis: 15 de abril de 1957. p135.

¹¹⁰ Jornal O’Estado. Florianópolis, 4ªfeira, 03 de julho de 1963, nº14.721. p.08.

Ramos se efetuou. Gozando de todo o poder simbólico, do “ver e ser visto” e do “divulgar” as ações e símbolos dos seus governos, naquela época denominar os núcleos colônias e outras ações públicas com nome dos governadores ou de seus funcionários era prática comum, como veremos nas outras vilas japonesas fundadas. Dessa vez, a implantação dos japoneses em uma colônia agrícola foi bem sucedida, tanto que no final do ano de 1963, o “Dr Masamitsu Minemura e Keiichiro Takebuchi, vice-diretor da JAMIC de Porto Alegre, que trataram de assuntos da colonização japonesa agradeceram a cooperação dada em 1963”¹¹¹, o agradecimento ao apoio, foi dado a Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina, confirmando a tentativa do governo em estabelecer esses imigrantes, semelhante ao que ocorreu com o governo paulista no início do século XX.

Considerando o relevante papel da JAMIC no processo de colonização japonesa em Santa Catarina, apresentamos a seguir, uma breve abordagem a seu respeito, entendendo-a como uma empresa colonizadora.

A JAMIC – Imigração e Colonização Limitada – atuava nos mesmos moldes que a Colonizadora BRATAC, antes da segunda guerra mundial. Segundo informação da documentação publicada em 1978 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – os dados de 1960 indicavam “que do total de japoneses entrados no Brasil, 85% eram agricultores”¹¹². Provavelmente devido ao alto fluxo de imigrantes ligados ao trabalho agrícola no Brasil, o governo japonês tenha mantido uma estrutura de “tutela” aos seus emigrantes, semelhante ao momento anterior às décadas de 1950-1960. Entendendo a emigração como uma política pública, o governo japonês auxiliou na organização da Fundação da Federação das Associações Ultramarinas no Japão

encarregados dos serviços de recrutamento, seleção e embarque dos emigrantes no país, e no exterior o serviço atinente à sua recepção. A entidade começa a funcionar oficialmente como órgão público para cuidar dos serviços relacionados com a emigração¹¹³.

Em vários países imigrantistas foram instaladas filiais das companhias de colonização japonesa, com objetivo de auxiliarem os nipônicos desde o desembarque no país receptor. No Brasil foi organizada e criada a JAMIC – Imigração e Colonização

¹¹¹ Jornal O Estado. Florianópolis, 3ª feira, 17 de dezembro de 1963. nº14.832. p.08.

¹¹² Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária. Ministério da Agricultura e Departamento de Projetos e Operações. “70 anos de Imigração japonesa para o meio rural brasileiro”. Brasília: junho de 1978. p.07. (Biblioteca Central da UFSC).

¹¹³ “Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil”. Comissão da de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil. – São Paulo: Hucitec: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa. 1992. p.390.

Ltda e a JEMIS – Assistência Financeira S/A, essa última responsável por financiamentos aos agricultores japoneses. Cabia a JAMIC e a JEMIS:

Múltiplas as atribuições da JAMIC: serviço de recepção dos imigrantes, preparativos para a introdução de imigrantes agricultores e industriais, consultas, pesquisa básicas para empresas que se instalam no país, formação de ijû-chi (núcleos coloniais) próprias e sua administração, alienação de lotes, ajuda geral aos imigrantes, orientação sobre a gestão da lavoura, organização de entidade de auto-administração, ajuda à introdução de eletricidade rural, apoio e ajuda à escola, pensionato para estudantes, pavilhão de centro cívico e demais instalações de caráter público, auxílio à educação dos filhos de imigrantes, à assistência médica, etc.

Quanto à JEMIS, trata-se de uma empresa especializada em financiar imigrantes, dividindo-se as suas atividades em financiamento à agricultura e financiamento à indústria. Os serviços parecem simples, porém o volume de recursos financeiros movimentados pela JEMIS superava em muito o da JAMIC. Embora formalmente as duas empresas assumissem a forma de organização local, na prática constituíam entidades estatais, com capital 100% fornecido pelo governo japonês¹¹⁴.

Em Santa Catarina, as referências a JEMIS são quase inexistentes, tanto em documentos do governo do Estado, bem como na memória de alguns japoneses entrevistados. A JAMIC ao contrário, é sempre lembrada por ter atuado diretamente na formação de outros três núcleos japoneses em Santa Catarina, além desse localizado em Curitiba. Na distribuição espacial dos imigrantes fixados no núcleo Celso Ramos, alguns japoneses e seus familiares conquistaram 25 hectares em média, enquanto os japoneses dispostos no núcleo Tritícola chegaram a receber 45 hectares.

2.2 O entorno do Núcleo Celso Ramos e momentos anteriores a sua criação.

Na divisa do núcleo Celso Ramos havia uma comunidade rural, habitada principalmente por descendentes de alemães, criada na década de 1950 com objetivo de produzir trigo, por isso, a aldeia fora denominada de núcleo Tritícola. Naqueles anos, a importação desse cereal pesava nos encargos e contas do governo federal, e pela peculiaridade climática do Estado e também das condições geográficas da micro-região, implantou-se uma vila de produtores de trigo. Aliás, observando a relação ser humano - natureza é interessante à referência entre alguns japoneses estabelecidos em Santa Catarina, sobre o clima do Sul do Brasil como sendo semelhante ao do Japão. Inclusive, segundo os próprios imigrantes, o fator climático chegou a ser um dos mecanismos de

¹¹⁴ “Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil”.op.cit. p395.

atração que levaram alguns a imigrarem para o espaço catarinense. Contudo, é também o clima subtropical (temperado) de temperaturas baixas e sensações gélidas, que possivelmente afastou imigrantes, mesmo após terem estabelecidos em Santa Catarina, como o caso de Kaneharu Kuroiwa, que solicitou ao IRASC¹¹⁵ em setembro de 1981 a possibilidade de vender sua propriedade ao senhor Hirotaka Onaka. O solicitador Kuroiwa, residente do lote número 51 do núcleo Celso Ramos, argumentava problemas de saúde e “por recomendação médica, ter que mudar para um região em que o clima seja mais quente”¹¹⁶. Kaneharu Kuroiwa que havia assinado o contrato para sua instalação no núcleo japonês de Curitiba, em 27 de outubro de 1971, solicitava a liberação da cláusula que proibia a venda da sua terra, sendo autorizado pelo órgão da Secretaria da Agricultura de Santa Catarina a vender, arrendar ou transmitir seu imóvel a outrem da melhor forma que lhe fosse conveniente.

A instalação de japoneses próximos e juntos dos agricultores do núcleo Tritícola, significava segundo discurso da época, a introdução de novos saberes, técnicas e possibilidades de plantio e colheita, haja vista que a produção aumentava na direção ao relevo mais plano no oeste do Estado, enquanto as ondulações do Núcleo Tritícola diminuía a produção na região¹¹⁷. Segundo Glauco Olinger, “o elemento humano em Curitiba não foi receptível a triticultura na época. Ao passo que os pequenos agricultores do oeste, principalmente do Vale do Rio do Peixe, naquela época, se dedicaram à triticultura”¹¹⁸. Além dessa concepção dos habitantes que estavam mais aptos ao trabalho com o trigo, o que estava ocorrendo de fato, era o deslocamento dessa produção em direção a terras que permitiam à introdução de mecanização na lavoura, assim, a topografia favorável à moto – mecanização se deu em direção ao extremo-oeste catarinense. O relevo mais plano permitia a mecanização mais intensa, seguida de maiores produtividades e lucratividades, inclusive, a estação experimental e de pesquisa do governo do Estado, fora criada em Caçador, com o objetivo estratégico de auxiliar e dinamizar a produção de trigo nos municípios próximos: Capinzal, Joaçaba, Videira, Tangará, Herval do’Oeste e outros. “Naquela época, década de 1940-1950, a Capital do

¹¹⁵ O IRASC foi extinto no governo Jorge Bornhausen, como veremos em outro capítulo, nessa época o chamado Colecate foi o responsável pela documentação do IRASC.

¹¹⁶ Kaneharu Kuroiwa, correspondência a Coordenadoria de legitimação e Cadastramento de Terras Devolutas, Colecate. Documento pesquisado e disponível no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹¹⁷ “Ali em Curitiba, antes do núcleo japonês, tinha o núcleo tritícola de Curitiba. Esse núcleo era da divisão de Terras e colonização do Ministério da Agricultura”, segundo Glauco Olinger.

¹¹⁸ Glauco Olinger, entrevista gravada a André Souza Martinello em 30/05/2006 na Biblioteca da EPAGRI em Florianópolis.

Trigo era Joaçaba, tudo produzido em pequenas propriedades. Hoje a capital do Trigo é Campos Novos, devido sua topografia favorável a moto-mecanização”¹¹⁹.

Takashi Chonan, um dos camponeses nipônicos que se instalou no Núcleo Tritícola, afirmou que os japoneses residentes em Lages, ficaram sabendo na época da criação do Núcleo Tritícola e dos incentivos para a produção, vindos do Governo Federal. Segundo o japonês Chonan, aproximadamente ao ano de 1948, o Governo havia encontrado em Bagé (RS), e em Curitibanos (SC) duas localidades geo-climáticas favoráveis ao cultivo do trigo. Contudo, bastou poucos anos para entenderem que a topografia dificilmente seria superada em Curitibanos: “o relevo muito acidentado para se jogar a semente e arar com boi, como se fazia, e o trigo começava a ser plantado nas regiões de Campos Novos (SC) e Passo Fundo (RS)”¹²⁰. “É aí que entra a proposta de Colonização Japonesa, feita pelo IRASC”¹²¹, nas mediações do núcleo Tritícola de Curitibanos.

Os japoneses seriam aqueles que por dominarem a técnica, um conhecimento especializado e trabalharem a terra de forma satisfatória, ensinariam aos que próximos a eles estivessem, para que “num entrelaçamento com o nosso colonos, se formasse em Curitibanos um núcleo destinado a explorar em primeiro plano a fruticultura”¹²². Ou como sintetiza Chonan: “o pensamento era colocar 10% de japoneses para mudar a cultura do trigo”. Em algumas terras “devolutas” do núcleo Tritícola, que o IRASC buscou legalizar e em algumas áreas de uma fazenda de um ex-secretário da Saúde do Estado de Santa Catarina¹²³, recordam-se dois imigrantes japoneses, Fumio Honda e Takashi Chonan, se realizou a Reforma Agrária. “Naquele tempo, foi feita uma Reforma Agrária Moderna”, lembra-se o senhor Fumio Honda, referindo-se talvez, a tecnologia que “os modernos” e entendidos japoneses dominavam e implantavam na agricultura. A instalação, formalização e realização dessa primeira comunidade japonesa, através de uma reforma agrária fora “divulgada” pelo IRASC, como resultado de uma política sua bem-sucedida, junto de outras ações do Governo na época, e aparecia constantemente nos jornais, inclusive como um exemplo de Reforma Agrária a ser seguida.

¹¹⁹ Glauco Olinger, entrevista gravada a André Souza Martinello em 30/05/2006 na Biblioteca da EPAGRI em Florianópolis.

¹²⁰ Takashi Chonan entrevista gravada a André Souza Martinello em 29/04/2006 em Curitibanos.

¹²¹ Takashi Chonan entrevista gravada a André Souza Martinello em 29/04/2006 em Curitibanos.

¹²² Governo do Estado de Santa Catarina – Mensagem anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado. 3º mensagem do Governador Ivo Silveira. Florianópolis: 01 de março de 1968, p.182.

¹²³ Segundo informou Fumio Honda, em entrevista informal a André Souza Martinello, quando realizado trabalho de campo em Frei Rogério, 30/04/2006 (Núcleo Celso Ramos).

A constituição do Núcleo Colonial ‘Governador Celso Ramos’, na cidade de Curitiba, é meta que dá tônica mais expressiva da orientação agrária do órgão do atual Governo. A fixação do homem à gleba cultivável tem sido uma constante do órgão que interpreta e conduz a política agrária atual. Nos termos da legislação vigente Santa Catarina dá exemplo admirável, no esforço de propiciar o maior acesso à terra. Com o núcleo de Curitiba, o IRASC conceitua em definitivo as linhas mestras da sua orientação¹²⁴.

Na Mensagem do Governo em 1964, o IRASC informava ter tomado para si, todos os serviços da instalação do Núcleo Celso Ramos e no ano anterior, 1963, havia iniciado a desapropriação de terras, concluído o serviço topográfico, subdividido 60 lotes de 250.000 metros quadrados em média, “onde se instalarão 45 famílias de imigrantes japoneses e 15 famílias agricultores nacionais”, além de ter adiantado a construção de um Centro Cívico administrativo com escola, residência do professor, galpões e outros. Segundo essa Mensagem, o IRASC investiu no ano de 1963, mais de catorze milhões de cruzeiros nessa colônia. A JAMIC parecia começar a distanciar-se e a não atuar explicitamente na construção dessa Colônia, pelo menos financeiramente. A Mensagem de 1964 terminava esperando o IRASC “inaugurar, oficialmente o Núcleo em abril deste ano”.

2.3 Mudança mais conservadora: regime militar brasileiro.

Contudo, entre o final do mês de março e início do mês de abril de 1964, o governo federal democrático brasileiro é abalado com o golpe organizado por alguns governadores de Estados e pela Forças Armadas, como Exército, quando se instalou o Regime militar no País. A república brasileira se alterava com a derrubada do presidente eleito. Em relação às questões agrárias em Santa Catarina, muitas políticas e propostas foram modificadas, com a ascensão de um poder mais autoritário no governo central. Nas páginas dos jornais, o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina – IRASC e mesmo o governador do Estado, buscaram distanciar-se das suas primeiras propostas, alterando sensivelmente seus discursos. Entendemos que aquela primitiva Reforma Agrária, de fato não atingia a resolução de todos os problemas oriundos do Latifúndio, e que uma característica deste “programa era o envolvimento em toda uma atmosfera

¹²⁴ Jornal O Estado. Florianópolis, 5ª feira, 18 de abril de 1963. nº14.672, p.08.

populista, na qual o povo aparecia como um elemento retórico constantemente evocado para legitimar as intenções de seus formuladores”¹²⁵.

De qualquer forma, a instalação do IRASC no Governo Celso Ramos, demonstrava certa sensibilidade ao debate brasileiro do momento e, esse governo representava a sua maneira, o chamado nacional-desenvolvimentismo. Basta lembrar que a família Ramos no plano nacional, estava ligada a Juscelino Kubitschek (Nereu Ramos transmitiu o cargo da presidência da República a JK e seu vice João Goulart). O governador Celso Ramos, pertencia ao mesmo partido do ex-presidente e assim, essa “euforia” e oratória em favor da Reforma Agrária em Santa Catarina, se frustrava com o golpe militar brasileiro. Nas palavras de Reinaldo Lohn:

Com o golpe militar de 1964, definitivamente procurou-se afastar a possibilidade de uma transformação profunda no meio rural, que poderia vir com a reforma agrária, pondo em seu lugar projetos que disseminariam grandes empresas capitalistas, altamente tecnificadas, concentrando ainda mais a terra e a riqueza no campo¹²⁶.

Embora, em um primeiro momento pareça distante esse evento à imigração japonesa em Santa Catarina, veremos adiante, como, principalmente em relação às questões de terra e a produção agrícola, o regime militar brasileiro influenciou diretamente na concepção de agricultura a ser implantada no Estado, inclusive no que se refere aos camponeses nipônicos. Como dito anteriormente, após o golpe militar em primeiro de abril de 1964, as notícias e mesmo os discursos, em relação à Reforma Agrária e a ação do IRASC em Santa Catarina modificaram. Nota-se nas páginas do jornal O’Estado, o posicionamento do governo estadual em favor de uma “estruturação agrária democrática”, ou seja, tomava um distanciamento e até mesmo separação das propostas “reformistas” de João Goulart, que acabara de ser derrubado. Alterou, portanto suas “convicções” e propostas do IRASC e ligava-se a uma postura “Democrática”, discurso dos que recém tomavam o poder central. Nos Jornais A Gazeta e O’Estado, após aproximadamente vinte dias ao golpe militar, o tom das atividades do IRASC é divulgado de forma explicativa:

Já tivemos ocasião de assinalar quanto representa para o nosso Estado o fato de haver iniciado, sem quaisquer concessões à demagogia extremista e sim apenas e rigorosamente dentro dos postulados constitucionais, a reforma

¹²⁵ LOHN, Reinaldo Lindolfo. “A Cidade Contra o Campo”. In: BRANCHER, Ana (organizadora). “História de Santa Catarina. Estudos Contemporâneos”. 2ª edição. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. pp-41-60.

¹²⁶ LOHN, Reinaldo Lindolfo.op.cit.p.60.

agrária. [...] não comportaria a intencional protelação destinada a desviar o sentido eminentemente democrático das soluções, o Governador Celso Ramos empreende o encontro do Poder Público com o homem rural, a fim de levar-lhe a assistência que lhe era devida, sem o sacrifício das convicções cristãs em que se plasmou toda a alma brasileira.

O IRASC foi o órgão técnico-administrativo criado em substituição à antiga Diretoria de Terras e Colonização, para amparar, nos seus direitos, à terra cultivável, o agricultor que nela de fixará com sua prole.

Longas áreas inexploradas, patrimônio improdutivo do Estado, passaram a incorporar-se, através das concessões legais feitas a agricultores, ao solo enriquecido pelas searas, de que resultariam compensações econômicas não só para os que a cultivam, mas também para a comunidade catarinense¹²⁷.

Buscando claramente amenizar seus discursos anteriores e propostas de Reforma Agrária¹²⁸, como anular o Latifúndio, o IRASC informava pela primeira vez, não atuar em um plano radical, mas em regras estabelecidas na constituição e através dela, amparava juridicamente a posse dos camponeses e incorporava longas áreas de terras estatais, consideradas improdutivas. De fato, provavelmente após 1964, os políticos filiados ao PSD e PTB começaram a ser mal vistos pelo governo federal, e alguns desses, buscando manterem-se em seus cargos (e interesses gerais) dirigiam-se para propostas do governo militarista. A partir de abril de 1964, o esforço do Governo Celso Ramos será em finalizar seu mandato e eleger seu sucessor, o que de fato aconteceria.

Na última Mensagem do governador enviada a Assembléia Legislativa catarinense, em abril de 1965, aponta-se a instalação do núcleo colonial “Governador Celso Ramos” como, se processando normalmente a desapropriação pelo IRASC de novas áreas e a fixação de oito famílias de japoneses, vindos do Estado do Rio Grande do Sul. Também coube ao IRASC construir as casas em que se alojaram os japoneses “devendo ser iniciada no exercício de 1965, a construção de mais 40, para receber os imigrantes a chegar do Japão, em maio provavelmente”. A mensagem aponta que o edifício escolar e outros prédios estão prontos e finaliza, informando que em visita recente ao Núcleo Governador Celso Ramos “verificamos a satisfação dos colonos lá

¹²⁷ O mesmo texto com mesmo título, foi publicado em dois jornais. Primeiro no O’Estado. Florianópolis, 6ªfeira, 24 de abril de 1964 p.05 e no dia seguinte no Jornal A Gazeta. Ano XXX. Florianópolis, sábado. 25 de abril de 1964, número 7.610, p.07. O referido texto chamava-se: “O Instituto de Reforma Agrária da Santa Catarina em atividade”.

¹²⁸ Como por exemplo, no Jornal A GAZETA. Florianópolis, Domingo, 12 de janeiro de 1964. nº7.541p.04: “O IRASC transpondo dinamicamente as velhas barreiras da burocracia, que tanto emperraram a ação da extinta Diretoria de Terras e Colonização, está realmente executando, em Santa Catarina a boa e sadia reforma agrária”.

radicados, pela maravilhosa colheita de cereais, especialmente, batatinha, e de tomate, culturas de manutenção”¹²⁹.

É possível observar através das Mensagens de governo e dos jornais de época, um alinhamento progressivo do governo do Estado de Santa Catarina, no que se refere às políticas agrárias (questões de terra, produção, desenvolvimento, ou seja, dinâmica do espaço rural), com o governo Federal. Principalmente e com maior ênfase, a partir do sucessor de Celso Ramos, Ivo Silveira. Em 14 de janeiro de 1966, por exemplo, um jornal de Florianópolis, divulgava o convênio estabelecido entre o IRASC e o IBRA (Instituto Brasileiro de Agricultura), ou seja, um órgão estadual e outro federal que visavam a “execução dos serviços de cadastramento rural em Santa Catarina”¹³⁰. A partir desse convênio, como aponta o jornal, o Estado de Santa Catarina, estava comprometido a prestar assistência ao IBRA, com o IRASC concedendo salas, veículos e outras estruturas. No dia 28 de janeiro de 1966, o mesmo jornal da capital, informava que o IRASC antecipava a inauguração do Núcleo Governador Celso Ramos em Curitibanos, pois o presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA – considerado o “convidado especial” iria comparecer na inauguração, que contaria ainda, com a presença do Cônsul Geral do Japão para os estados sulinos e do Presidente do IRASC.

As solenidades de inauguração do Núcleo governador Celso Ramos em Curitibanos, construído pelo IRASC, abrigando cerca de 15 famílias de colonos japoneses e brasileiros, anteriormente marcada para o dia 05 de fevereiro foi antecipada para o próximo domingo, tendo em vista a impossibilidade do sr. Presidente do INDA comparecer na data inicialmente marcada.

Conforme já noticiamos, o Núcleo Governador Celso Ramos localiza-se em Frei Rogério município de Curitibanos, tratando-se de realização mais importantes para o desenvolvimento agrário de Santa Catarina, uma vez que abriga colonos com grandes conhecimentos agrícolas a serviço da agricultura do nosso Estado¹³¹.

Talvez possa parecer isolado esse fato de antecipar a inauguração do núcleo japonês, e contar com a presença do representante do governo federal, o presidente do INDA. Mas de fato, as relações políticas e seus símbolos, são importantes para se entender, por exemplo, as localizações das colônias japonesas em Santa Catarina, ou ainda, em que medida influenciou na imigração ou na vida dessa etnia no Estado.

¹²⁹ Governo do Estado de Santa Catarina – Mensagem anual à assembléia legislativa catarinense. 5ª mensagem do Governo Celso Ramos. Florianópolis: 15 de abril de 1965.

¹³⁰ Jornal O Estado. Florianópolis, 6ª feira. 14 de janeiro de 1966, nº15.327, p.01.

¹³¹ Jornal O Estado. Florianópolis, 28 de janeiro de 1966, p.08.

Alguns detalhes, por mais que possam parecer insignificantes, devem ser levados em consideração, afinal “o historiador não deve temer as mesquinhas, pois de mesquinha em mesquinha, de pequena em pequena coisa, que finalmente as grandes coisas se formam”¹³².

Assim, dia 02 de março de 1966 divulgava o jornal O’Estado, o agradecimento do presidente do INDA ao IRASC, devido a acolhida no ato inaugural do Núcleo Governador Celso Ramos ocorrido em trinta de janeiro e “agradeceu ainda a homenagem que lhe foi prestada pelo governo do Estado, dando o seu nome ao estabelecimento escolar construído naquele núcleo [...]”¹³³. A denominação da escola, construída pelo IRASC no núcleo Celso Ramos, com o nome do presidente do INDA significou para o mesmo uma “homenagem [que] extravasou os limites das relações formais entre o INDA e o IRASC, para se constituir numa autêntica integração das duas entidades responsáveis pelo desenvolvimento agrário, respectivamente nos planos nacional e catarinense”¹³⁴. O presidente do INDA, Eudes Leão Pinto, enviou ainda agradecimentos, pelo seu nome na referida escola, ao ex-governador Celso Ramos e ao presidente do IRASC José Felipe Boabaid.

Na primeira Mensagem de Ivo Silveira como governador do Estado à Assembléia Legislativa, em março de 1966, é informado o caráter da continuidade e conclusão das instalações do núcleo Celso Ramos, restando parte da área em litígio por desapropriação judicial. Também é descrito o esforço para registrar o Núcleo junto ao INDA. No geral, o governo Ivo Silveira seguiu as linhas do antecessor Celso Ramos, implantando no Estado, uma agricultura mais moderna e baseada na técnica, como o Projeto de Fruticultura de Clima Temperado (PROFIT).

Na Mensagem do ano seguinte, não havia muitas novidades em relação à imigração japonesa para Santa Catarina e assim foi até o final desse governo. Essa Mensagem de 1967 apontava a desapropriação de uma pequena parcela de terras do núcleo Celso Ramos a ser resolvida, convênios para a construção de uma ponte (no Rio Marombas) e informava que o núcleo encontrava-se “com dezoito famílias fixadas, das quais dezesseis japonesas, deverão até junho chegar do Japão outros tantos, que acrescida de novos colonos nacionais a serem selecionados, farão do Núcleo Celso

¹³² FOUCAULT, Michel. “A verdade e as forma jurídicas”. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996. p.16.

¹³³ Jornal O’Estado. Florianópolis, 02 de março de 1966. p.08.

¹³⁴ Jornal O’Estado. Ibidem.

Ramos o mais pujante do Estado”¹³⁵. Também começava a ser esboçado no ano de 1967, um convênio de eletrificação rural com o INDA planejado para esse núcleo.

Em 1968, fora inaugurado a ponte sobre o Rio Marombas, que dava acesso ao Núcleo Celso Ramos, e a Mensagem do governador informava que a desapropriação completa ainda não se tinha efetuado. Segundo a mesma Mensagem, “ocorrerá em meados do mês de janeiro do ano vindouro a grata realidade de ser presidida a primeira colheita de nectarina desse núcleo”. A nectarina é um fruto resultado do enxerto entre o pêssego e a ameixa, “segundo os seus produtores, o processo é relativamente simples, basta plantar o caroço do pêssego juntamente com a pele da ameixa”¹³⁶. Segundo o livro, “O Caminho dos 40 anos da colônia Celso Ramos”, escrito por alguns moradores e imigrantes japoneses, em 12 de janeiro de 1969, iniciava a comercialização da nectarina em São Paulo. O sucesso comercial foi enorme, pois “o preço de uma nectarina chegou a custar mais de US\$1”¹³⁷.

As bases de “uma Reforma Agrária Moderna”, como entendem alguns japoneses agricultores do núcleo Celso Ramos, foram lançadas nos primeiros anos da década de 1960, principalmente com a criação do IRASC, apoio inicial da JAMIC e da Secretaria de Agricultura do Estado de Santa Catarina. Entretanto, após o golpe militar de 1964 e de sua política conservadora para o campo brasileiro, a hegemonia será de uma modernização conservadora da dinâmica rural. O centralismo do governo federal aumentava progressivamente, “todas as decisões passaram a ser tomadas pelo Executivo, que era constituído por uma elite tecnoburocrática subordinada ao comando militar do regime”¹³⁸. Ocorreu em determinados momentos, o banimento da própria palavra Reforma Agrária, e dos temas ligados a estrutura e acesso à terra. O presidente do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), por exemplo, em passagem por Florianópolis em outubro de 1966, afirmava que em Santa Catarina não havia o latifúndio como problema. “Sobre a distribuição de terras em Santa Catarina, disse que

¹³⁵ Governo do Estado de Santa Catarina – Mensagem a Assembléia Legislativa. 2º mensagem de Ivo Silveira. Florianópolis: 1967, p.62.

¹³⁶ Jornal O Estado. Florianópolis, 09 de janeiro de 1974. nº17.473. p.01.

¹³⁷ OGAWA, Kazumi; KAYAMA, Haruhiko e YAMAMOTO, Kazunori (organizadores). “O Caminho dos 40 anos da colônia Celso Ramos”. Curitiba (SC); Florianópolis: Associação Cultural Brasil-Japão de Núcleo Celso Ramos – Imprensa oficial do Estado de Santa Catarina (IOESC), 2004. P.45.

¹³⁸ LOHN, Reinaldo Lindolfo. “Campos de atraso, campos modernos: discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975)”. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis: Pós-graduação em História, 1997. p.11.

no Estado barriga verde, só existe uma dificuldade relacionada ao problema do minifúndio”¹³⁹.

Embora, a partir da década de 1970 tenham sido implantadas outras colônias japonesas em Santa Catarina, com apoio e execução do IRASC, suas estruturas, localizações e objetivos seguiam uma lógica de abastecimento urbano, com produção de alimentos próximos aos mercados consumidores. Por isso, o núcleo Celso Ramos, ao contrário dos núcleos posteriores, teve história peculiar resultante das políticas agrária da sua época. Congregará o maior número de japoneses e japonesas no espaço catarinense, resultará também em produções e cultivos agrícolas diversificados, baseados na organização familiar, e segundo um jornal de 1977:

O Núcleo Colonial Governador Celso Ramos cresceu em 13 anos e hoje moram e trabalham em sua área, de 1.500 hectares, 70 famílias japonesas e 69 famílias brasileiras. Tornou-se tão produtiva que é tido como modelo da JAMIC, o órgão do governo japonês para incentivar a colonização e a imigração nipo-brasileira, desenvolveu pesquisas e conseguiu, entre a cultura de outras frutas e verduras, pela primeira vez no Brasil a produção de nectarina em escala comercial.

Ao invés de constituir o temido ‘quisto racial’, integrou-se de tal maneira à coletividade curitibanense, que é agora motivo de festas e atração para o turismo regional, especialmente nos começos de setembro, quando floresceu a nectarina, e de outubro, quando as macieiras estão floridas, e, depois, na época dos frutos, as nectarinas, maçãs, pêsegos e ameixas de excelentes conformação e sabor¹⁴⁰.

As outras vilas agrícolas instaladas, com trabalhadores japoneses e brasileiros, tiveram em segundo plano suas produções e seu próprio desenvolvimento. Ou seja, instalava-se o domínio da cidade e de seus valores sobre o campo e sua produção, o que “José de Souza Martins chama de ‘ideologia urbana’”¹⁴¹. De fato, o planejamento e a formação de colônias japonesas se deu em função de abastecer a cidade e não de dinamizar o campo em pequenas propriedades. Implementou-se pequenas colônias em função de uma sociedade urbana, assim como outras que receberam subsídios e apoios governamentais em Santa Catarina, para substituírem a importação e produção em larga escala, empresas verdadeiramente capitalistas. Mas, essas são outras histórias dos núcleos japoneses que veremos mais em frente.

¹³⁹ Jornal *O’Estado*. Florianópolis, 3ºfeira, 25 de outubro de 1966. nº15.517, p.01.

¹⁴⁰ Jornal *O’Estado*. Florianópolis, 5ºfeira, 22 de setembro de 1977. nº18.826. p.08.

¹⁴¹ LOHN, Reinaldo Lindolfo. “A Cidade Contra o Campo”. Opt.cit. p.54.

2.4 Camponeses japoneses do Núcleo Celso Ramos.

Na entrevista com Fumio Honda, em trabalho de campo no núcleo Celso Ramos, o agricultor japonês afirmou que primeiramente oito famílias japonesas formaram a comunidade, “porém a cada ano este número cresceu, estabilizando em 1975 com aproximadamente sessenta famílias”¹⁴². Mas, antes da própria criação ou do projeto do núcleo Celso Ramos, já habitava na região de Curitibanos uma família japonesa. Segundo Takahashi Chonan, o agricultor Tetsuo Hirata plantava inicialmente “em dois lados”, no inverno no município de São Francisco do Sul e no Verão na região de Urubici (litoral e planalto sul catarinense respectivamente, municípios distantes 300 km aproximadamente). Provavelmente, terá sido o senhor Hirata e seus familiares, em meados da década de 1950 -(ano de 1956?)-, os primeiros japoneses a instalarem-se na região de Curitibanos. Takashi Chonan lembra com humor o espírito aventureiro desse japonês, que em 1973 ou 1974, emigrou de Santa Catarina para o Estado do Maranhão para praticar agricultura em maior escala.

Hirata era considerado pelos japoneses, um “líder entre eles na região”, pois possuía muitos contatos políticos, enfatiza Chonan, e “era muito procurado por nós, dava muita informação”. Havia nessa época (final de década de 1950), no município de Lages alguns japoneses residindo, entre eles Takahashi Chonan, que recorda ter aportado em Santos em 1958, vindo do Japão. Estabeleceu-se primeiramente em São Bernardo do Campo, onde começou trabalhar em uma granja. Nessa época, pensava Chonan, “eu vim lá do Japão tratar galinhas? Galinha no Japão também tinha”. Então, o imigrante relata ter trabalhado bastante nessa granja durante dois anos, para conquistar seu sonho em ser fazendeiro e ter milhares de cabeças de gado: “eu sonhava com um tipo brasileiro, dono de grande fazenda, cheia de gado, e que no Japão tinha pouco possibilidade de se chegar a isso”. Essa idealização do grande proprietário e fazendeiro, com *status*, poder e prestígio, foi identificado pela antropóloga Neusa Maria S. Blomer, nos colonos pequenos proprietários do Planalto catarinense, região de Lages. Em situação semelhante a relatada por Chonan, afirma Blomer:

Há na verdade, uma idealização por parte dos colonos ‘fracos’, no sentido de tornarem-se ‘fortes’, passando a criar gado bovino de forma extensiva, de modo a permitir a sua comercialização. Ao que parece, o status social e o conseqüente prestígio político dos fazendeiros, muito forte em outros

¹⁴² Fumio Honda, em entrevista informal a André Souza Martinello, quando realizado trabalho de campo em Frei Rogério, 30/04/2006 (Núcleo Celso Ramos).

tempos, permanecem ainda como modelo ideal de realização pessoal para certos pequenos produtores da região¹⁴³.

Chonan desloca-se para a região Norte do Paraná, entre Londrina e Maringá, em busca da realização do seu sonho, ser criador de gado ou possuir grandes cafezais. Mas, dessa vez o problema era o excesso de japoneses por ali, “naquele tempo já estava cheio de imigrantes japoneses que haviam chego antes de mim”. E recorda o agricultor: “Como lá tinha muito japonês como eu, que veio para trabalhar na fazenda, não havia muito o que fazer”. Após um período de dúvidas, sem saber se voltava para São Paulo, ou tentava a vida em Curitiba, Chonan encontrou outro japonês que estava vindo de Vacaria (RS) em direção a nova Capital do País, Brasília. Chonan seguiu a recomendação desse colega nipônico, para ir conhecer o extremo Sul do Brasil e chegou na rodoviária de Lages em setembro de 1960.

Em Lages, Chonan descobriu umas duas ou três famílias japonesas e também um agrônomo japonês que trabalhava na ACARESC, chamado Yukio Otaki. Mas foi Takeo Sato que tornou-se sogro de Chonan, que despertava cada vez mais interesse pela agricultura de clima subtropical (culturas temperadas), principalmente a maçã. Chonan foi levado um dia, pelo engenheiro agrônomo Yukio Otaki ao mercado municipal de Lages e lá encontrou maçãs, na verdade espantou-se com a existência de bancas que vendiam maçãs: “eram maçãs cultivadas por caboclos, produzidas no quintal. Mas aquilo me chamou a atenção. Já mais alguns dias, me convidou para ir a São José do Cerrito, eu fui, e Otaki me disse: lá planta-se alho, e isso também me chamou atenção”¹⁴⁴. Em relação ao entusiasmo de Chonan para as “maçãs de caboclos”, a historiadora Zuleika Alvim lembra que nas convivências intergrupais ou interétnicas, em se tratando de imigrantes, os caboclos foram aqueles que davam os repertórios dos recursos técnicos iniciais. Ou seja, os imigrantes que chegavam precisavam e serviam-se dos conhecimentos dos negros e dos caboclos, “sobretudo nos primeiros tempos, para se adaptar ao novo país, mas contraditoriamente, não hesitavam em menosprezá-los”¹⁴⁵. Até mesmo em relação à produção agrícola ou alimentar (agro-alimentar) estavam os brasileiros menos aquinhoados, a auxiliar os imigrantes.

¹⁴³ BLOMER, Neusa Maria Sens. “Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages”. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.pp.112-113.

¹⁴⁴ Takashi Chonan entrevista gravada a André Souza Martinello em 29/04/2006 em Curitibaanos.

¹⁴⁵ ALVIM, Zuleika. “Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo”. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador-geral da coleção) e SEVCENKO, Nicolau (organizador do volume). “História da vida privada no Brasil: da belle époque á era do rádio”. Volume 03. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.272.

Chonan resolveu ficar em Lages, comprou as primeiras mudas de maçãs em Mogi das Cruzes (SP) e retornou a Santa Catarina: “no terreno do meu sogro, começamos a plantar, e em 1963 deu alguma maçã. Era uma variedade do Japão muito bonita, mas amarga”. Paralelamente aos testes e trabalhos de Chonan, instalavam-se no interior de Lages, mais alguns japoneses. Em 1962, Takahashi Chonan e Tetsuo Hirata (que na época morava em Curitiba) visitavam a Fazenda Pedras Brancas em Lages, em que trabalhavam os jovens: Jinbo, Tamotsu, Hirigawara, Shimizu e Kadowaki. Segundo o relato de um desses jovens, Yuzuru Kadowaki a historiadora Rosângela Borges:

Nasci na Província de Miyagi, no norte do Japão, numa família de agricultores. Somos ao todo em nove irmãos. Formei-me em Indústria de Alimentos, na Universidade de Meiji, onde conheci o senhor Jinbo. O Jinbo imigrou dois anos antes de mim e me mandou carta contando como era o Brasil. Decidi então largar o trabalho de professor e emigrar também ao Brasil.

[...]

E fui morar junto com Jinbo na Fazenda Pedras Brancas de propriedade do Sr. Milton Gambodi. Moravam juntos ainda os senhores Inagaki, Shimizu, Hagiwara e na fazenda vizinha moravam os familiares da família de minha esposa, também como meeiros. Plantávamos tomate e batata. Vendíamos e entregávamos o dinheiro ao patrão que descontava a comida e dividia o restante com a gente¹⁴⁶.

São muito desses jovens imigrantes agricultores, que irão se estabelecer no Núcleo Celso Ramos em Curitiba. Fumio Honda, por exemplo, lembra que chegou a Lages entre 1961 e 1962 para pesquisar fruticultura temperada e trabalhar como orientador técnico, a serviço da JAMIC, e depois se instalou em Curitiba. Para alguns camponeses nipônicos, a idealização e organização inicial da vila agrícola japonesa em Curitiba, tomava força com Tetsuo Hirata, quando ele começou a contatar a JAMIC e o consulado japonês, ambos em Porto Alegre (RS). Chonan lembra que ficou a cargo da JAMIC a classificação dos japoneses que iriam se fixar em Curitiba, mas o critério adotado pela empresa, atendia a poucos, já que a preferência para instalar-se era para casais com filho de mais de 15 anos, ou seja, no mínimo com três pessoas dispostas a trabalhar. “Aí nesse nivelamento, a grande parte que era solteira, não poderia entrar. Por isso fomos a Porto Alegre e reclamamos... depois parte do pessoal foi deslocado para São Joaquim. Fizemos briga com o consulado, que intenção era essa?”¹⁴⁷.

¹⁴⁶ “Anexos: Relato de Yuzuru Kadowaki”. In: BORGES, Rosângela de Fátima. “A imigração japonesa em Curitiba”. Caçador (SC): Angelus, [2004?]. p.74.

¹⁴⁷ Takashi Chonan entrevista gravada a André Souza Martinello em 29/04/2006 em Curitiba.

Através da política agrária do IRASC e da “reivindicação dos japoneses”, formava-se o núcleo em Curitiba, com capacidade de reunir e atrair nipônicos que estavam no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e mesmo no Japão. A produção agrícola mostrou-se extremamente diversificada, sempre lembrada com orgulho pelos imigrantes. Houve desenvolvimento da cultura do alho, maçã, pêra, cogumelos, tomate, cenoura, batata, flores... entre muitas outras. Para finalizar, é válido registrar parte da memória da camponesa Kikue Kobashikawa, sobre a história do trabalho dela e de seu marido no núcleo Celso Ramos:

Aquele tempo era bom, plantava alho e feijão e era compensador. Colhia bem e vendia tudo, mandava para São Paulo.

No tempo da colheita do feijão vinha comprador na roça, depois aparecia outro e mais outro oferecendo preços cada vez melhores. Ficávamos na dúvida para quem vender¹⁴⁸.

¹⁴⁸ “Relato de Kikue Kobashikawa”. In: BORGES, Rosângela de Fátima. “A imigração japonesa em Curitiba”. Caçador (SC): Angelus, [2004?]. pp. 78-79.

CAPÍTULO III

A CRIAÇÃO DO NÚCLEO RIO NOVO

Itajaí quer ser cidade grande:
 “chamem os japoneses para venderem na feira”.

3.1 Oxalá, existam condições para instalar núcleos japoneses em todo o Estado.

Para o historiador catarinense Walter Fernando Piazza, o registro histórico da imigração japonesa no “território catarinense é muito vago”,¹⁴⁹ devido às poucas informações não compreendidas do estabelecimento dos japoneses no núcleo Tritícola de Curitibanos e dessa etnia no planalto norte de Santa Catarina. Mas Piazza limita-se às histórias dos japoneses em Itajaí relatando a atuação do Presidente do IRASC e do prefeito municipal com seus interesses específicos em criar essa colônia. Outros registros também enfatizam demasiadamente a coragem, a determinação e até mesmo uma espécie de capacidade de organização da prefeitura de Itajaí, a qual conseguiu atrair agricultores japoneses para seu entorno. Nesse caso, a eleição do forte, capacitado e bem-sucedido, não se estabeleceu sobre os orientais, mas naqueles que os trouxeram:

Há uma imensa procura de imigrantes japoneses para guarnecer os ‘cinturões verdes’ das pequenas e grandes cidades brasileiras. Mas já hoje os japoneses sabem que são disputados, conheceram o seu grande valor como abastecedores de feiras e mercado e não estão se oferecendo por aí. Pelo contrário. De cada dez pedidos que o serviço de imigração japonesa de Porto Alegre (JAMIC) recebe, nove são nem sequer estudados. Porque há poucos colonos japoneses para atender a essa enorme demanda.

Centenas de prefeituras de todo o Brasil desejam fixar no seu meio rural os experimentados nipônicos para garantirem um abastecimento regular e farto de hortigranjeiros, como fez São Paulo, onde a colônia japonesa contribui com a maior parte das verduras e hortaliças que alimentam os seis milhões de paulistas da capital e arredores.

Por isso, não seria fácil à Prefeitura de Itajaí atrair famílias japonesas para a nossa zona rural. No entanto, os japoneses estão aí.

Mas eles somente vieram para Itajaí porque ao empenho do prefeito Júlio César se juntou o prestígio de outro itajaiense, o Sr. Hélio Guerreiro, presidente do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC) [...]”¹⁵⁰.

¹⁴⁹ PIAZZA, Walter Fernando. “A colonização de Santa Catarina”. 3ª edição. – Florianópolis: Lunardelli, 1994. p.334.

¹⁵⁰ SILVEIRA JR, Norberto. “Itajaí”. São Paulo: editora Escalibur; Itajaí (SC): prefeitura municipal de Itajaí, 1972. p.52.

Parece-nos que a imagem “vendida” ou publicada é de um governo inteligente, pois afinal para trazer tão escassos, trabalhadores e bons imigrantes, era necessário um prefeito superior a esses adjetivos, um “verdadeiro administrador”, afinal “os japoneses não estavam se oferecendo por aí”. Não estamos querendo negar que ocorreram e existiram pedidos de diferentes prefeituras, para a instalação de núcleos japoneses em seus municípios, mas a excessiva ênfase no poder executivo local acaba por reforçar uma idéia de competência através da história política¹⁵¹, em detrimento da memória, experiência e ação dos japoneses, além de “publicizar” a figura de um prefeito pela “conquista de toda uma cidade” ou simplesmente eleger figuras ilustres.

Contudo, lembramos que segundo nossas investigações, parece ter existido solicitação de japoneses em Blumenau e Chapecó, por exemplo, mas a implantação de colônias dessa etnia talvez não tenha ocorrido nessas regiões. Registrou o jornal O’Estado em março de 1973, que Blumenau recebia uma missão japonesa composta por vinte e cinco pessoas, responsáveis por estabelecerem as possibilidades de instalações de uma colônia agrícola em seu município. Segundo o jornal,

O Sr. Saburo Nakatsukasa, que chefia a missão, disse que a instalação de uma colônia de agricultores japonesa em Blumenau dependerá dos resultados dos contatos que manterá com as autoridades municipais. Afirmou que vai depender mais da qualidade da terra, área disponível, custo dos lotes, amortização e juros, além da participação da Prefeitura, IRASC, ACARESC e Secretaria da Agricultura¹⁵².

Nas páginas do jornal, Saburo Nakatsukasa era apresentado como revelador da importância do apoio dos governos para a formação do núcleo de Itajaí e esperava as mesmas condições para a eventual colônia de Blumenau: “se os Governos estadual e municipal facilitarem, a implantação da colônia como ocorreu em Itajaí, onde japoneses já estão cultivando extensas áreas de terra, não haverá outros obstáculos”¹⁵³. Contudo, os jornais dos meses e anos seguintes não revelam a formação dessa colônia, mesmo às mensagens de Governo à Assembléia Legislativa não fazem referência a ela. Nas entrevistas e conversas com imigrantes japoneses, quando questionados da existência de um núcleo nipônico em Blumenau, a resposta sempre fora negativa.

¹⁵¹ François Simiand, com sua obra “Método histórico e ciências sociais” criticou a eleição de temas que predominavam na historiografia da sua época. Um deles era, segundo o historiador francês, o ídolo político.

¹⁵² Jornal O’Estado. Florianópolis, domingo, 18 de março de 1973. nº17.156. p.07.

¹⁵³ Jornal O’Estado. Florianópolis, domingo, 18 de março de 1973. nº17.156. p.07.

Em janeiro de 1974, o jornal *O'Estado* divulgava que as expectativas agrícolas voltavam-se para a criação de colônias japonesas em todo o território catarinense. Havia o projeto de trazer dez famílias japonesas para Criciúma para trabalharem com horticultura e fruticultura, e dizia-se que mais de cinquenta famílias formariam um núcleo nipônico no município de Porto União, onde se dedicariam ao cultivo de frutas da região. Houve ainda, a “solicitação para a formação de núcleos em todo o Estado e provavelmente será feito em núcleo na região da Grande Florianópolis, para o abastecimento de hortaliças, que até agora têm vindo de São Paulo em grande quantidade”¹⁵⁴. Já em agosto de 1974, no extremo oeste de Santa Catarina, o município de Chapecó era apresentado como a mais recente possibilidade para formação de um núcleo de agricultores japoneses, com o objetivo de cultivar frutas cítricas: “Chapecó também quer criar um, às margens do Rio Uruguai, estando a JAMIC, entidade que coordena a imigração japonesa no Brasil, analisando o assunto, procurando aprimorar cada vez mais a colonização”¹⁵⁵.

Assim, podemos observar que houveram diferentes planejamentos, visitas e solicitações municipais, para a instalação de japoneses em colônias agrícolas, na época da criação do núcleo japonês em Itajaí. Quando iniciaram os trabalhos de organização e preparação dos terrenos desse núcleo, o presidente do IRASC declarava “que está havendo grande número de pedidos de vários municípios catarinenses, no sentido de que também neles a Secretaria da Agricultura determine a implantação de núcleo idênticos”¹⁵⁶. O presidente do IRASC também confirmava que já haviam sido selecionadas, pela JAMIC, as oito famílias japonesas que iriam fixar-se no núcleo de horticultura às margens da BR-101 em Itajaí. Segundo os discursos da época, os japoneses estavam sendo recrutados para modernizarem a agricultura, produzirem alimentos e ensinarem técnicas de cultivos aos brasileiros, naquele contexto, afirmava um “colunista agrícola” de jornal: “oxalá existam condições para que outros núcleos venham satisfazer a solicitação dos municípios que se dirigiram à Secretaria da Agricultura”¹⁵⁷.

Dois anos anteriores à proposta da criação do núcleo agrícola, habitado por japoneses e alguns brasileiros, a Prefeitura de Itajaí já demonstrava o interesse em organizar de forma diferente a feira que vendia alimentos na cidade. Inclusive, no ano

¹⁵⁴ *Jornal O'Estado*. Florianópolis, 16 de janeiro de 1974. nº17.450, p. 06.

¹⁵⁵ *Jornal O'Estado*. Florianópolis, 04 de agosto de 1974. nº17.745, p. 16.

¹⁵⁶ *Jornal A Gazeta*. Florianópolis, sábado, 11 de março de 1972. nº8.872. Ano XXXVIII. P.08.

¹⁵⁷ “Colonos japoneses em Santa Catarina” por Gustavo Neves. No *Jornal O'Estado*. Florianópolis, 3ªfeira, 14 de março de 1972. nº16.843, p.04.

de 1970 treinou alguns agricultores com o objetivo de modificar essa venda ao ar livre, implantando outros moldes diferentes da pequena cidade: “Os agricultores que faziam feira em Itajaí receberam treinamento na Escola Agrícola de Camboriú, ocasião em que o vice-prefeito afirmou que a Prefeitura de Itajaí pretende organizar a feira livre nos moldes das realizadas em grandes cidades”¹⁵⁸. Portanto, a municipalidade de Itajaí buscava realizar uma política de comercialização agrária que atendesse aos interesses urbanos, e representasse uma modernização, assim, uma feira livre nesses moldes¹⁵⁹.

3.2 Política governamental para imigrantes japoneses e agricultura.

Paralelamente, a Política Rural do governo do Estado de Santa Catarina abandonava a possibilidade de realização de reforma agrária e adotava modernização do campo que atendesse demandas de mercado ou produzisse matérias-primas (para a indústria ou não). Os projetos do mundo Rural visavam a “ação catarinense de desenvolvimento”, lema do governo Colombo Machado Salles, responsável por acentuar práticas agrícolas que atendessem o consumo e possibilitassem industrialização dos excedentes. Vale recordar que após o golpe militar de 1964, o engenheiro Colombo M. Salles foi o “primeiro governador catarinense nomeado por Brasília”¹⁶⁰. Estava anteriormente na Direção Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, quando “recebeu com ‘sentimento de surpresa’ sua direção para o cargo”¹⁶¹ de governador de Santa Catarina. Esse momento era de ascensão de tecnocratas ao poder e de forte fechamento político, comandado pelo ditador Médici.

No governo federal, o presidente Médici lançava o I PND – Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (1972-1974). “Esse é o primeiro plano a não acusar o problemas estruturais na agricultura”¹⁶² e assim como as mensagens de governo estadual, apresentadas por Colombo M. Salles à Assembléia Legislativa

¹⁵⁸ Jornal *O Estado*. Florianópolis, 5ª feira, 05 de novembro de 1970. nº16.509. p.05.

¹⁵⁹ Outro exemplo da política agrícola (“rurbana”) de Itajaí na época: Jornal *O Estado*. Florianópolis, domingo, 23 de agosto de 1970. nº16.459. p.01: “O prefeito Júlio César enviou projeto da Lei à Câmara de Vereadores propondo a criação do Conselho Municipal de Incremento Agro-Pecuário, visando aumentar e coordenar toda a produção agropecuária do município. Segundo o projeto, o Ciape será composto por onze membro ligados as atividades agropecuárias e nomeados pelo Chefe do Executivo”.

¹⁶⁰ AURAS, Marli. “*Poder oligárquico catarinense: da guerra aos ‘fanáticos’ do contestado à ‘opção pelos pequenos’*”. Tese de doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) de São Paulo. São Paulo: 1991. p.85.

¹⁶¹ AURAS, Marli. *Ibidem*.

¹⁶² NETO, Wenceslau Gonçalves. “*Estado e Agricultura no Brasil: política e modernização econômica brasileira 1960-1980*”. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p.132.

catarinense, no I PND a “expressão reforma agrária [passa a] ser abolida do texto”¹⁶³. Portanto, o governo estadual estava “imbricado” e seguia as políticas do governo federal¹⁶⁴, como a extinção das propostas de (e do próprio termo) reforma agrária, por exemplo. Segundo o historiador Wenceslau Gonçalves Neto¹⁶⁵, os governos pós-1964 marcados pela ortodoxia liberal, adotavam um papel secundário para a agricultura brasileira, embora tenham reservado importantes tarefas para a continuidade do processo de desenvolvimento, como garantir o abastecimento urbano.

Segundo entrevista com o prefeito de Itajaí da época e também um dos idealizadores da colônia japonesa no município, a proposta de criação de um núcleo que produzisse hortigranjeiro, surgiu em época de campanha eleitoral. Sendo realizado tal projeto com apoio do IRASC:

Quando fui candidato a prefeito de Itajaí em 1969, mês de novembro, eu fui fazer minha campanha normal. E fui um dia de manhã, visitar a feira livre em Itajaí. Vendia verduras, legumes. E lá, eu me lembro que eu subi em uma caixa destas, tudo no meio da rua, ao lado da Igreja matriz. E tinha ali quatro caminhões destes Ford parado, tudo com placa de Curitiba. E eu perguntei para as pessoas ali, se nós éramos uma cidade com uma área grande de terras, por que nós não plantávamos aquelas verduras e aqueles legumes para vendermos para nós mesmos?

Eu sei que tínhamos que importar de Curitiba, pagar um preço caro, porque tinha que trazer de caminhão, e disse para eles, se eu fosse eleito, eu ia tomar uma providência. Aconteceu então, quando eu fui eleito prefeito, eu procurei um amigo meu que cuidava de uns negócios de terra aqui em Florianópolis, era um órgão Estadual. Eu disse para ele: olha eu estou com um problema aqui e tu tens lá em Curitiba um monte de japoneses que plantam nectarina. Aí o Hélio Guerreiro disse, eu não sei, mas eu vou falar com o Cônsul japonês de Porto Alegre, quem sabe ele até arranja lá uns japonezinhos de sobra. Passou-se um tempo, ele me disse olha: - eu acho que nós vamos fazer aquele negócio de japonês, ta bom? Ta bom, mas aonde é que eles estão? eu perguntei. – Estão no Rio Grande do Sul, lá tem umas oito ou dez famílias que estão plantando abacaxi e estão passando mal, quer fazer negócio com eles? Eu disse quero.

Eu comprei a terra de um dentista de Itajaí, Havelino Wagner, conhecido como “netinho”. Aí eu comprei uma casinha para cada um, demarqueei os lotes, eu e o Hélio Guerreiro juntos, meu amigo gordo. Aí botei eles ali, em casinhas simples, eles não tinham muitos filhos. Botei trator

¹⁶³ NETO, Wenceslau Gonçalves. IBIDEM. Negrito na expressão reforma agrária foi feito por mim.

¹⁶⁴ Cécile Raud aponta que o “Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD), abriu doze prioridades, procurando ajustar-se com o I PND nacional”. RAUD, Cécile. “Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da experiência catarinense”. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1999. p.103.

¹⁶⁵ NETO, Wenceslau Gonçalves. Op.cit. p.138.

para tirar os tocos. Eles começaram a trabalhar. Antes, ali tinha muitas árvores e toco¹⁶⁶.

Devido a grande parte dos produtos comercializados na feira procederem de outras regiões, o transporte e o combustível até Itajaí era somado ao valor do alimento, alega o ex-prefeito, sendo esse o principal motivo para a proposta de produção e comercialização local. Inclusive, parte da produção agrícola catarinense primeiramente era comercializada em outros estados, como Paraná e São Paulo, e em seguida, retornavam para Santa Catarina. Esse fora pelo menos, o caso dos produtos do núcleo Celso Ramos em Curitibanos, em que, os agricultores japoneses estavam “produzindo e exportando tomates, cenouras e beterrabas para os mercados de Porto Alegre, São Paulo e Curitiba”¹⁶⁷. Geralmente considerados produtos de muito boa qualidade, segundo jornal da época, “tão boa à qualidade do produto que os atacadistas paulistas recolocam o artigo em outras praças, já tendo ocorrido o retorno de uma carga de tomate colhida em Curitibanos, para ser vendida nesta mesma cidade”¹⁶⁸. Por isso, a meta da criação de uma agrovila em Itajaí, responsável por diminuir de certa forma, a importação de alimentos em Santa Catarina (nesse caso litoral centro e norte) e abastecer as cidades com produtos de menor valor agregado:

Visando evitar esse retorno, nocivo a economia catarinense o Governo do Estado em convênio com a JAMIC – Colonizadora oficial japonesa – Prefeitura municipal de Itajaí e ainda, o INCRA, iniciou os trabalhos de desmatamentos, preparo do solo, construção de estradas e demarcação dos lotes às margens da BR-101. O empreendimento tem por objetivo instalar ali, as dez primeiras famílias japonesas para dar partida à produção de hortaliças, com vistas ao abastecimento dos centros de consumo litorâneos¹⁶⁹.

A criação dessa vila rural visando produção de horticultura, fora considerada a “primeira cédula produtora de hortaliças, com vistas ao futuro abastecimento dos principais centros urbanos do litoral catarinense”,¹⁷⁰ considerados importadores, como dito anteriormente, de produtos agrícolas de São Paulo e Paraná. Contudo, Mitsugi Takahashi, um dos primeiros moradores do núcleo, afirmou que no início a dificuldade de comercialização do que produziam fora grande, pois a população da cidade não estava acostumada a consumir “saladas”. Na oportunidade de entrevistar esse imigrante

¹⁶⁶ Entrevista concedida a André Souza Martinello por Júlio César, ex-prefeito de Itajaí. Gravada em fita em 04/04/2006, Florianópolis.

¹⁶⁷ Jornal *O Estado*. Florianópolis, 4ªfeira, 26 de abril de 1972. nº16.874, p.12.

¹⁶⁸ Jornal *O Estado*. Florianópolis, 4ªfeira, 26 de abril de 1972. nº16.874, p.12.

¹⁶⁹ Jornal *O Estado*. Florianópolis, 4ªfeira, 26 de abril de 1972. nº16.874, p.12.

¹⁷⁰ Jornal *O Estado*. Florianópolis, 6ªfeira, 03 de março de 1972. nº16.836, p.12.

japonês, anotei em meu caderno de campo: Ao se fixarem no núcleo Rio Novo, iniciaram o cultivo folhas e hortaliças: pimentão, couve, tomate e outras leguminosas. Diz o imigrante que ocorreram dificuldades porque as pessoas não estavam acostumadas a consumir este tipo de alimento. No início, recorda Mitsugi Takahashi, “o consumo em Itajaí era pouco, somente após cinco anos de trabalho começou a vender-se mais”¹⁷¹.

Na comparação das fontes, observamos diferentes personagens com diferentes discursos. Partindo do princípio que não havia mercado para o consumo do que era produzido, - mesmo porque segundo o imigrante japonês, os moradores de Itajaí não tinham no cardápio alimentar “a salada” - a finalidade de produzir para resolver o problema do abastecimento, portanto, não justificava a criação dessa colônia. Não estamos buscando construir uma verdade sobre a formação desse núcleo, mas “confrontando memórias”. Ao que diz o prefeito de Itajaí na época da formação no núcleo colonial Rio Novo: “olha estes japonezinhos são meio garganta, meio papudo. Isso é bobagem, não põem isso no teu trabalho porque é bobagem ... as pessoas não podiam conhecer inhame, gengibre, mas o resto já tinha em Itajaí”¹⁷². Para o ex-prefeito é lógica a existência em Itajaí naquela época, de alimentos considerados “saladas” pelos japoneses, e por isso, havia um mercado que consumia a produção dos “orientais”. Com essa perspectiva, a questão levantada aos japoneses seria, de onde veio a sobrevivência nos primeiros cinco anos de estabelecimento do núcleo, já que a não comercialização significava a não renda para os colonos? Em outras palavras, não estamos concordando com o político e ex-prefeito da cidade quando classifica os japoneses de “mentirosos”, mas o que nos faz pensar é se não ocorre o “discurso de vitimização” dos próprios japoneses ao “maximizarem” as dificuldades, relatando suas histórias como “desafios” quase impossíveis de serem realizados. Ao mesmo tempo, lembramos outras possíveis dificuldades encontradas pelos agricultores orientais, mas não relatada pelos mesmos, como: o pagamento do financiamento das suas propriedades (com a peculiaridade de terem quitado nos primeiros quatro anos o financiamento de doze anos no total); a concorrência com aqueles que já comercializavam na feira antes da sua chegada; o domínio dos produtos mais procurados pelos consumidores; diferenças culturais como língua ou períodos e estações do ano mais favoráveis para determinado cultivo.

¹⁷¹ Conversa informal com Mitsugi Takahashi, imigrante japonês morador do Núcleo Reio Novo em Itajaí. Trabalho de campo em 09/12/2006 na propriedade de Mitsugi em Itajaí.

¹⁷² Entrevista concedida a André Souza Martinello por Júlio César, ex-prefeito de Itajaí. Gravada em fita em 04/04/2006, Florianópolis.

Em uma pesquisa sobre a História de Itajaí, realizada por José Ferreira da Silva e Norberto Silveira Júnior, a implantação do núcleo japonês e a primeira comercialização dessa, na feira da cidade foi considerado um “evento histórico”. O livro organizado por Norberto, apresenta o camponês Hajime Katsurayama como “o primeiro colono da agrovila Rio Novo a ir à feira livre de Itajaí vender as prencias do seu trabalho neste município, no dia 07 de outubro de 1972, segunda feira”¹⁷³. Continua a publicação, ressaltando a importância do dia em que a primeira família japonesa comercializou sua produção a cidade:

“Nós levamos 18 molhos de mostarda, 30 molhos de couve-flor e uma dúzia de molhos de rabanetes, que vendemos por Cr\$55,00” – informa a bela Zuzu Katsurayama, filha de Hajime.

Como este é um registro que consideramos histórico, vamos converter para dólares os Cr\$55,00, que representaram a primeira renda da agrovila Rio Novo: mais ou menos 9 dólares¹⁷⁴.

De fato, a criação desse núcleo estava associada à fundação de uma nova aldeia que mais tarde poderia dar origem a uma nova cidade, pois se acreditava no trabalho dos japoneses como propulsores do desenvolvimento, edificando uma cidade ao lado de Itajaí. A imagem dessa chamada agrovila, também estava ligada a outras obras de modernização e de “crescimento” de Itajaí, como apresentou o prefeito aos vereadores da cidade em 1972 segundo um jornal local:

Bastante concorrida à reunião que o Prefeito Júlio César realizou na nova Prefeitura com os vereadores. Depois de conhecerem todas as dependências do Palácio Emilio Garrastazu Médici, formou-se uma caravana de automóveis em visita às demais obras que estão sendo executadas na cidade. Pena que um dia foi pouco para mostrar tudo.

Entretanto, as principais obras foram visitadas pelos ilustres representantes do povo com assento na nossa Câmara Municipal. Viram a nova rodoviária. Visitaram o Distrito Industrial, em franco andamento. Conheceram a pista olímpica e duas piscinas. Depois foram visitar o núcleo Rio Novo. Ali, fiquem certo os itajaienses, nascerá uma nova cidade¹⁷⁵.

Como demonstra o recorte de jornal acima, com toda a publicidade e certa ostentação possível, fora apresentado diversas “construções” e obras “do prefeito”, entre elas, a

¹⁷³ SILVEIRA JR, Norberto. “Itajaí”. São Paulo: editora Escalibur; Itajaí (SC): prefeitura municipal de Itajaí, 1972. p.53.

¹⁷⁴ SILVEIRA JR, Norberto. IBIDEM.

¹⁷⁵ Jornal do Povo. Itajaí (SC), 17 de junho de 1972. Ano XXXVII. Nº1.715, p.12. (Disponível no arquivo público municipal de Itajaí).

colônia japonesa, local em que, segundo previsão jornalística, “nascerá uma nova cidade”.

O governador do estado da época na sua mensagem anual, denominada “ação catarinense de desenvolvimento”, dirigida ao poder legislativo, afirmava em 1974 que a criação de um núcleo colonial em Itajaí representava o resultado do constante desafio em produzir hortaliças e frutas no litoral, mas que a grande parte dos produtos consumidos, ainda permanecia originada de outros estados. A partir da experiência de Itajaí, segunda essa mensagem, se instalariam outros núcleos ou agrovilas habitados por japoneses em Santa Catarina:

Tem sido constante desafio a produção de hortaliças e frutas, para o abastecimento do litoral catarinense. Grande parte da produção consumida é importada dos estados vizinhos. Daí a iniciativa do Governo, instalando um núcleo colonial às margens da BR-101, no município de Itajaí, em 1971, o qual teve início com dez famílias sendo oito japonesas e duas nacionais, visando à produção hortícola.

Os primeiros resultados foram animadores e o outro núcleo foi instalado em 1973, em Caçador, para a produção de fruta, hortaliças e flores. Outra unidade colonial será implantada no sul do Estado, neste ano. Desta forma pretende o Governo, nos próximos cinco anos, produzir o suficiente para o consumo do Estado, além de prover a industrialização dos excedentes não comerciáveis in natura¹⁷⁶.

Parece-nos que o desafio não foi alcançado, pois segundo apontou Cécile Raud no final do século XX, “enquanto o Estado importa alimentos (mais de 90% das frutas consumidas por sua população urbana, por exemplo), os agricultores [catarinenses] passam por uma forte descapitalização, encontrando-se carentes de novas alternativas economicamente viáveis [...]”¹⁷⁷.

3.3 Núcleo Rio Novo: camponeses, camponesas e ambiente.

No trabalho de campo no núcleo Rio Novo em Itajaí, Mitsugi Takahashi relatou ter nascido no ano 1949 em Hokaido, norte do Japão e aos onze anos de idade emigrou acompanhando seus pais, do Japão ao Brasil. Após uma viagem marítima de aproximadamente cinquenta dias, desembarcaram no Porto de Rio Grande, no Estado do

¹⁷⁶ Estado de Santa Catarina – Mensagem de Governo. Ação catarinense de desenvolvimento, ano 03. Governador Colombo Machado Salles. Florianópolis, Abril de 1974. pp.146-147. (núcleos coloniais).

¹⁷⁷ RAUD, Cécile. “Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da experiência catarinense”. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1999. p.157.

Rio Grande do Sul e, seu pai Togi Takahashi optou por permanecer naquele Estado por considerar climaticamente semelhante ao Japão. Mitsugi Takahashi relata que seu pai e sua mãe, Kano Takahashi, tiveram dificuldades na aquisição das suas próprias terras no Rio Grande do Sul, aceitando a oportunidade de tornarem-se pequenos proprietários com a criação do núcleo Rio Novo em Itajaí. A família se estabeleceu no lote número sete, e além dos pais, do próprio Mitsugi (filho mais velho) na época com 22 anos, “Sumiko, 20 anos, sexo feminino e Yukiya, 18 anos, sexo masculino”¹⁷⁸ também filhos de Togi e Kano Takahashi, fixaram-se todos os cinco no mesmo terreno de aproximadamente seis hectares.

Embora o núcleo seja conhecido por ser formado predominantemente por japoneses e seus descendentes, houveram famílias brasileiras ali instaladas, sendo das dez inicialmente ali fixadas, oito eram famílias denominadas japonesas. Contudo, em vários momentos, técnicos agrícolas, funcionários do governo ou políticos consideravam (nas páginas dos jornais ou não) os japoneses “superiores”, conhecidos por serem aqueles que trabalhavam, em oposição aos outros, geralmente chamados brasileiros, considerados desorganizados, preguiçosos e ociosos. Segundo experiência de Glauco Olinger, os japoneses instalados em Itajaí trabalhavam muito mais por estarem ao lado dos brasileiros, lembrando o ex-secretário da agricultura de Santa Catarina a seguinte anedota sobre a competição dos brasileiros com nipônicos em Itajaí:

Eu me lembro que houve um momento que um horticultor brasileiro, que estava instalado ao lado de um japonês, ele dizia que não dava para competir com o japonês porque o japonês levantava de noite para matar grilo na horta. E que a noite era para dormir e não para matar grilo.

Isso eu ouvi de um brasileiro que estava ao lado de um japonês para imitar as mesmas técnicas que os japoneses realizavam. E eu até brinquei com o camarada e disse, pois é, o japonês levanta de noite e mata grilo, mas está se queixando que não adianta ele matar o grilo na propriedade dele, porque de um lado tem um brasileiro que não faz a mesma coisa¹⁷⁹.

Para Júlio César, prefeito da Itajaí na época da formação do núcleo Rio Novo, os japoneses dessa agrovila “são muito unidos! Ah se brasileiro fosse como o japonês! Eles pegam junto, ficam ricos juntos ou morrem pobres agarrados. Ou uma coisa ou outra,

¹⁷⁸ SILVEIRA JR, Norberto. Opt.cit.p.53.

¹⁷⁹ Entrevista concedida a André Souza Martinello por Glauco Olinger, ex-secretário da Agricultura do governo do Estado de Santa Catarina. Gravada em fita em 30/05/2006 na EPAGRI em Florianópolis.

muitos dali compraram essas F-1000, camionete e o brasileiro ali do lado se fodendo”¹⁸⁰.

A instalação de brasileiros e nipônicos no mesmo espaço, assim como no núcleo Celso Ramos em Curitiba, buscava segundo os discursos do momento, aos brasileiros assimilarem os métodos, saberes e técnicas de trabalho que os japoneses realizavam. O ex-prefeito de Itajaí chegou a afirmar que os japoneses trabalham 24 horas por dia, e folgam apenas no dia primeiro do ano e no aniversário do Imperador. “São os únicos dias que eles não trabalham. Ali no Rio Novo, eles fazem festa e enchem a cara”¹⁸¹. Estamos diante das construções de imagens dos japoneses e dos brasileiros, os primeiros tornam-se os fortes, os também chamados “imigrantes técnicos” e bem-sucedidos; os segundos tornam-se aqueles que atrapalham os orientais.

Contudo, situação diferente foi apresentada no jornal O’Estado em novembro de 1973, sobre as relações *interétnicas* no núcleo Rio Novo. A primeira família do núcleo a despertar, acordava próximo às cinco horas da manhã e trabalhava todos os dias da semana, essa família brasileira, também abastecia todas as outras famílias com o leite produzido pelos seus bovinos:

Incluindo os sábados e domingos, o dia de trabalho dos agricultores de Agrovila Rio Novo inicia-se às 5h30 min. Das cinco famílias já instaladas, é a de Osvaldo Luna quem desperta primeiro. Ele é dono de duas vacas e fornecedor de leite de todo o grupo. Os japoneses acreditam que o leite vendido por Osvaldo é superior ao da Usina e numa pequena concessão aos hábitos de vida brasileiros bebem café com leite pela manhã¹⁸².

Novamente a historiadora Zuleika Alvin nos ajuda a entender as relações inter-grupais, nem sempre de fácil convívio. No caso dos japoneses da região de Registro (SP), segundo a historiadora, habituados ao banho diário, muitos nipônicos não hesitavam em se jogarem no rio Iguape, banhando-se desnudados em frente a outros moradores, o que provocava choques culturais e de tradições. Muitos japoneses utilizavam os conhecimentos dos brasileiros na construção de suas moradias, ou mesmo no preparo da alimentação ou nos cultivos agrícolas, embora os tratassem com desprezo:

Por volta de 1910, quando a segunda leva de imigrantes japoneses aportou em terras paulistas, era ainda dos negros que dependiam para comer os porcos que criavam, uma vez que não

¹⁸⁰ Entrevista concedida a André Souza Martinello por Júlio César, ex-prefeito de Itajaí. Gravada em fita em 04/04/2006, Florianópolis.

¹⁸¹ Entrevista concedida a André Souza Martinello por Júlio César, ex-prefeito de Itajaí. Gravada em fita em 04/04/2006, Florianópolis.

¹⁸² Jornal O’Estado. Florianópolis, 2ªfeira, 05 de novembro de 1973. nº17.382. p.04. (reportagem de Raimundo Caruso: “Em Rio Novo, a terra é boa”).

sabiam matá-los. Assim, em troca da cabeça e das vísceras dos animais, chamavam os negros vizinhos para essa tarefa. Até para plantar arroz, muitas vezes os japoneses precisavam se valer dos caboclos, pois seus métodos, dependendo do terreno, se mostraram inadequados¹⁸³.

Nessa relação entre camponeses brasileiros e japoneses, o jornal O'Estado em novembro de 1973 descrevia em Itajaí que as relações eram de igualdade de condições:

Se, para os brasileiros, os japoneses tinham hipoteticamente uma vantagem, o do conhecimento milenar da técnica agrícola, por outro lado os orientais declararam que a vantagem no princípio esteve ao lado dos nacionais para melhor que eles, conheciam o produto mais solicitado pelo mercado ao mesmo tempo em que sabiam de antemão as variações do clima que espécies plantar em determinadas épocas.

Porém, como declarou Fumio, agricultor de 39 anos, 'hoje estamos empatados' e ninguém pode diferenciar um produto cultivado por um grupo e por outro¹⁸⁴.

O jornal sintetiza a idéia de que em Rio Novo, brasileiros e japoneses “trabalham lado a lado”, embora apresentem culturas e costumes (como vestimentas) diferenciados, de um lado Ocidente e de outro o Oriente:

Nos primeiros meses de 1974, quando o governador Colombo Salles e o prefeito de Itajaí Frederico Olindio de Sousa inaugurarem a agrovila, o grupo de agricultores, primeira experiência deste tipo no Vale do Itajaí, estará vestida, uma parte com quimonos compridos e coloridos, e a outra com terno e gravata e botinas pretas engraxadas¹⁸⁵.

As diferenças ou semelhanças entre japoneses e brasileiros, podem ser entendidas nas dinâmicas “familiares” japonesas. Nessas relações, os casamentos predominantes eram entre os próprios nipônicos, como no caso de Mitsugi Takahashi, que casou com uma japonesa moradora do núcleo de Criciúma, chamada Etsuko. Etsuko da família Fukushima, havia trabalhado na lavoura cafeeira em São Paulo, quando se fixou no núcleo Sanga do Café em Criciúma. Com o matrimônio realizado entre essas duas famílias camponesas, uma moradora de Itajaí e outra de Criciúma, tem-se as relações “em redes étnicas” presentes entre os japoneses. Como vimos no capítulo II, em que alguns japoneses oriundos da São Paulo casaram-se com japonesas moradoras de Lages,

¹⁸³ ALVIM, Zuleika. “Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo”. In; NOVAIS, Fernando A (coordenador-geral da coleção) e SEVCENKO, Nicolau (organizador do volume). “História da vida privada no Brasil. República: da belle époque à era do rádio”. Volume 03. São Paulo: companhia das letras, 1998. pp.274-275.

¹⁸⁴ Jornal O'Estado. Florianópolis, 2ªfeira, 05 de novembro de 1973. nº17.382, p.04.

¹⁸⁵ Jornal O'Estado. Florianópolis, 2ªfeira, 05 de novembro de 1973. nº17.382, p 04.

veremos mais em frente, situações semelhantes a essa das famílias Fukushima e Takahashi.

Essa relação entre algumas famílias destas duas colônias, que poderíamos chamar pelas suas localizações geográficas de litorâneas, demonstra outras peculiaridades, semelhanças e diferenças. É o imigrante Mitsugi Takahashi quem aponta a existência de uma placa de metal, símbolo do surgimento e fundação da colônia japonesa de Criciúma, em oposição a Itajaí, em que inexistente tal detalhe. Na conversa informal com Mitsugi registrei em meu caderno de campo:

Pode-se dizer que até um pouco ‘ressentido’, ‘desapontado’ ou um mesmo com humor, Takahashi apontou que o Núcleo de Itajaí ainda não fora inaugurado oficialmente com uma placa pública, em que sinalizasse e visualizasse por ali uma colônia de japoneses e descendentes¹⁸⁶.

Quando questionado o ex-prefeito de Itajaí, sobre a ausência dessa “símbolo” que parece ser importante aquele morador do núcleo, Júlio César afirmou ser contra a autopromoção política através das nomeações das obras: “japonês pode até botar a placa lá e inaugurar, mas se colocar meu nome lá eu não vou! É como faz o Jorge Bornhausen, eu tenho a mesma mentalidade”¹⁸⁷.

Porém, nas relações “privadas” com os japoneses, o ex-prefeito afirmou ter solicitado ser padrinho da primeira criança nascida no núcleo, neto do líder da comunidade japonesa. A prática de “apadrinhamento-político”, não muito comum no litoral catarinense, mais comum no Planalto catarinense¹⁸⁸. Recorda Júlio César, o seu pedido para ser padrinho do neto do imigrante Katsurayama:

Quando nasceu o primeiro neto da sua filha eu falei para o Katsurayama, - eu quero pedir uma coisa para ti, quero ser o padrinho de batismo deste menino. Ele vai ter a honra de ter o prefeito como padrinho de Batismo. Ele não sabia o que era isso, então eu perguntei: - Você não batiza as crianças Katsurayama? Ele disse: - não.

O japonês tem nada de crisma, batizar, tomar comunhão, não querem nada com isso. Só querem trabalhar. Eu sei que ele não batizou, e eu achei que estava fazendo uma vantagem. Perguntei para filha do Katsurayama que falava português, ele não quer batizar o primeiro neto? Me ofereço

¹⁸⁶ Conversa informal com Mitsugi Takahashi, imigrante japonês morador do Núcleo Reio Novo em Itajaí. Trabalho de campo em 09/12/2005 na propriedade de Mitsugi em Itajaí.

¹⁸⁷ Entrevista concedida a André Souza Martinello por Júlio César, ex-prefeito de Itajaí. Gravada em fita em 04/04/2006, Florianópolis.

¹⁸⁸ descrita pelo historiador Paulo Pinheiro Machado no Planalto catarinense na obra “Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1917). Campinas (SP): editora da UNICAMP, 2004.

como padrinho. Ela disse: ‘o pai disse que não sabe o que isso é’¹⁸⁹.

Nesse detalhe, identificamos relações de compadrio comum na sociedade brasileira, principalmente nos representantes das instituições públicas.

Conforme o solo daquele núcleo e das relações dos agricultores com o meio físico em que foi criada a referida colônia, o ex-prefeito Júlio César relata algumas modificações realizadas e as principais características do terreno:

O canal que tinha ali foi aberto para ajudar, não era um terreno bom para plantar porque ali tinha muita turfa. Turfa é uma área de terra que foi banhada e que durante muitas e muitas décadas caía muitas folhas e ficava fofo. Então foi feita uma drenagem para secar um pouco o terreno, e com o rio ali do lado era fácil. O terreno deve ter abatido, desde quando eles chegaram até hoje, quase um metro¹⁹⁰.

Em abril de 1977, um jornal divulgava que o Rio do Meio estava parcialmente poluído com corantes e outros detritos que nele eram atirados, demonstrando a proximidade dessa área rural com as pequenas empresas ou grandes indústrias do Vale do Itajaí e região e as conseqüências dessa degradação ambiental. Os camponeses que necessitavam das águas para agricultura, empregavam uma espécie de filtragem: “os japoneses precisam realizar uma pequena filtragem, antes de iniciar a irrigação através do sistema de aspersão”¹⁹¹. Contudo, na mesma vila agrícola, começava-se a introduzir fertilizantes sintéticos com objetivo de aumentar a produção, desenvolver a “técnica dos japoneses”, bem como possibilitar cultivos de tomates mais resistentes. O engenheiro da ACARESC de Itajaí, afirmava segundo um jornal de outubro de 1976, que estava

mantendo contatos com uma firma de Porto Alegre para o fornecimento de fertilizantes estrangeiros aos japoneses, como o Plantvax – 75, Yoorin e o Melbex, a fim de atender as necessidades da técnica aplicada pelos nipônicos. Futuramente, será lançado um novo fertilizante estrangeiro no mercado e que ajuda o amadurecimento uniforme do tomate’ finalizou”¹⁹².

A política agrícola predominante naquele momento, buscava implantar tecnologias para uma maior lucratividade. Inclusive, acreditava-se que a partir do momento que produção dos nipônicos do núcleo Rio Novo estivesse em seu limite

¹⁸⁹ Entrevista concedida a André Souza Martinello por Júlio César, ex-prefeito de Itajaí. Gravada em fita em 04/04/2006, Florianópolis.

¹⁹⁰ Entrevista concedida a André Souza Martinello por Júlio César, ex-prefeito de Itajaí. Gravada em fita em 04/04/2006, Florianópolis.

¹⁹¹ Jornal O’Estado. Florianópolis, domingo, 24 de abril de 1977. n°18.682, p.10.

¹⁹² Jornal O’Estado. Florianópolis, 3ªfeira, 12 de outubro de 1976. n°18.512. p.09.

máximo, se criaria mais uma colônia na região de Itajaí, formada por camponeses japoneses: “revelou [o engenheiro da ACARESC] que ‘quando o núcleo estiver totalmente cultivado e houver carência de produtos japoneses no mercado, é provável que um outro núcleo seja criado na região’”¹⁹³.

De fato, em algumas regiões mais “pantanosas” fora necessário a intervenção da técnica para melhoramento e “secagem” de banhados, possibilitando cultivo agrícola em seguida. Inclusive, o nome da agrovila nipo-brasileira de Itajaí está relacionado ao “Rio Novo”, construído e realizado pelo DNOS (Departamento nacional de obras e saneamento). A canalização e a abertura de valas, buscava a drenagem do lotes. Os solos do núcleo Rio Novo, foram considerados pouco favoráveis à agricultura pelos técnicos agrícolas¹⁹⁴ porque acumulavam água, possuíam 20% de matéria orgânica, apresentavam alto teor de nitrogênio após as queimadas, eram difíceis de arar devido à existência de raízes na superfície do solo e as épocas das altas temperaturas contribuíam para o aparecimento de várias doenças face à aplicação de fungicidas. Mesmo assim, e “apesar de todos esses problemas, nenhum japonês manifestou o desejo de abandonar o local”¹⁹⁵ afirmava Percy Ullrich, extencionista da ACARESC de Itajaí. Os “persistentes”, “resistentes” e “precavidos” japoneses trabalhavam “valorizando” a terra brasileira e se preparavam para o inverno, ao contrário dos brasileiros:

[...] o otimismo é muito grande e eles pedem apenas que o governo continue dando-lhes apoio, para que possam transformar Itajaí num dos maiores centros agrícolas do Estado. Nenhum, apesar de querer mudar de ramo, pretende fugir da agricultura ou pensa em sair de Itajaí e voltar a plantar apenas tomate no Rio Grande do Sul, como alguns faziam antigamente. Prevendo a chegada do forte inverno, os nipônicos já se preparavam para enfrentá-lo adquirindo mais lonas plásticas para cobrir as hortaliças durante a noite. Enquanto isso seus vizinhos (brasileiros e polacos) ainda estão preparando terras¹⁹⁶.

Estavam os japoneses e seus vizinhos, construindo uma paisagem rural, ao lado de uma rodovia em processo de urbanização, residentes na localidade do Rio Novo, “deslocaram-se de Santos, São Paulo e Rio Grande do Sul, e, aqui, chegaram atraídos

¹⁹³ Jornal *O’Estado*. Florianópolis, 3ªfeira, 12 de outubro de 1976. nº18.512. p.09.

¹⁹⁴ Por exemplo, Glauco Olinger na entrevista definiu como “várzeas muito boas, mais precisam ser muito bem manejadas, porque o solo é um solo muito turfoso, tem muita madeira enterrada ali. É de difícil manejo, precisam de um manejo muito especial esses solos de várzeas aqui do Litoral”. O mesmo foi dito pelo engenheiro da ACARESC de Itajaí Percy Ullrich no jornal *O’Estado*. Florianópolis, 3ªfeira, 12 de outubro de 1976. nº18.512. p.09.

¹⁹⁵ Jornal *O’Estado*. Florianópolis, 3ªfeira, 12 de outubro de 1976. nº18.512. p.09

¹⁹⁶ Jornal *O’Estado*. Florianópolis, domingo, 24 de abril de 1977. nº18.682, p.10.

pelo clima que diziam assemelhar-se ao do Japão, tinham expectativas com relação ao plantio do trigo, mas decepcionaram-se com a alta temperatura dos meses de verão”¹⁹⁷.

Nesse núcleo as seguintes características encontradas: acesso estável à terra como propriedade privada, trabalho dos terrenos em famílias, economia de subsistência com vinculação com o mercado e “certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas”¹⁹⁸ formam, segundo conceito de campesinato proposto pelo historiador Ciro Flamarion Cardoso, uma estrutura camponesa definida pelo ponto de vista econômico. Contudo, para aqueles preocupados com uma agricultura em grande escala, em que um ou outro pequeno ascenda à condição de “patrão” dos demais, essa colônia “não deu certo”. Inclusive, por permanecerem pequenos proprietários que abastecem mercados e não despontarem como grandes capitalistas, para alguns daqueles que participaram da política agrária catarinense: “Na verdade, a experiência não deu certo porque os japoneses acharam que o clima e o solo da área, não eram tão favoráveis como eles esperavam”¹⁹⁹.

¹⁹⁷ MALTA, Jacy Castro. “Os japoneses na localidade do Rio Novo, em Itajaí”. Monografia de especialização em História do Brasil. Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Itajaí, 1991. P.35.

¹⁹⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion. “camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas”. In: CHEVITARESE, André Leonardo. “O campesinato na história”. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. p.20.

¹⁹⁹ Entrevista concedida a André Souza Martinello por Glauco Olinger, ex-secretário da Agricultura do governo do Estado de Santa Catarina. Gravada em fita em 30/05/2006 na EPAGRI em Florianópolis.

CAPÍTULO IV

LÁ VÊM OS JAPONESES: É CHAGADA A VEZ DE CAÇADOR.

*De Núcleo Paiol Velho, Núcleo Colombo Salles para
Colônia japonesa de Caçador.*

4.1 A chegada dos japoneses em Caçador.

Publicou em 1972 um jornal da capital do Estado, era “chegada à vez do município de Caçador”, continuava o periódico:

para onde se dirigirão os agricultores selecionados pela JAMIC e pelo IRASC, resta apenas confiar no futuro, uma vez que, o terreno dado pela Prefeitura, preenche, certamente as condições técnicas indispensáveis à implantação desse terceiro Núcleo de colonos japoneses, transferidos para o Brasil com toda a sua disposição ao trabalho e ao seu tirocínio* quanto a prática da fruticultura²⁰⁰.

Como se vê no trecho acima, a expectativa em relação à chegada dos imigrantes japoneses na formação do núcleo colonial, quase sempre fora entendida como um “avanço irreversível”, determinado pelas práticas tecnológicas dos japoneses e das disposições ao trabalho, ou melhor, “do tirocínio” da nacionalidade japonesa. Acreditava-se que junto com os aguardados japoneses viria o esperado desenvolvimento das regiões rurais e urbanas do município receptor. Havia nessa época a orientação e proposta do governo estadual, com maior ênfase da secretaria da agricultura, em implantar a fruticultura, “exemplo do que se fez em Curitiba e em Itajaí, esta destinado a localizar-se em Caçador mais um Núcleo de Colonização Japonesa, com a finalidade de implantar, ali também a cultura de frutas de clima temperado, bem como a fruticultura e a horticultura”²⁰¹.

O incentivo à criação de núcleos coloniais e a conseqüente fixação de agricultores japoneses no território catarinense, tornava-se uma política de expansão da economia capitalista em direção às áreas rurais, coordenada pelo governo estadual. Segundo esse raciocínio, escreveu Gustavo Neves no jornal O’Estado em 14 de março de 1972, na sua secção do periódico, naquele dia intitulada “colonos japoneses em Santa Catarina”:

* Tirocínio, sinônimo de aprendizado, prática ou exercício militar, experiência.

²⁰⁰ Jornal O’Estado. Florianópolis, 5ªfeira, 05 de julho de 1972. nº16.928, p.04.

²⁰¹ Jornal O’Estado. Florianópolis, domingo, 04 de junho de 1972. nº16.902, p.04.

A criação de núcleos coloniais, em que se localizem agricultores de longa experiência no trato do solo e dispostos a integrar-se nos interesses do desenvolvimento catarinense é, sem dúvida, uma excelente política de expansão econômica das áreas rurais. [...] preencherá também uma das imediatas soluções, preconizadas pela Ação Catarinense de Desenvolvimento, obedecendo às diretrizes administrativas do Governo Colombo Salles²⁰².

Contudo, é importante ressaltar, analisando os jornais da época da implantação da colônia japonesa em Caçador – chamada inicialmente de Núcleo Paiol Velho – o IRASC passou a ser descrito apenas como “patrocinador” na criação dos núcleos coloniais e da produção rural. A ruptura, em relação a sua proposta de Reforma Agrária, o IRASC iria sofrer progressivamente após o golpe militar de 1964 até sua extinção em fins da década de 1970. Passou a atender, portanto, “demandas regionais”, criando núcleos especializados em alguns produtos agrícolas, que fossem capazes de responder às peculiaridades da Geografia Física e Econômica locais:

O que está sendo feito presentemente no sentido do incrementar a cultura de frutas tem a finalidade de aprimorar as espécies frutícolas, como no caso do pêssego, da maçã e da nectarina. E graças a uma boa visão das possibilidades de cada região, o critério da criação de núcleos especializados, para os quais são trazidos os experimentados fruticultores japoneses, aquela grande meta está sendo atingida, pondo em evidência quanto há de acertado nas diretrizes executadas sob o patrocínio do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina²⁰³.

A política agrícola do Estado, com objetivo de “atração” de japoneses, e as ações das prefeituras municipais na formação dos núcleos e com outros subsídios, podem ser entendidos como parte da “imigração tutelada” a qual abordamos no primeiro capítulo da monografia. Além do papel da JAMIC, empresa japonesa que atuava diretamente nos serviços de imigração, como seleção dos japoneses que seriam estabelecidos em aldeias.

A implantação dessa colônia em Caçador significou para o discurso da época, um desenvolvimento regional do meio-oeste catarinense e seguiria em certo sentido, uma “nova dinâmica” ao qual já estava presente no município de Curitiba. Como assinalava um jornal de maio de 1972, sobre a confirmação da implantação dos japoneses em Caçador:

Está definitivamente confirmada para novembro próximo a implantação da Colônia Japonesa de Caçador, em estilo pioneiro no Estado – realização da Prefeitura Municipal, em convênio com repartições estaduais.

²⁰² Jornal O'Estado. Florianópolis, 3ª feira, 14 de março de 1972. nº16.843, p.04.

²⁰³ Jornal O'Estado. Florianópolis, sábado, 16 de dezembro de 1972. nº17.074, p.04.

Para firmar o objetivo, a municipalidade acaba de adquirir uma área de terra de 100 alqueires, localizada na estrada Caçador Matos Costa, a qual será entregue aos japoneses.

Inicialmente, dez famílias nipônicas, provindas do Rio Grande do Sul, se instalarão no centro agrícola, para desenvolver sua tecnologia aplicada à agricultura e fruticultura.

Outras famílias, do Estado de São Paulo, já enviaram representantes a esta cidade, colhendo as melhores impressões sobre a localização de terreno e deram parecer favorável para sua mudança, devendo se estabelecerem em Caçador no início de 1973.

O fato se reveste do maior interesse para todo o meio-oeste, que, a exemplo de Curitiba, contará com um núcleo nipônico para auxiliar o desenvolvimento agrícola da região²⁰⁴.

Segundo um imigrante japonês morador dessa vila agrícola em Caçador, “o primeiro a imigrar e se estabelecer na colônia foi Mochizuki, no ano de 1972”²⁰⁵. Explica o camponês entrevistado, muitos japoneses estavam com seus cultivares em São Paulo “e resolveram aguardar o melhor momento para virem a Caçador, finalizando a colheita do que haviam plantado, deslocando-se em seguida para cá”²⁰⁶. Entre os anos de 1973 e 1974 fixaram-se na colônia todas as dez famílias japonesas, afirma Mikishiro Yanagi, “ao todo, dez famílias japonesas formaram o núcleo, e algumas delas vivem atualmente no centro urbano de Caçador. Destas dez famílias, sete vieram de Atibaia (SP), sendo duas apenas dois jovens solteiros”²⁰⁷.

4.2 Imigrantes japoneses, camponeses.

Mikishiro Yanagi recordou parte das suas experiências como imigrante, em conversa no momento do trabalho de campo realizado na comunidade. Mikishiro disse ter chegado ao Brasil no ano de 1966, com vinte e três anos de idade, após uma longa viagem marítima iniciada no Japão. Percorreu o oceano Pacífico, atravessou o Canal do Panamá para chegar ao Oceano Atlântico e desembarcar no Porto de Santos. Nesse porto brasileiro, teve contato com um funcionário - “um representante” - da Cooperativa Cotia, que o levou para Carlópolis, pequeno município do Estado do Paraná. Após rápida passagem por um cafezal de Carlópolis, aproximadamente um ano, dirigiu-se

²⁰⁴ Jornal *O Estado*. Florianópolis, sábado, 20 de maio de 1972. n°16.891, p.06.

²⁰⁵ Entrevista informal de Mikishiro Yanagi a André Souza Martinello em 10/11/2006, no município de Caçador. Na estrada geral Caçador-Porto União Km 11, está localizada na área rural de Caçador a vila japonesa do município, local em que realizamos estudos de campo.

²⁰⁶ Entrevista informal de Mikishiro Yanagi a André Souza Martinello em 10/11/2006.

²⁰⁷ Entrevista informal de Mikishiro Yanagi a André Souza Martinello em 10/11/2006.

para Atibaia(SP). Lembra ter trabalhado em Atibaia “três anos para ‘patrões’ no cultivo de flores e depois trabalhei dois anos por conta, com flores também”. Mikishiro Yanagi recorda que entre os anos de 1971 e 1972 começara a procurar formas de adquirir sua propriedade, indo a Porto Alegre buscar informações com a JAMIC, sobre a colonização no sul do País. “Na JAMIC de Porto alegre, me informaram que o prefeito de Caçador procurava e estava interessado em japoneses que pudessem se estabelecer e produzir na terra”. Assim, nosso informante relata ter sido um dos dois jovens solteiros que participaram da formação da colônia de Caçador.

O interesse da Prefeitura Municipal estava ligado diretamente ao abastecimento e o consumo alimentício urbano e não seguia os mesmos interesses dos camponeses nipônicos, por isso, o plano da formação inicial desse núcleo fora modificado sensivelmente. Assim nos diz Mikishiro Yanagi:

A prefeitura quando fez o projeto e planejava instalar japoneses aqui, previa fixar cinco famílias japonesas em cinco alqueires. Porém, nós achamos que este número de famílias neste tamanho de terra, nós não conseguiríamos produzir muito. Atingiria o objetivo da prefeitura, que era de vender na cidade e somente para Caçador, toda a nossa produção. Mas não atingia nossa vontade, por isso, propusemos dez famílias em dez alqueires. A prefeitura desejava ai criar a colônia japonesa que abastecêssemos o mercado local. Nós não, queríamos vender além e muito mais. Nosso objetivo quando chegamos, era do plantio da maçã, mas não tínhamos capital para investir e buscar retorno após cinco anos... não poderíamos plantar e ficar esperando cinco anos, precisávamos de retorno mais imediato, fosse para nossa alimentação ou para vivermos! E também concorrer com os grandes e gigantes produtores de Fraiburgo era impossível.

De fato, os imigrantes japoneses estavam buscando seguir seus padrões de vida, trabalho e subsistência, característicos dos camponeses. Como sobreviver em pequenas parcelas de terras produzindo apenas para os moradores urbanos? Como produzir maçãs, concorrendo com os latifundiários e especializados produtores de Fraiburgo, município vizinho? A solução fora “reivindicar”, conscientes da sua condição camponesa, uma forma de produção e organização semelhante aos japoneses do Núcleo Celso Ramos em Curitiba. Porém, os agricultores japoneses de Curitiba, - provavelmente por se caracterizarem como pequenos proprietários – não conseguiam concorrer com os fazendeiros fraiburgenses, e assim, apontava um jornal de agosto de 1973, sobre os produtores que estavam apoiados e “filiados” ao Programa Estadual de Fruticultura de Clima Temperado, chamado PROFIT:

Na região de Videira, Caçador e Fraiburgo estão instalados os primeiros integrantes do PROFIT – em Fraiburgo, estão os seus inspiradores, os irmãos Fray. Quase não há o

‘produtor médio’, há sim grandes e pequenos produtores. Os primeiros estão situados em Fraiburgo, e são representados pelos Fray, com suas propriedades particulares, e as propriedades em sociedade com franco-argelinos. Dentre os grandes produtores há também empresas que, aplicam recursos destinados ao reflorestamento, em plantações de frutíferas.

Os pequenos produtores são muitos – entre eles, destaca-se japoneses com propriedades e plantações em Curitibanos. Ao contrário dos grandes produtores, que tem diversificada sua produção de frutas os pequenos têm se dedicado à produção de nectarinas, ameixas ou pêssegos. Sua atividade quase não é mecanizada, como a dos grandes produtores, chegando muitas vezes a ser artesanal²⁰⁸.

Como o trecho da reportagem acima descreve, havia uma divisão e especialização da produção em larga escala e da produção familiar no meio-oeste catarinense. Os proprietários de grandes extensões de terras, caracterizados pela cultura da macieira, enquanto que os pequenos e médios proprietários dedicavam-se a produção diversificada, seja de alimentos como cereais, hortigranjeiros e outras frutas, ou mesmo de flores.

Maria Ignez Silveira Paulilo, pesquisadora especialista em agricultura familiar, ressalta que a formação social dessa região é latifundiária, estrutura presente inclusive nos municípios de Curitibanos e Caçador, nos quais foram implantados núcleos formados por pequenos proprietários japoneses. A ocupação em grandes fazendas marca o meio-oeste até a atualidade:

O meio-oeste de Santa Catarina é uma região do Estado onde a ocupação do solo foi feita na forma de fazendas de criação de gado, por isso é conhecida como a ‘região dos coronéis’, isto é, lugar onde os grandes proprietários têm tradicional poder de mando. Como o gado ocupa pouca mão-de-obra, os sem-terra locais são parceiros ou assalariados de pequenos e médios proprietários que plantam tomate, pimentão, cebola e alho, produtos que requerem muito trabalho. O tomate é cultivado durante seis meses no ano; nos outros a população que dele se ocupa fica pelas periferias da cidade. O alho exige trabalhadores no plantio, pois é plantado dente por dente, e na colheita. Usa-se muito bóia-fria, inclusive crianças. A colheita de frutas, principalmente da maçã, também depende de mão-de-obra volante²⁰⁹.

Em uma perspectiva “historiográfica braudeliana”, o latifúndio pode ser entendido como uma estrutura, pois resiste ao tempo e está presente desde a formação territorial e nacional brasileira. Portanto, uma formação social baseada em grandes

²⁰⁸ Jornal *O’Estado*. Florianópolis, sábado, 11 de agosto de 1973. nº17.299, p.09.

²⁰⁹ PAULILO, Maria Ignez Silveira. “Terra à vista...e ao longe”. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996. p.136.

extensões de terras que resistem as mudanças e rupturas, determinando algumas condições sócio-econômicas, por concentrar a posse dessas terras em poucos proprietários. Por isso, o latifúndio é entendido como uma estrutura, pela sua permanência de longa duração temporal. Em oportunidade de conversar informalmente com o historiador Américo Augusto da Costa Souto, sobre a imigração japonesa em nosso Estado, o professor aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina, lançou a seguinte problemática, a qual não me propus responder inteiramente com esse trabalho, “em que medida os núcleos japoneses superaram a estrutura fundiária do planalto catarinense, ao fracionarem as grandes extensões de terra e aplicarem a dinâmica da pequena produção agrícola?”.

Nessa perspectiva “geo-econômica”, poderíamos considerar os agricultores dos núcleos japoneses de Caçador e Curitibanos, junto com outros pequenos proprietários da região, como caboclos, aldeias remanescentes de quilombos, euro-descendentes e propriedades agrícolas de organização familiar no geral, como rupturas ao padrão latifundiário que ocupou aquelas terras no processo de formação do território brasileiro, principalmente pela base econômica da pequena propriedade familiar. Assim, a partir da reflexão do professor Américo, também lançamos uma problemática: em que medida os núcleos japoneses litorâneos se integraram às regiões catarinenses caracterizadas por uma formação baseada na pequena propriedade, como os casos de Itajaí e de Criciúma?

A observação dos distintos padrões de ocupação e domínio territorial regionais foi assinalada, pelo próprio imigrante japonês de Caçador:

Aqui foi diferente de Curitibanos e São Joaquim, das dez famílias que aqui se instalaram só duas ou três tinha carro. Lá em São Joaquim começou com muitos japoneses ricos. Alguns eram ricos ou filhos de produtores bem-sucedidos que resolveram expandir seus negócios. Alguns desses ricos eram sócios da Cotia e vieram para São Joaquim ou mandaram seus filhos²¹⁰.

Nesse caso, essa observação também pode ser entendida como um meio de diferenciar-se dos “outros” japoneses, apontados como ricos, bem-sucedidos e novos “fazendeiros” de São Joaquim. Assim, nosso entrevistado estava “construindo” a própria identidade como pequeno proprietário japonês de origem econômico familiar humilde e “simples”. Contudo, na sua fala, a diferenciação não se limitou aos japoneses ricos de São Joaquim, mas também aos pequenos proprietários do Núcleo Celso Ramos em Curitibanos. Mas aqui a explicação, segundo o japonês de Caçador entrevistado é outra.

²¹⁰ Entrevista informal de Mikishiro Yanagi a André Souza Martinello em 10/11/2006.

Afirma Mikishiro Yanagi, que uma das diferenças na época da chegada dos japoneses na Colônia de Caçador para a de Curitiba, foi o investimento e o auxílio financeiro muito mais presente no Núcleo Celso Ramos do que no Núcleo Paiol Velho:

A JAMIC não ajudou a Colônia japonesa de Caçador porque aqui é muito longe de Porto Alegre. Aqui nós não tivemos nenhum financiamento da JAMIC, por exemplo, mas do Banco do Brasil, por isso, aqui foi mais difícil do que em Curitiba²¹¹.

Porém, vale lembrar que na colônia de Curitiba morava a esposa do senhor Mikishiro, até casarem-se e ela ir morar em Caçador. Portanto, diferenciar os nipônicos de São Joaquim como “ricos” e os de Curitiba como receptores de “subsídios” foi uma forma de demonstrar também a origem “pobre” da sua esposa. Se na colônia de Itajaí o imigrante entrevistado havia dito que a sua esposa morava no Núcleo japonês de Criciúma antes de casarem-se e, depois fora ela para Itajaí, a “rede étnica” do casamento naquele caso de Caçador foi estabelecida, com a colônia de Curitiba.

4.3 Agricultura da aldeia.

Um dos cultivos mais realizados e “bem – sucedidos” dessa colônia foi a do tomate. Os primeiros tomates produzidos na colônia japonesa foram adquiridos pela cooperativa Sul Brasil e Sul-brasileira e vendidos em São Paulo. Naquela época, explicou o senhor Mikishiro Yanagi, o tomate de verão não existia em São Paulo devido ao clima tropical, com temperaturas elevadas e calor intenso, não favorável ao cultivo. Os poucos e pequenos tomates cultivados no sudeste eram moles e sensíveis. Em Caçador, ao contrário, o verão mais brando e o calor mais ameno, favoreciam a cultura tomateira nessa época do ano²¹². Porém, no inverno rigoroso naquela parte de Santa Catarina impossibilitava plantar tomate nas estações frias, principalmente pelas baixas temperaturas e geadas, que chegavam a “queimar” a planta. Esses tomates de verão do Núcleo japonês de Caçador foram desde o início da produção, enviados para à Ceasa de São Paulo e lá redistribuídos para outras localidades e regiões do Brasil. Com orgulho relata Mikishiro:

²¹¹ Entrevista informal de Mikishiro Yanagi a André Souza Martinello em 10/11/2006.

²¹² O período do verão favorável à cultura do tomate, deve-se ao clima regional, tanto que os japoneses em Curitiba pretendiam o mesmo: “Pretendem plantar tomate na entressafra paulista e paranaense, para abastecer aqueles mercados nos períodos de carência. Tem condições para isso, segundo afirmou Hideo Kobashikawa. Plantarão em dezembro e janeiro, para colher em março e abril. A região, com uma temperatura amena naqueles meses, permite o cultivo, impossível em outras regiões brasileiras”. Notícia retirada no Jornal *O'Estado*. Florianópolis, domingo, 25 de agosto de 1974. nº17.765, p.09.

Esse tomate era cultivado e comercializado de janeiro a abril. Naquela época teve muita procura, pelo diferencial da época de baixa produção brasileira. O verão do restante do país era predatório e o nosso não, dava um tomate firme e resistente na estação mais quente do ano e possibilitava longos deslocamentos”²¹³.

A condição geográfica favorável ao cultivo do tomate na entressafra paulista, também foi apontada pela historiadora Rosângela Kimura, quando já na década de 1930 alguns japoneses em Curitiba(PR) cultivavam e enviavam tomates para São Paulo:

Em Curitiba, continua o autor, dez plantadores de tomate também obtiveram sucesso, em 1936, organizaram uma espécie de cooperativa que enviava a produção para São Paulo. A diferença climática fazia com que o tomate curitibano chegasse na entressafra paulista, conseguindo bons preços no mercado²¹⁴.

Glauco Olinger em entrevista concedida na biblioteca da EPAGRI²¹⁵, relatou o panorama geral da produção tomateira pelos japoneses no Brasil:

Eles lançaram o ‘tomate japonês’. Até ali nós só conhecíamos aqueles tomates grandes, tomates tipo espanhol. E os japoneses trouxeram uma nova variedade de tomate, menor, mais resistência a doenças, mais produtivo, que dava o nome de tomate japonês. E aquele tomate tornou conta daquele mercado de tomate de São Paulo, Rio de Janeiro, veio aqui para Santa Catarina. E a nossa tentativa era trazer esses japoneses para Santa Catarina²¹⁶.

E assim informava o agricultor japonês Mikishiro Yanagi sobre a “história” das culturas agrícolas:

Depois do nosso sucesso com o tomate, veio o alho. A semente que utilizamos ficou muito conhecida, foi o “alho Caçador”. Aqui no entorno da nossa colônia japonesa, há colônias de italianos. Esses italianos quando emigraram da Itália para o Brasil, trouxeram suas sementes, inclusive de alho. Esses italianos usavam no seu tempero, no salame, na carne e em outras comidas. A variedade desse alho foi plantada por nós, e nós fomos guardando e selecionando as melhores sementes da variedade existente. Assim foi evoluindo, porque só plantamos as melhores semente.

Os japoneses escolhendo as melhores sementes, acabaram fazendo seleção dos alhos italianos e brasileiros. Esta seleção foi batizada de ‘alho Caçador’. E o Chonan* lá em

²¹³ Entrevista informal de Mikishiro Yanagi a André Souza Martinello em 10/11/2006.

²¹⁴ KIMURA, Rosângela. “Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná 1930-1950. (De cores proibidas ao perigo amarelo)”. Dissertação de mestrado em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá(PR), 2006. p.112.

²¹⁵ Observe em anexo geral, uma síntese biografia de Glauco Olinger.

²¹⁶ Entrevista concedida a André Souza Martinello por Glauco Olinger, ex-secretário da Agricultura do governo do Estado de Santa Catarina. Gravada em fita em 30/05/2006 na EPAGRI em Florianópolis.

* Referência ao agricultor Takashi Chonan, ao qual abordamos no segundo capítulo da monografia sobre a História do Núcleo Celso Ramos.

Curitibanos fez igual. Separou o alho e foi selecionando a plantando os melhores. [...] o ‘alho Caçador’ era dos italianos primeiro, o japonês melhorou fazendo a seleção²¹⁷.

Portanto, essa colônia desenvolveu importantes cultivos, que possibilitaram rendas e lucros “garantidos” as famílias camponesas.

4.4 A Correspondência oficial como fonte para a História²¹⁸.

Segundo as correspondências e em alguma documentação existentes no Arquivo da Secretaria de Agricultura do Estado de Santa Catarina, sobre a colônia japonesa de Caçador, a localidade em que foi instalado tal núcleo era chamada de Paiol Velho. Porém, tanto nas páginas dos jornais como em algumas documentações, a referência ao nome da comunidade agrícola fora “Núcleo Japonês Paiol Velho”. Contudo, analisando essas correspondências, percebemos que entre o mês de setembro e novembro do ano de 1973, houve uma alteração da denominação do núcleo, que passava a receber o nome do governador do estado da época (segundo correspondência assinada pelo presidente do IRASC, Hélio Mario Guerreiro). De Núcleo Paiol Velho para Núcleo Governador Colombo Machado Salles. É interessante observar esses documentos e perceber que a alteração do nome, não foi realizada prontamente, tanto que nas correspondências, entre a JAMIC, IRASC, Prefeitura Municipal de Caçador, Secretaria de Agricultura e outras instituições, a denominação Núcleo Paiol Velho permanecia. Até meados de 1975 o nome era o “original”, mas nesse mesmo ano se estabeleceu o nome Núcleo Japonês Governador Colombo Machado Salles. O “título oficial da vila” também fez parte da placa inaugural construída no acesso da comunidade, inclusive nessa mesma placa, após o nome do governador como denominação do núcleo, foi escrito a expressão: “Ação Catarinense de Desenvolvimento”.

Quando perguntado sobre o nome do Núcleo em que morava, o imigrante japonês disse: “O primeiro nome que foi dado a esta colônia era do governador da época. Mas como o governador não ajudou em nada, mudamos para ‘colônia japonesa de Caçador’, não adianta nome difícil de pronunciar, se agente fala ‘colônia japonesa’ todo mundo entende e sabe onde fica”²¹⁹. E a placa da inauguração com o “nome oficial” fora retirada pela comunidade, “porque atrapalhava”. Os japoneses da colônia

²¹⁷ Entrevista informal de Mikishiro Yanagi a André Souza Martinello em 10/11/2006.

²¹⁸ Toda a referência a documentos utilizada estará em anexo a esse capítulo.

²¹⁹ Entrevista informal de Mikishiro Yanagi a André Souza Martinello em 10/11/2006.

havam colocado nos fundos da própria associação cultural da agora chamada “Colônia japonesa de Caçador” o monumento governamental.

Analisando as correspondências, leis e outros documentos arquivados no setor de terras da Secretária da Agricultura do Estado de Santa Catarina em Florianópolis, há várias informações importantes. A lei nº07 de 19 de abril de 1973, publicada pela Prefeitura de Caçador descrevia no Artigo Primeiro, “uma área de terra de cem alqueires, - totalizando 2.420.000m , dividida em dez lotes iguais de 242.000m e cada um com casa de 60m [...] destinada à instalação de um núcleo composto de dez famílias de japoneses, especializados em fruticultura e outras atividades correlatas e adequadas à região”. O artigo segundo dessa lei, fixava o preço de cada lote de mais de vinte hectares, cobrado pela Prefeitura Municipal, em (Cr\$25.000,00) vinte e cinco mil cruzeiros “pagáveis em oito anos, sem juros e sem correção monetária, precedidos da carência de três anos”.

Em 16 de julho de 1973, após a Câmara Municipal de vereadores decretar a subvenção ao Núcleo japonês Paiol Velho, o prefeito sancionava a lei que autorizou subsídios as atividades agrícolas, desempenhados pelas dez famílias japonesas. Em correspondência oficial datada em 09 de dezembro de 1973, ao Prefeito Municipal de Caçador, o presidente do IRASC informava ter recebido correspondência da JAMIC, comunicando a desistência do “colono” Takeshi Oomukai, “destinado a ocupar o lote nº 4 do Núcleo Colombo Machado Salles”. Na substituição a esse imigrante, a empresa de imigração e colonização com escritório na capital gaúcha, indicava “o engenheiro agrônomo Norimatsu Susuki, atualmente funcionário da JAMIC”. Continuava o documento do Presidente do IRASC ao prefeito de Caçador: “de nossa parte nada temos a observar, bem ao contrário, pois trata-se de pessoa com curso superior e, portanto, com mais condições de transmitir sua técnica aos colonos da região”. Finalizava o ofício, afirmando caso o prefeito concordasse com a substituição do colono pelo engenheiro agrônomo, a Prefeitura deveria transferir o lote e os financiamentos ao novo morador.

As histórias da formação das colônias e a instalação dos japoneses são diferentes. Em relação à instalação elétrica, por exemplo, diferente das outras aldeias nipônicas existentes em Santa Catarina, a de Caçador demorou a possuir energia elétrica, como apontou a correspondência da JAMIC para o Prefeito de Caçador em 26

de abril de 1974. O diretor daquele órgão japonês informava: “conforme expomos com o Cônsul Geral do Japão, senhor Jiro Nishikawa, na ocasião da visita à Colônia, de que a eletrificação é um dos fatores essenciais da Colônia”. Finalizava a correspondência, Rikio Ishikawa diretor da JAMIC, da seguinte forma: “esperamos contar com especial apoio do Senhor Prefeito quanto a eletrificação desse núcleo”. Em abril do ano seguinte, o prefeito de Caçador em carta ao IRASC, parabenizava a nomeação e a posse do novo presidente dessa autarquia e, aproveitava a oportunidade para solicitar verbas para a eletrificação dessa vila rural:

considerando a existência de um convênio assinado entre o IRASC, JAMIC e esta prefeitura, através do qual esta municipalidade deveria construir a rede de eletrificação japonesa;

Considerando ser nossa base econômica, a industrialização da madeira e o comércio da mesma, a mais de um ano, sofre as conseqüências da retenção de financiamento.

Nessa correspondência, o prefeito informava suas “considerações” sobre as dificuldades financeiras da ampliação da rede elétrica para levar a energia até o núcleo japonês, principalmente, por ser um município baseado na indústria e comércio da madeira, ambos em crise, alegou o prefeito. Assim continuava o chefe do poder executivo municipal:

Considerando o alto custo da obra e as condições precaríssimas da Prefeitura em custear a construção face a enorme queda sofrida no que tange ao retorno do ICM, vimos solicitar da V.S^a o especial favor de verificar a possibilidade de conseguirmos para o nosso município uma verba que venha possibilitar o início da supra citada obra, pois as necessidades dos colonos japoneses é enorme, prejudicados que estão pela falta da energia elétrica.

No relatório das atividades do Núcleo Colonial Paiol Velho safra 1974/1975, apresentado pela JAMIC ao IRASC e à Prefeitura de Caçador, “os males” e os problemas apontados pelos camponeses eram a falta de água de irrigação, sua conseqüente “falta de condição para o crescimento da lavoura”, “há também observação sobre o insucesso na comercialização, ou melhor, situação do mercador precária”. Assim semelhante a Itajaí, os agricultores japoneses em Caçador também encontraram inicialmente um mercado consumidor relativamente precário, pelo menos aos seus produtos hortifrutigranjeiros. A não eletrificação do núcleo, ainda não resolvida, irá apresentar-se como problema novamente em abril de 1976, quando a JAMIC apresentou aos órgãos competentes, a relação da produção frutífera do “Núcleo Colonial

Governador Colombo Machado Salles, de município de Caçador, relativa à safra de 1975/1976”.

O relatório dirigido ao presidente do IRASC, constatava através das pesquisas individuais realizada com os camponeses nipônicos, que o principal problema passava a ser a mão-de-obra não disponível a trabalhar e atender às necessidades do núcleo: “o fato ‘escassez de mão-de-obra’ constitue o motivo de insatisfação nos resultados de cada um dos colonos”. Afirmava o presidente da JAMIC nessa correspondência datada de trinta de abril de 1976, que a não existência de trabalhadores que atendessem os japoneses, levava os mesmos a trabalharem muito mais:

Portanto, tal característica ante a escassez de mão-de-obra implica na execução de serviços noturnos, o que explica falhas, de seleção [de frutos] imperfeitas, por trabalharem sob a iluminação precária, de luz de lanternas. Daí uma das razões pela solicitação veemente dos colonos pela eletrificação daquela colônia em prol do incremento de atividades agrícolas, pois os serviços noturnos abrangem também aos outros serviços, principalmente nos preparativos para remessa ao mercado.

De fato, a energia elétrica constituía uma necessidade capaz de impulsionar a maior produção ou pelo menos oferecer maior “bem-estar” do núcleo japonês. Em 1973, por exemplo, o Prefeito de Curitiba solicitava a direção da CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina – o melhoramento da rede de energia elétrica no Núcleo Celso Ramos: “segundo o prefeito, com o melhoramento da energia elétrica um faturamento anual de Cr\$2.500.000,00, poderá ser aumentada [a economia da vila]”²²⁰. O prefeito justificava seu pedido, mostrando ao presidente da CELESC, que a energia era muito instável no “local onde se cultiva a nectarina em abundância, além de tulipas e cravos”²²¹. O Jornal O’Estado de vinte e seis de janeiro de 1973, afirmava que o prefeito enfatizava seu pedido pois as famílias nipônicas “ali residentes representam um faturamento anual de aproximadamente três milhões de cruzeiros, retirados de exportação a mercados brasileiros procedentes dos Estados Unidos e da Inglaterra”²²².

Nas considerações finais a respeito das “histórias” da implantação desse núcleo japonês de Caçador, finalizamos com a notícia de jornal, que de certa forma, sintetiza o objetivo e a política agrícola daquele momento, que buscava formar e organizar vilas “rurbanas” habitadas por japoneses, forjando também uma concepção de japonês:

²²⁰ Jornal O’Estado. Florianópolis, sábado, 20 de janeiro de 1973. nº17.102, p.07.

²²¹ Jornal O’Estado. Florianópolis, 6ªfeira, 26 de janeiro de 1973. nº17.0107, p.07.

²²² Jornal O’Estado. Florianópolis, 6ªfeira, 26 de janeiro de 1973. nº17.0107, p.07.

A Agrovila Rio Novo, localizada a menos de dez quilômetros de Itajaí, corresponde a idéia do estabelecimento dos ‘cinturões verdes’ em volta das cidades. Em Santa Catarina já foram criadas colônias semelhantes nas cidades de Caçador (com dez famílias), Curitibanos (com mais de trinta e cinco famílias) sendo que o IRASC pretende formar uma quarta nas proximidades de Criciúma. A experiência sempre será feita a partir da reunião de agricultores nacionais e japoneses, porque segundo disse Hélio Guerreiro, servirá para habituar outros camponeses brasileiros não só com a técnica mas também com a disciplina de trabalho praticado pelos imigrantes e pelos agricultores elite selecionada pela ACARESC²²³.

Concluimos, portanto, assim como aponta Célia Sakurai, que a imigração “tutelada”, com apoio do governo japonês, mas nesse caso de Caçador com maior atenção do governo local, como prefeitura e governo do estado, houve não só uma eficácia econômica, “mas sobretudo simbólica para os japoneses que escolheram o Brasil como destino”²²⁴.

²²³ Jornal O’Estado. Florianópolis, 2ªfeira, 05 de novembro de 1973. nº17.382, p.04.

²²⁴ SAKURAI, Célia. “Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941)”. In: FAUSTO, Boris (org). “Fazer a América”. 2ªedição. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p.237.

CAPÍTULO V

NÚCLEO SANGA DO CAFÉ:

Em Criciúma os japoneses
“descobriram que a terra era propícia à lavoura”.

5.1 A última colônia japonesa oficial, criada pelo Estado.

Nos primeiros meses do ano de 1975 modificava o governador do Estado de Santa Catarina, seus secretários e a burocracia em geral. Deixava a chefia do governo Colombo Machado Salles e assumia o mesmo posto, Antônio Carlos Konder Reis. O engenheiro agrônomo Hélio Mario Guerreiro trocava o comando do IRASC ao assumir em abril daquele ano a Direção Administrativa da BESC Financeira (Banco do Estado de Santa Catarina), porém antes da sua saída do IRASC, criou-se um núcleo de agricultores japoneses e brasileiros.

Nós trabalhávamos em uma cidade do Rio Grande do Sul que fazia divisa com o Uruguai, aí nós queríamos nosso pedaço terra e também o clima lá era muito frio, mais frio que o Japão. Agente procurava um clima mais parecido com o clima do Japão, então, um dia a JAMIC disse que tinha terra e agente veio para cá. Chegamos aqui em Sanga do Café em 1975²²⁵.

Essa história acima foi relatada por Masaru Akaishi, um dos primeiros agricultores japoneses que fizeram parte da formação de um núcleo colonial “nipo-brasileiro”, na época, localizado no município de Criciúma sul do Estado de Santa Catarina. Disse-nos o senhor Masaru, ter imigrado ao Brasil em 1952 com seus pais quando estava com aproximadamente cinco anos de idade. A família estabeleceu-se na região extremo sul do Rio Grande do Sul, onde as baixas temperaturas intensas desestimulavam o trabalho agrícola, principalmente no inverno. Como a sensação de frio apresentava-se maior do que no Japão, segundo Masaru, resolveram buscar suas próprias terras em alguma região de clima mais ameno, como diz nosso informante, “um clima mais parecido com o do Japão”. Essa fora a explicação dada por Masaru Akaishi, sobre o porquê de fixar-se em 1975 na área rural de Criciúma. A partir da vivência desse imigrante, discordamos do historiador Moacyr Flores, quando generalizou a adaptação dos nipônicos ao “clima

²²⁵ Entrevista informal com o agricultor Masaru Akaishi e agricultora Katsuko Akaishi a André Souza Martinello, em 12/06/2006, Núcleo Sanga do Café, município de Forquilha.

gaúcho”: “Não há dificuldades [dos imigrantes japoneses] quanto à adaptação ao clima do Rio Grande do Sul, porque este é semelhante ao sul do Japão [...]”²²⁶.

Em 1974, no Jornal O’Estado de 16 de maio o título de uma reportagem sobre a instalação de um Núcleo colonial japonês no Sul do Estado fora: “Criciúma ganha um núcleo de japoneses, quer repetir o sucesso alcançado por Itajaí com a instalação de famílias japonesas em sua zona rural”²²⁷. Como observamos nos capítulos anteriores, a imprensa catarinense geralmente retratava com muito entusiasmo a notícia da vinda dos japoneses para os respectivos municípios e, em Criciúma não fora diferente. O jornal informava que seria instalado um núcleo colonial japonês no Bairro Sanga do Café, distrito de Forquilha, município de Criciúma e que a nova aldeia agrícola “poderá resultar na redenção da região na fruticultura, horticultura e floricultura”²²⁸. Continuava o periódico da capital:

O núcleo de Sanga do Café deverá abrigar até julho vindouro dez famílias japonesas, de acordo com o convênio firmado pela Prefeitura Municipal com JAMIC, órgão responsável pela imigração japonesa no Brasil. Cada família receberá 10 hectares [...]. Os lavradores irão dispor de quantidade suficiente de água para arar as terras e de fertilizantes para fortalecê-las. As residências a serem vendidas aos imigrantes japoneses são de alvenaria, medindo 6m por 10m, dotados de instalações sanitárias e elétricas. A água potável será fornecida por poços artesanais²²⁹.

Embora um detalhe que possa “passar despercebido”, dificilmente estaria escrito nas páginas dos jornais e jamais se encontraria em documentação governamental daquela época, as expressões: “camponês, camponesa, camponeses” quando referência aos trabalhadores do campo. No trecho acima, por exemplo, os japoneses são denominados de lavradores, afinal já se registrava dez anos do início da Ditadura no Brasil e

após o golpe militar [1964] a palavra ‘camponês’ foi proibida no vocabulário da imprensa e dos organismos de representação e de assistência técnica. Os sindicatos de base municipal passaram a reunir várias categorias (pequenos proprietário, rendeiros, assalariados) sob designação genérica ‘trabalhador rural’²³⁰.

²²⁶ FLORES, Moacyr. “Japoneses no Rio Grande do Sul”. “Veritas, publicação Periódica da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)”. Porto Alegre, março de 1975. Nº77, Tomo XX, p.95.

²²⁷ Jornal O’Estado. Florianópolis, 5ªfeira, 16 de maio de 1974. nº17.571, p.09.

²²⁸ Jornal O’Estado. Florianópolis, 5ªfeira, 16 de maio de 1974. nº17.571, p.09.

²²⁹ Jornal O’Estado. Florianópolis, 5ªfeira, 16 de maio de 1974. nº17.571, p.09.

²³⁰ NOVAES, Regina Reyes. “Três mulheres de luta: notas sobre campesinato e reforma agrária no Brasil” In: CHEVITARESE, André Leonardo (org). “O campesinato na história”. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. p.219.

Segundo investigações e pesquisas realizadas nessa monografia, parece-nos que o Núcleo Colonial Sanga do Café foi à última comunidade agrícola de caráter campestre (embora expressão proibida naquele momento, utilizamos nesse trabalho) criado pelo IRASC, Secretaria de Agricultura e outros órgãos de Governo. A política agrária que buscou instalar famílias (principalmente japonesas) em pequenas propriedades, para produzirem no campo, se extinguiria em Santa Catarina nessa época do Regime Militar ditatorial, sendo a colônia japonesa de Criciúma a última experiência do período. A formação das vilas agrícolas japonesas não eram mais denominadas de Reforma Agrária (como aparecia no Governo de Celso Ramos antes de abril 1964). Os nipônicos talvez por serem “tratados diferentemente”, foram considerados “elementos estrangeiros”, e a formação das aldeias “nipo-brasileiras” tornaram-se exemplos de “colonização” e não mais “reforma agrária”, assim afirmava o jornal de agosto de 1974: “A colonização japonesa no Estado está sendo feita de maneira moderna e sempre com colonos altamente especializados”²³¹.

5.2 Os japoneses, a terra e a agricultura.

Vela registrar que a percepção e a “concepção” da terra ou do solo como sendo “boa” ou “ruim”, dependia da experiência agrícola anterior dos nipônicos. Ou seja, a relação com a natureza e as vivências em outros ambientes agrários anteriores a fixação no Núcleo Sanga do Café, poderiam em certa medida, influenciar na concepção positiva ou negativa dessa comunidade daqueles que chegavam. Assim, um imigrante japonês vindo de uma região em que o solo caracteriza-se pela pobreza em nutrientes, geralmente pedregoso e desfavorável a agricultura em geral, poderia considerar as terras do Núcleo Sanga do Café de excelentes qualidades, a partir da ótica da sua experiência anterior vivida. É o caso de “Masaru Akaishi, 50 anos, oito meses no Núcleo com a esposa e um filho menor, está contente com a qualidade da terra, que ‘é bem superior que às áreas arenosas de Livramento(RS)’, de onde procede”²³².

Já aqueles agricultores, acostumados a trabalharem em solos que os geógrafos denominam de “ricos em regolito”, com espessas camadas de terras (de horizontes largos e bem definidos) poderiam considerar, quando chegaram naquela região de Criciúma, os solos “ruins” e pouco férteis, portanto, “ao contrário de Masaru, Masato

²³¹ Jornal O'Estado. Florianópolis, domingo, 04 de agosto de 1974. nº17.745, p.16.

²³² Jornal O'Estado. Florianópolis, 4ªfeira, 02 de julho de 1975. nº18.062, p.09.

Fukushima, que veio com seus pais e um irmão do Paraná, reclama da qualidade da terra. – ‘No Paraná, a terra é tão fértil, que não necessita de fertilizantes. Aqui temos que comprar adubos, o que é muito caro’²³³.

Mais especificamente na relação dos agricultores com a natureza, - sobre o clima da região – as páginas dos jornais na época do início dessa Colônia, publicavam que os japoneses não haviam sido informados sobre a dinâmica climática local e, por isso, não possuíam conhecimento necessário ao cultivo agrícola. As conseqüências, segundo jornal de julho de 1975, foram prejuízos nas propriedades dos nipônicos: “As constantes geadas que vêm caindo nos últimos dias, são motivos de preocupação. Há cerca de dois meses, causaram grandes prejuízos aos agricultores japoneses, queimando várias plantações”²³⁴. O periódico também apresentava a dificuldade de Masaru Akaishi, agricultor japonês vindo de Livramento(RS) para Criciúma:

‘Vim para cá porque, além de deixar as terras arrendadas, onde os vencimentos eram repartidos com o proprietário, disseram que aqui não havia geada. Mas já ouvi e foi abaixo de zero, pois queimou até o pimentão. Este tipo de plantação só queima com temperatura inferior à zero’.

Só em tomates, Masaru perdeu treze mil mudas, sem contar as outras culturas semeadas. As outras famílias também tiveram grandes prejuízos²³⁵.

Assim como o agricultor nos revelou em entrevista informal, e também presente no trecho acima do jornal da época, a imigração para Forquilha significou acesso estável a terra em uma localidade de clima mais ameno, em relação ao sul do Rio Grande do Sul. Contudo, na entrevista, Masaru não recordou as dificuldades climáticas da vila em que mora, ao contrário relacionou a um “clima mais parecido com o Japão”. Poderíamos entender esse “esquecimento”, comum pela seletividade da memória, como uma certa idealização do local em que se vive. Ou ainda, a insignificância atual aos eventos climáticos, pois após muitos anos²³⁶ os agricultores brasileiros e japoneses parecem conhecer a “dominar” a natureza local.

De qualquer maneira, o jornal O’Estado de outubro de 1976 registrava a amarga lembrança de Sakae Fukushima, em relação as “intempéries” e a desilusão em relação ao clima do Núcleo de Sanga do Café, quando por ali haviam se fixado japoneses e brasileiros. “Logo que nos instalamos, estranhemos muito os fatores do clima e até

²³³ Jornal O’Estado. Florianópolis, 4ªfeira, 02 de julho de 1975. n°18.062, p.09.

²³⁴ Jornal O’Estado. Florianópolis, 4ªfeira, 02 de julho de 1975. n°18.062, p.09.

²³⁵ Jornal O’Estado. Florianópolis, 4ªfeira, 02 de julho de 1975. n°18.062, p.09.

²³⁶ Nosso informante chegou em Sanga do Café no ano de 1975, e a entrevista aconteceu em 12/06/2006, portanto, há mais de trinta anos vivendo e trabalhando no local

tivemos grandes prejuízos, pois não esperávamos chuvas de granizo e geadas, como ocorreram no ano passado. Nesta época, toda a plantação de hortaliças foi destruída e a colheita se perdeu”²³⁷.

5.3 Mercado consumidor e comercialização da produção.

Em paralelo aos agricultores de Itajaí e de Caçador, também observamos em Criciúma, grandes dificuldades dos nipônicos encontrarem mercado consumidor para seus produtos hortifrutigranjeiros, principalmente nos primeiros anos de instalação. Em situação semelhante nas histórias desses três Núcleos (Itajaí, Caçador e Criciúma), esteve presente a dificuldade de comercialização inicial da produção (apontada como ausência de mercado consumidor nos três municípios). Logo após a superação dessa dificuldade e início da comercialização, tem-se a demanda de mão-de-obra como força de trabalho adicional e também é identificada a falta de infra-estrutura e tecnologia, para aumento da produtividade. Sobre a não existência de “compradores” do que o Núcleo Sanga do Café produziu na época da sua formação, publicou um jornal de 1975:

Acreditando conseguir encontrar colocação para quinhentas caixas de tomate por dia, Masaru, inicialmente, plantou 5 mil pés, que não tiveram mercado consumidor. O mesmo acontecendo com outras plantações.

Concluiu então que terá que diminuir cinco vezes o plantio de cada espécie agrícola, ‘pois das quinhentas caixas que pretendia vender diariamente, o máximo que conseguiu foi apenas vinte e cinco, nos mercados de Florianópolis e Porto Alegre, mas os gastos com transporte nos acarretaram prejuízos. Mesmo em terras arrendadas em Livramento, consegui comprar uma kombi e guardar algum dinheiro. Dos treze mil cruzeiros que trouxe, com os gastos no preparo da terra, só me restam mil’.

Alguns agricultores pensam até mesmo em voltar para suas terras de origem, apesar de possuir alguma esperança em encontrar mercado para seus produtos no sul, principalmente nos municípios gaúchos²³⁸.

A antropóloga Giralda Seyferth lembra que o capitalismo está presente no modo de vida camponês:

A ‘colônia’ (pequena propriedade) é concebida como um microcosmo auto-suficiente na visão dos imigrantes e seus descendentes. Na realidade, trata-se de uma auto-suficiência aparente, pois desde o início estes camponeses estão submetidos

²³⁷ Jornal O’Estado. Florianópolis, 3ªfeira, 12 de outubro de 1976. nº18.512, p.09.

²³⁸ Jornal O’Estado. Florianópolis, 4ªfeira, 02 de julho de 1975. nº18.062, p.09.

às leis do mercado e dependem de atividades externas à comunidade, sejam elas econômicas ou não²³⁹.

Talvez, nessas “relações” e comparações entre os Núcleos Coloniais japoneses, torne-se mais entendível a expressão do nipônico entrevistado no núcleo de Itajaí, Mitsugi Takahashi: “ninguém em Itajaí conhecia nossos produtos quando começamos a comercializar”. Uma possível interpretação ao “ninguém” consumia aqueles produtos cultivados pelos nipônicos, na verdade é a constatação da “regulação” do sistema capitalista de “oferta e procura”.

Porém, os jornais da época também acabavam construindo a idéia de que inicialmente para os japoneses “tudo era problema”. Em Criciúma, as dificuldades encontradas no clima, nas intempéries, no solo e na inexistência de mercado consumidor não possibilitaram o progresso “esperado”. Enquanto que para os brasileiros instalados na mesma localidade “tudo estava certo”, já que para esses o “progresso não viria”. Com diversos preconceitos, o jornal da época descreveu uma família de brasileiros no Núcleo Sanga do Café:

Valmir José Savi e Maria Teresa Savi, formam uma das famílias brasileiras radicadas no Núcleo, onde estão a três meses.

Com seus poucos recursos, ainda estão bastante atrasados em relação ao estágio de desenvolvimento dos japoneses, que chegaram quase na mesma época.

Com alguns pés de repolhos plantados, demonstram estarem satisfeitos com a situação. ‘Temos um longo prazo para pagar a confiando em Deus, tudo vai dar certo’, disse Maria Tereza Savi²⁴⁰.

A imagem “dos brasileiros vida boa”, “tranqüilos”, acomodados e crentes em Deus faz parte de uma ideologia, em que a superioridade é atribuída ao japonês, enquanto que o “brasileiro é o caboclo, considerado preguiçoso, indolente”²⁴¹. Portanto, estamos diante da construção de estereótipos e de imagens que representaram os japoneses como trabalhadores, que se “falharam” a culpa deve-se ao meio em que se encontram, enquanto que os brasileiros estavam “em um estágio de desenvolvimento atrasado”, sendo “indivíduos que não trabalham ou que consideram trabalho manual degradante”²⁴².

²³⁹ SEYFERTH, Giralda. “Imigração e cultura no Brasil”. Brasília: editora da universidade de Brasília, 1990. p.25.

²⁴⁰ Jornal O Estado. Florianópolis, 4ªfeira, 02 de julho de 1975. n°18.062, p.09.

²⁴¹ SEYFERTH, Giralda. “Imigração e cultura no Brasil”. Opt.cit.p.81.

²⁴² SEYFERTH, Giralda. “Imigração e cultura no Brasil”. Opt.cit.p.87.

Em oposição oposta a esses preconceitos presentes nos jornais de época, Giralda Seyferth lembra que as relações interétnicas nos núcleos, possibilitaram trocas culturais como o “surgimento” de novos hábitos alimentares, caracterizados por originarem-se no convívio:

Um dos efeitos mais óbvios da colonização foi a mudança dos hábitos alimentares dos imigrantes e dos brasileiros que convivem nas mesmas áreas. A introdução e o consumo de hortaliças, nas cidades e na área rural, são conseqüências da imigração, seja européia seja japonesa²⁴³.

Se as diferentes culturas chegam a alterar os padrões alimentares, também podem - assim como o capitalismo – interferir no mercado. Assim, se o mercado interferiu na comercialização e produção japonesa, a cultura também teve seu papel nesse processo. Como estranhou o camponês Masaru Akaishi, segundo o jornal O’Estado de julho de 1975, sobre o padrão alimentar e o comportamento dos catarinenses: “catarinense são sabe comer, não come verduras, só carne”²⁴⁴.

No ano seguinte, o jornal O’Estado retratava as grandes vendas da produção da colônia japonesa na região de Criciúma. Segundo o jornal, afirmava Sakae Fukushima:

‘Quase não havia mercado consumidor e o produto sobrava, porque ninguém nos conhecia e muito menos interessava-se em adquirir hortaliças. Hoje, felizmente, já somos poucos para abastecer todo o mercado local e temos conseguido grandes lucros. Até mesmo os prejuízos sofridos já foram repostos’, salientou Sakae²⁴⁵.

Assim, em Criciúma semelhante ao Núcleo Paiol Velho em Caçador, após as primeiras dificuldades em “convencer” e “encontrar” compradores, o problema deixava de ser a falta de mercado consumidor e passava a ser a falta de mão-de-obra externa a família e ao próprio núcleo colonial. Alegava-se não existirem pessoas disponíveis ao trabalho agrícola. Porém, a solução seria facilmente encontrada na implantação de tecnologia:

Reclamando da carência de mão-de-obra e valorizando a mecanização, Sakae falou da satisfação em cultivar estas terras explicando que ‘com o tempo estamos conseguindo preparar bem o terreno, à base de fertilizantes, o que vai intensificar a produção. Além das boas condições oferecidas pelas terras, dispomos de uma escola* bem perto – a 200 metros – o que nos

²⁴³ SEYFERTH, Giralda. “Imigração e cultura no Brasil”. Opt.cit.p.33.

²⁴⁴ Jornal O’Estado. Florianópolis, 4ªfeira, 02 de julho de 1975. n°18.062, p.09.

²⁴⁵ Jornal O’Estado. Florianópolis, 3ªfeira, 12 de outubro de 1976. n°18.512, p.09.

* Na entrevista informal com um filho de imigrantes japoneses, Ricardo Fukushima, nos relatou que a implantação da escola primária no Bairro Sanga do Café foi uma reivindicação e um pedido dos colonos japoneses.

dá uma certa tranqüilidade, já que nossos filhos poderão estudar aqui mesmo²⁴⁶.

Neste trecho de jornal acima, a mentalidade do agricultor japonês presente na afirmação de intensificar a sua produção através dos fertilizantes, é típica da “cultura japonesa”, pelo menos de alguns imigrantes nipônicos que se instalaram no Brasil. Segundo Giralda Seyferth, “antes do adubo químico, hoje bastante empregado por pequenos produtores, os japoneses trabalharam com adubo orgânico, animal ou vegetal, como era o caso do feijão mucuna verde”²⁴⁷.

Vale notar que a partir do aumento da “consciência ambiental”, das pesquisas nas relações agricultura e meio ambiente e das conclusões em relação às conseqüências negativas de fertilizantes sintéticos, começou-se a reordenar novas formas de produção agrícola. Aquele modelo adotado a partir da década de 1950, denominado de Revolução Verde, baseava-se em altas taxas de produtividade proporcionadas pela introdução de maquinário, tecnologia, fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, água para irrigação artificial, entre outros. Contudo, ao longo do tempo, a Revolução Verde significou alto potencial de impacto ambiental e diminuição da capacidade produtiva, devido ao desequilíbrio biológico gerado, causando inclusive danos irreversíveis:

Uma característica da agricultura que deve ser ressaltada é que, ao funcionar em desequilíbrio, um agroecossistema tende a perder a capacidade produtiva. O uso intensivo de fertilizantes e corretivos, necessários à manutenção de níveis altos de produtividades, causa alterações nas características químicas e biológicas naturais do solo, levando ao desequilíbrio. As conseqüências disso vão desde a diminuição do potencial produtivo deste solo, até a contaminação deste e, através da erosão, dos recursos hídricos.

[...] os agrotóxicos ameaçam a saúde da população e degradam os ecossistemas, passando a ser considerados como anti-econômicos e insustentáveis a longo prazo²⁴⁸.

Outro morador do Núcleo Sanga Café afirmava, segundo jornal da época, o interesse no uso intensivo de fertilizantes, mesmo o solo sendo considerado de boa qualidade pelo próprio imigrante japonês:

Morando há apenas seis meses, no Sul e falando muito mal o português, a família de Hideo Maeda, 53 anos, que veio

²⁴⁶ Jornal O Estado, Florianópolis, 3ª feira, 12 de outubro de 1976, nº18.512, p.09.

²⁴⁷ SEYFERTH, Giralda. “Imigração e cultura no Brasil”. Opt.cit.p.37.

²⁴⁸ SALAMONI, Giancarla; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. “Princípios sobre o ecodesenvolvimento e suas relações com a agricultura familiar”. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira e MENDES, Iandara Alves (organizadoras). “Teoria, técnica, espaços e atividades: temas da Geografia contemporânea”. – Rio Claro (SP): Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP; Associação de Geografia Teórica – AGETEO, 2001. pp.80-81.

do Japão para São Paulo em 1973, dedicando-se à criação de galinhas diz que ‘quando vim para cá passei a produzir hortaliças e estou bastante otimista com a primeira colheita já que a terra é boa, e com o uso intensivo de fertilizantes, ficará ainda melhor’, finalizou²⁴⁹.

Em relação à comercialização da produção, segundo jornal de outubro de 1976: “– ‘Os produtos de inverno, como repolho, couve-flor, alface e outros já foram vendidos e só esperamos o crescimento dos produtos típicos de verão, como o tomate e o pimentão para o início de novas colheitas’ – lembrou Sakae”²⁵⁰. Como apontamos anteriormente, o imigrante acusava a carência de mão-de-obra como problema principal daquele momento “mas justificou afirmando que isto ‘não importa muito, porque nosso objetivo é mecanizar tudo de uma vez. Atualmente já dispomos de micro-tratores e de um caminhão e os lucros da próxima colheita, pensamos aplicar tudo em novos equipamentos”²⁵¹. Portanto, podemos considerar a partir da identificação da implantação de métodos “modernos” e convencionais naquelas propriedades, que a denominada “Revolução Verde” (modernização agrícola) também estava presente na organização e produção dessa vila. Os exemplos encontrados foram às propostas de utilização de fertilizantes (quando sintéticos) e maquinário tecnológico em substituição de mão-de-obra não familiar temporária.

5.4 Os nomes do Núcleo.

No jornal O’Estado de 1974, a referência ao nome do Núcleo japonês de Criciúma era a micro-região chamada Sanga do Café. A própria comunidade por esse nome era conhecida e assim até hoje chamada por brasileiros, japoneses e descendentes: Núcleo Sanga do Café. Contudo, em matérias jornalísticas de 1975, a denominação alterara para: Núcleo Agrícola *Hélio Guerreiro*, nome do presidente do IRASC. O “nome oficial” da vila registrava a similitude, em relação ao nome do Governador Celso Ramos no núcleo de Curitiba e do Governador Colombo Machado Salles em Caçador. Mas, parece que pouco significava para essas comunidades serem denominadas com nomes de “pessoas consideradas importantes”.

Os japoneses de Curitiba, criadores de uma “marca símbolo” da comunidade, costumam se auto – denominar “Colônia Ramos”. O símbolo de um boneco de neve

²⁴⁹ Jornal O’Estado. Florianópolis, 3ª feira, 12 de outubro de 1976. nº18.512, p.09.

²⁵⁰ Jornal O’Estado. Florianópolis, 3ª feira, 12 de outubro de 1976. nº18.512, p.09.

²⁵¹ Jornal O’Estado. Florianópolis, 3ª feira, 12 de outubro de 1976. nº18.512, p.09.

escrito Ramos, não se refere em nenhum momento ao ex-governador do Estado. Em Caçador, a Placa Inaugural que registrava o nome do governador na época da criação e inauguração do núcleo japonês fora arrancada, e os japoneses dali consideram o nome Núcleo japonês de Caçador muito mais apropriado. Em Criciúma o nome do presidente do IRASC também “não chegou a pegar”. Em trabalho de campo naquela vila (atual município de Forquilha), observa-se que todos se referem como sendo Sanga do Café. Já na placa inaugural que “marca a data de fundação” da vila, embora apareça o IRASC como realizador do convênio com a JAMIC, o núcleo apresenta ainda outro nome²⁵², não sendo do presidente do órgão governamental. Os moradores do núcleo alegaram, quando questionados sobre quem era “Hélio Guerreiro”, “não conhecerem essa pessoa”.

A nomeação governamental dos núcleos e o seguinte abandono desses “termos” pelos japoneses, pode ser entendido, como uma autonomia simbólica e social apresentada pelos nipônicos. Porém, a não implantação ou a não existência desses monumentos, pode ser interpretada pelos próprios imigrantes, como um certo “desprezo” ou abandono dos órgãos de governo, como apontamos no caso de Itajaí, quando um imigrante japonês reivindicou uma “placa” indicativa da existência de uma comunidade japonesa. Afirmou Mitsugi Takahashi, morador do núcleo Rio Novo em Itajaí, “Aqui não existe uma placa de inauguração como lá em Forquilha [referência a colônia japonesa]”²⁵³. Entre as quatro colônias que apresentamos, pare-nos que a de Itajaí foi à única a não ter sido “batizada” e fundada com algum monumento e também não registrou o nome de algum político na época.

Em final da gestão do governo de Colombo Machado Salles, - esse já possuía como Hélio Guerreiro seu nome em vila japonesa – um jornal apresentava um balanço das ações governamentais efetuadas pelo IRASC:

Dentre as atividades empreendidas pelo IRASC desde 1971 até agora, destaca-se a criação de novos núcleos coloniais estrangeiros, notadamente de japoneses. Em Itajaí foi criado um núcleo colonial composto de dez famílias, em Caçador também e agora está sendo implantado núcleo de Criciúma, onde serão estabelecidos mais dez famílias japonesas²⁵⁴.

Assumia o governo do Estado em março de 1975, Antônio Carlos Konder Reis. No plano federal, Ernesto Geisel lançava no mesmo ano o Segundo Plano Nacional de

²⁵² O nome escrito na Placa de 1977 é “Núcleo Osvaldo Savi”.

²⁵³ Conversa informal com Mitsugi Takahashi, imigrante japonês morador do Núcleo Reio Novo em Itajaí. Trabalho de campo em 09/12/2006 na propriedade de Mitsugi em Itajaí.

²⁵⁴ Jornal *O Estado*. Florianópolis, domingo, 04 de agosto de 1974. nº17.745, p.16.

Desenvolvimento (II PND 1975-1979), em resposta à crise do petróleo e o esgotamento do “Milagre Econômico” vivido no I PND. Nos planos de Governo Geisel, iniciado em 1974, a expressão Reforma Agrária era retomada, - em oposição ao seu abandono no I PND. “A expressão retorna no II PND, mas já em outra situação, quando os próprios movimentos reivindicatórios da reforma agrária haviam diminuído o seu ímpeto”²⁵⁵. Contudo, mesmo o governo estadual catarinense e suas instituições dispostas a colaborar, segundo o discurso da época, com os objetivos da política financeira do governo central, atuando, portanto, em sintonia com a Ditadura Militar, nas mensagens dos dois próximos governantes catarinenses, Antônio Carlos Konder Reis ou Jorge Konder Bornhausen, a expressão Reforma Agrária não retornou, ao contrário das mensagens do Governo Federal. Definitivamente, a Reforma Agrária permanece abandonada por ambos os governantes, até mesmo no nível do discurso. É sintomático, portanto, que o diretor do IRASC, em abril de 1975 assumisse o cargo de Diretor Administrativo do BESC Financeira, representando, em certo sentido, o abandono das ações e propostas ao agro-familiar e da pequena propriedade em favor às finanças bancárias. Mas, antes de assumir a Diretoria bancária, o Presidente do IRASC fora “condecorado” com seu nome na comunidade japonesa em Criciúma.

5.5 Paisagens nas colônias japonesas.

Observando mais atentamente os núcleos formados predominantemente por famílias oriundas do Japão, identificamos uma paisagem rural que pode ser considerada também, como uma paisagem cultural. Assim como nas comunidades de Curitibanos, Itajaí e Caçador, no Núcleo Sanga do Café encontramos uma classe subordinada aos interesses capitalistas, principalmente pela dependência da comercialização no mercado, “mas que, por sua vez, tem a propriedade da terra e dos meios de produção, e não depende de trabalho assalariado”²⁵⁶.

As famílias ali instaladas financiaram as respectivas propriedades, de dez hectares em média, com a renda originada nas suas próprias terras. Comercializavam parte das suas produções na feira de Criciúma, como recorda Ricardo Fukushima: “Eu acompanhava meus pais na Feira Livre de Criciúma, pois naquela época não haviam

²⁵⁵ NETO, Wenceslau Gonçalves. “Estado e Agricultura no Brasil: política e modernização econômica brasileira 1960-1980”. São Paulo: editora Hucitec, 1997, p.140.

²⁵⁶ SEYFERTH, Giralda. “Imigração e cultura no Brasil”. Opt.cit.p.32.

creches”²⁵⁷. Criciúma foi impulsionada pela imigração japonesa, afirma o filho de camponeses “afinal fazíamos feira nos bairros da Prospera, no Rio Maína e no Centro da Cidade”²⁵⁸.

Buscando entender essa dinâmica de “abastecimento urbano”, comercialização nas feiras ou da venda dos produtos agrícolas (também chamados produtos coloniais) é necessário anteriormente, perceber a existência de um tratamento com o ambiente rural, em outras palavras, anterior ao consumo da cidade, existe a organização da produção no campo. Assim, nas relações do ser humano com o ambiente e no cotidiano das relações sociais, veremos a dinamização das paisagens das colônias japonesas, descritas parcialmente, por jornais de época, pelas Instituições que acompanharam a criação dos núcleos japoneses no Estado ou ainda presentes nas memórias dos próprios imigrantes.

Em quatorze de setembro de 1973, afirmava um jornal que na área em que está localizado o Núcleo Rio Novo “primitivamente coberta de florestas, foi desmatada pela municipalidade de Itajaí”²⁵⁹. Já em Curitiba, quando os japoneses chegaram, “[...] a terra do Núcleo Celso Ramos era totalmente inexplorada, e tiveram que abri-la a machado, pois não tinham moto serra. Muitas vezes faziam calos nas mãos e precisavam enfaixá-las para continuar o árduo trabalho de desmatamento”²⁶⁰. O presidente do IRASC em julho de 1978, após inspecionar um núcleo de horticultura, descrevia a “paisagem dinamizando-se” com o “agente humano alterando a superfície da terra”: “[...] [o] presidente do IRASC revelou que o Núcleo Paiol Velho, de Caçador, estão sendo plantados 10 mil pés de pêssego, nectarina e maçãs. Na mesma região, uma família de japoneses está se dedicando ao cultivo de morangos e hortaliças, visando o abastecimento do mercado consumidor da cidade”²⁶¹. O Jornal O’Estado de outubro de 1976, acreditava que os japoneses haviam descoberto que as terras do sul de Santa Catarina eram propícias à lavoura, além de terem avaliado que a terra “não era tão ruim”. A organização espacial dos imigrantes que recém chegavam para a criação do núcleo assim era descrita:

As primeiras famílias, em número de três, chegaram à região em março do ano passado e, com a aquisição de 10 hectares de terra, iniciaram as plantações das verduras. As

²⁵⁷ Entrevista informal com Ricardo Fukushima a André Souza Martinello, em 12/06/2006, na Prefeitura Municipal de Forquilha.

²⁵⁸ Entrevista informal com Ricardo Fukushima a André Souza Martinello, em 12/06/2006, na Prefeitura Municipal de Forquilha.

²⁵⁹ Jornal O’Estado. Florianópolis, 2ªfeira, 05 de novembro de 1973. nº17.382, p.03.

²⁶⁰ BORGES, Rosângela de Fátima. “A imigração japonesa em Curitiba”. Caçador (SC): Angelus, [2004?]. p.36.

²⁶¹ Jornal O’Estado. Florianópolis, domingo, 29 de julho de 1973. nº17.286, p.07.

outras cinco, provenientes de São Paulo, onde trabalharam com granja de aves, somente chegaram em abril deste ano²⁶².

De fato, em todas as quatro colônias japonesas anteriormente abordadas, encontramos em cada uma delas uma paisagem cultural particular, mas que possuem elementos comuns: paisagens que destacam a policultura e as pequenas propriedades, ambas dialogando com os seus respectivos meios físicos e sociais:

As terras cultivadas que aparecem tão marcantemente em muitas paisagens testemunham não apenas uma mudança radical da cobertura vegetal, mas também a presença de elementos claramente artificiais: pomares, jardins, campos arados, muros e cercas, caminhos e estradas, celeiros, estábulos, habitações e núcleos de povoamento inteiros, todos em disposição regular. Em qualquer paisagem cultural, a disposição, o estilo e os materiais desses aspectos tendem a refletir a presença de um modo de vida distinto, ou *genre de vie*, integrando com um determinado quadro natural²⁶³.

O trabalho de algumas famílias no Núcleo Colonial Celso Ramos, por exemplo, e o espaço rural, daquela vila em Curitiba foi descrita após inspeção do presidente do IRASC, da seguinte maneira:

[...] estive há dias, no local – e veio de lá contentíssimo, como se houvesse acertado os treze pontinhos da esquiva loteria de futebol. Conta o presidente do IRASC o que viu e não acha palavras para exatamente descrever a paisagem dos pomares carregados de frutos, aos quais o carinho paciente das mãos japonesas, felizes ante a evidência da boa sorte, dá permanente assistência, defendendo-as de possíveis pragas.

As mãos cheias de calos daqueles japoneses que chegaram e derrubaram a mata “totalmente inexplorada”, mãos que plantaram as árvores e que deram origem a pomares cheios de frutos, são também as mesmas “mãos japonesas” que acariciam pacientemente e defendem as frutas de “possíveis pragas”.

A criação do Núcleo Sanga do Café, assim como a Colônia Ramos, o Núcleo Rio Novo e a Colônia japonesa de Caçador, significou em última instância, um padrão agrícola de pequena propriedade familiar, comum no Litoral e Extremo-Oeste catarinense, mas relativamente peculiar em relação às outras regiões brasileiras. A organização e o trabalho dos pequenos lotes, nessas comunidades japonesas, inicialmente variaram entre seis e vinte e cinco hectares, e esteve ligado ao núcleo

²⁶² Jornal O’Estado. Florianópolis, 3ªfeira, 12 de outubro de 1976. nº18.512, p.09.

²⁶³ WAGNER, Philip L; MIKESELL, Marvin W. “Os Temas da Geografia Cultural”. In: CORRÊA, Roberto Lobato; RSENDAHL, Zeny (organizadores). “Introdução à Geografia Cultural”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.137.

familiar, em que a renda originava-se do uso da terra. Estamos abordando uma agricultura familiar que não foi predominante no Brasil, ao contrário, pois o nosso País caracterizou-se por impedir que os brasileiros tivessem acesso à propriedade privada da terra, concentrando, portanto, em “poucas mãos”. Inclusive em Santa Catarina – as grandes propriedades também presentes – há regiões, que reproduziram o sistema da agropecuária nacional, com padrões latifundiários de propriedade. Como veremos no próximo capítulo, no Planalto Norte e no Planalto Centro-Sul do Estado, os japoneses também se instalaram reproduzindo, em certa medida, o regime “empresarial” de grandes extensões de terra.

Assim, sobre os imigrantes japoneses e a pequena propriedade em Santa Catarina, concluímos com Giralda Seyferth:

O resultado mais significativo da colonização, contudo, está ligado à formação de uma sociedade rural diferente da sociedade rural brasileira tradicional, onde não havia lugar para o pequeno proprietário. De fato, o que ocorre [em parte] no Rio Grande do Sul, [em parte de] Santa Catarina, parte de São Paulo, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, foi à formação e consolidação de uma sociedade camponesa, cuja base fundiária é a pequena propriedade policultura trabalhada pela família do proprietário; camponeses que mantêm um estilo de vida próprio, um modo de produção específico, apesar das transformações ocorridas desde o século passado e das pressões do capitalismo²⁶⁴.

²⁶⁴ SEYFERTH, Giralda. “Imigração e cultura no Brasil”. Opt.cit.p. 21.

CAPÍTULO VI

JAPONESES NOS LATIFÚNDIOS CATARINENSES:

Canoinhas e São Joaquim, colonização da Batata-Semente e da Maçã.

6.1 Batata-semente e japoneses em Santa Catarina.

No Planalto Norte catarinense, região do município de Canoinhas, muitas famílias nipônicas instalaram-se com objetivo de produzir batatas-ementes. Em novembro de 1966 um jornal registrava no Planalto Centro Sul, que no município de Lages estava localizado o Projeto Batata-Semente do Governo do Estado de Santa Catarina²⁶⁵. Técnicos do Instituto Agronômico de Campinas e do Departamento de Assistência Técnica de São Paulo, estiveram em Santa Catarina no mês de novembro daquele ano, conversando em Florianópolis com o secretário da Agricultura de então, indo após esse encontro a Lages, com o objetivo de planejar e estudar as possibilidades de produção da Batata-Semente a ser comercializada em São Paulo. Em 12 de maio de 1968, o mesmo jornal afirmava que a batatinha “ganhava progresso”, podendo tornar-se uma das culturas mais rendosas, já que o governo estadual estava estimulando os bataticultores: “ainda este ano a Secretaria de Agricultura e a Cooperativa Cotia firmaram convênio para produção de batata semente certificada”²⁶⁶.

Através de um convênio internacional Brasil-Alemanha, criava-se o Centro de Treinamento de produção de batata-semente no município de Canoinhas no ano de 1972, e segundo afirmava jornal da época: as “batatas-ementes terão centro em Canoinhas”²⁶⁷. O grupo responsável por escolher o município catarinense, que iria sediar esse “empreendimento” (Centro de Treinamento), realizou seus estudos e visitas nas propriedades dos agricultores japoneses da região:

Enquanto os empresários estrangeiros procuram instalar suas indústrias no Vale do Itajaí, uma comissão formada por

²⁶⁵ Jornal O’Estado. Florianópolis, 4^ofeira, 30 de novembro de 1966. nº15.310, p.08. “O Secretário da Agricultura, Dr.Luiz Gabriel, esteve em contacto com técnicos do Instituto Agronômico de Campinas e do Departamento de Assistência Técnica de São Paulo, quando foram tratados assuntos referentes ao estudo das possibilidades de produção de batata-semente para São Paulo, naturalmente atendendo ao interesse do bataticultor catarinense. Os referidos técnicos, após os entendimentos preliminares com o Dr.Luiz Gabriel, seguiram para Lages, onde está localizado o projeto batata-semente do Governo de Santa Catarina, a fim de estudarem ‘in loco’ as possibilidades de realização de seus projetos”.

²⁶⁶ Jornal O’Estado. Florianópolis, domingo, 12 de maio de 1968. p.06.

²⁶⁷ Jornal O’Estado. Florianópolis, 4^ofeira, 08 de novembro de 1972. nº17.034, p.07.

técnicos alemães e brasileiros optou pelo município de Canoinhas para a implantação de um Centro de Treinamento de Produção de Batatas Sementes. O empreendimento é resultado do convênio celebrado entre o Brasil, através do Ministério da Agricultura e a República Federal Alemã, visando ampliar a multiplicação de Batatas Sementes no País.

O grupo visitou diversas áreas do território catarinense, realizando estudos nos Campos de Lages – Lages, Curitiba, São Joaquim, Urubici – e em Canoinhas. Após constatar a melhor viabilidade técnica de determinada área de Canoinhas, os técnicos iniciaram visitas de estudos a diversas propriedades do município. Essas visitas foram cumpridas nas terras de agricultores nipônicos, entre os quais os Srs. Masatomo Muracani, Masatakasu Takahaski, Kazumi Inushi, Nagano Kanzi, Umeichi Schimoguri, Kingo Fujioka e Fumya Igarashi²⁶⁸.

Parece terem sido os japoneses, segundo recorte jornalístico acima, os principais responsáveis pela atração desse Centro de Treinamento. A constatação da melhor viabilidade técnica “de determinadas áreas de Canoinhas”, provavelmente é uma referência aos aspectos da Geografia Física local, ou mesmo das propriedades dos nipônicos instalados no Planalto norte catarinense, pois como vimos, a “atração oficial” dos japoneses para Santa Catarina, esteve sempre ligada ao possível desempenho técnico agrícola dos orientais. Assim como aponta o recorte do jornal acima, “as visitas” dos técnicos que escolheriam o “local ideal”, foram realizadas nas terras dos agricultores nipônicos. Entretanto, para Glauco Olinger, a região de São Joaquim (campos de Lages) fora mais favorável ao cultivo da batata-semente, antes de ser palco de um desequilíbrio ecológico. O que ocorreu segundo o agrônomo, foi um deslocamento dessa produção de São Joaquim para o planalto norte:

Você vê, São Joaquim poderia ser um Núcleo de Produção de batata-semente muito mais importante do que foi, porque o clima de São Joaquim é um dos melhores climas para a produção de batata-semente e nós sabemos por tradição que São Joaquim plantou batata sem precisar importar batata-semente da Europa. Porque tinha um clima muito bom, um solo sem doenças em batatas e a batata que eles plantavam ali, nativa dali, era muito resistente. Como não havia contaminação eles produziam bem a batata, mas na hora que eles começaram a plantar batata certificada e que se importou sementes de fora, introduziram doenças que não havia na região, acabaram portanto, perdendo a hegemonia na produção de batata semente que hoje está deslocada para região norte do Estado, em Canoinhas. Lá existe um núcleo colonial japonês, justamente plantando batata semente, o eixo de produção se deslocou para

²⁶⁸ Jornal O'Estado. Florianópolis, 4ªfeira, 08 de novembro de 1972. n°17.034, p.07.

lá, porque não havia o hábito do plantio da batata e não havia doença endêmica²⁶⁹.

De qualquer forma, mesmo Canoinhas sendo caracterizada como a região de maior produção da batata semente, produtores agrícolas de São Joaquim permaneceram nessa cultura também. É o que apontava, por exemplo, o jornal O'Estado de dezembro de 1977, ao apresentar a previsão da produção de batata semente “desenvolvida em São Joaquim”, na safra 1977/1978 de “250 mil caixas de 30 quilos de batatas, em sete variedades”²⁷⁰.

Segunda entrevista informal com Elcio Hirano, descendente de pais japoneses, morador de Canoinhas e pesquisador da EMBRAPA local, as primeiras famílias fixaram-se no município no final de década de 1960, sendo Nagano e Shimoguri exemplos dessas primeiras famílias a residiram na região. Grande parte desses nipônicos, vindos do Sul do Estado do Paraná, não se instalaram com agriculturas “convencionais”, aponta Hirano, “assim como os demais agricultores japoneses em Santa Catarina, os japoneses em Canoinhas trabalharam como culturas especializadas”. É, portanto, a idéia do “japonês especialista”, “conhecedor” e possuidor de técnicas agrícolas. Nesse contexto, para Hirano, Canoinhas não é diferente das demais imigrações e colonizações japonesas no Estado catarinense, porém demonstra em outros aspectos profundas diferenças.

Em primeiro lugar, os japoneses ao estabelecerem-se no Planalto norte catarinense não foram “atraídos” por uma política direta de criação de uma comunidade, ou de algum núcleo colonial. Também não foram recrutados para abastecerem municípios ou cidades com hortifrutigranjeiros, por exemplo, nem “viverem” uma experiência de colonização oficial. Imigraram com intenção de produzir (e comercializar em seguida) em solos recentes a batata semente. Nessa época da chegada dos nipônicos, aponta Elcio Hirano,

no Planalto norte catarinense, em Canoinhas, havia alguma floresta e lugares cobertos com mato. Alguns japoneses foram se instalando e derrubando o que havia de floresta, ainda era uma época que você podia ir devastando. Esses japoneses expandiam-se no Sul, Sudeste e Centro-oeste do País, assim como a batata produzida pela cooperativa agrícola Cotia de São Paulo. No terreno desmatado, ao mesmo tempo era iniciado a

²⁶⁹ Entrevista concedida a André Souza Martinello por Glauco Olinger, ex-secretário da Agricultura do governo do Estado de Santa Catarina. Gravada em fita em 30/05/2006 na EPAGRI em Florianópolis.

²⁷⁰ O Jornal O'Estado. Florianópolis, 6ªfeira, 02 de dezembro de 1977. n°18.895, p.04.

cultura da batata, principalmente porque é no ‘solo novo’ que a batata mais se desenvolvia²⁷¹.

Esses eram os japoneses que levavam o cultivo da batata semente para outras regiões do Brasil, como uma espécie de “fronteira” sempre se expandindo em “novos solos” e áreas.

Outras diferenças históricas desses japoneses do Planalto Norte catarinense, em relação aos Núcleos agrícolas de Curitiba, Itajaí, Caçador e Criciúma, fora uma distribuição espacial mais dispersa, não localizados em apenas um Núcleo “japonês” ou em um município, mas “espalharam-se” nas proximidades de Canoinhas. A não formação de uma vila nipônica ou “um reduto” está diretamente relacionado, ao caráter das grandes extensões de terras em que se fixaram, diferentes dos camponeses pequenos proprietários distribuídos em seus lotes coloniais, como vimos anteriormente.

As famílias nipônicas de Canoinhas e região, também não foram “orientadas” pela JAMIC e segundo Elcio Hirano, não houve incentivo ou auxílio da JAMIC na vinda desses japoneses para o planalto norte catarinense, ou nas suas produções, pois “o Japão não possuía nenhum interesse, nem conhecimento sobre a batata semente”²⁷². Para o mesmo pesquisador da EMBRAPA, o governo do Estado não participou de uma possível política imigratória de atração dos japoneses e o órgão responsável pela extensão e pesquisa agrárias também não os auxiliou, já que “a EMPASC e a ACARESC eram direcionadas aos pequenos proprietários e pequenos produtores”.

Em linhas gerais, estamos diante de uma imigração japonesa localizada em um padrão agrário, diferente das imigrações “tuteladas” e distribuídas em “núcleos coloniais” anteriormente abordadas e que, portanto, têm suas próprias histórias, relações sociais e relações com o meio ambiente. Ao invés de encontrarmos as políticas e ações da JAMIC e do IRASC nesta região, veremos o papel desempenhado principalmente pela Cooperativa Cotia de São Paulo e o papel do Governo Federal nesse espaço. Antes de entendermos mais profundamente essas histórias, ressaltamos que instalaram-se aproximadamente trinta famílias japonesas no Planalto Norte, sinteticamente:

Por volta de 1970, através da Cooperativa Agrícola Cotia, um grupo de famílias se instalou em Canoinhas, com objetivo de cultivar a batata semente. As primeiras famílias que se instalaram foram: Inushi, Kanji Nagano, Shinoguri, Inoue,

²⁷¹ Entrevista informal de Elcio Hirano a André Souza Martinello, na EMBRAPA em Canoinhas, 10/11/2006.

²⁷² Entrevista informal de Elcio Hirano a André Souza Martinello, na EMBRAPA em Canoinhas, 10/11/2006.

Takahaski, Fujikawa, Wakuda e outros. Hoje o município é referência econômica no estado em se tratando de batata semente²⁷³.

6.2 Cooperativa Cotia e sua expansão.

Anteriormente a sua existência, a Cooperativa Cotia localizada no Estado de São Paulo foi uma entidade organizada em associação e, desde 1915 teve diferentes tentativas para sua fundação, sendo fundada e “refundada” várias vezes. Em 1923, a aldeia de Cotia começa a substituir as ferramentas tradicionais, por formas “mais tecnológicas” de produção, com a substituição do “esterco por adubo químico, e o arado de fabricação caseira por arado e grade importados. Também começou a usar pulverizadores para aplicar inseticidas e fungicidas”²⁷⁴. Esse investimento na modernização e no emprego das “novas” técnicas significava “o entusiasmo pela cultura da batata” e nas possibilidades esperadas de “progredir” na produção.

Em junho de 1924 tentava-se organizar cooperativas, tendo o planejador e idealizador realizado à assembléia geral da cooperativa de produção de Cotia Ltda. “Shigeru Takebe foi feito presidente e a nova cooperativa começou a funcionar, mas nenhum dos que preconizaram a sua organização aderiu, não houve apoio dos colonos em geral, motivo por que em menos de um ano ela desapareceria”²⁷⁵. A alta do preço da batata naqueles anos, resultara em uma relativa prosperidade dos colonos e, alguns chegaram a visitar seus parentes no Japão. Em uma dessas viagens, Kenkiti Simomoto encontrou no Japão informações e conhecimento sobre o cooperativismo, retornando ao Brasil com a proposta de um movimento “em prol da fundação de uma cooperativa em Cotia”²⁷⁶. Em setembro de 1927, realizava-se a reunião da fundação da sociedade de produtores agrícolas, sob o longo nome de: “Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata de Cotia S/A”²⁷⁷, ou a também chamada CAC. No contexto da institucionalização da CAC em 1927, a produção de batatas encontrava-se relativamente consolidada, mas havia ainda uma conjuntura sócio-econômica muito favorável:

²⁷³ OUTUKI, Anderson; OUTUKI, Élson Kiyotaka. “A Colonização Nipônica de Santa Catarina”. In: *Tecendo relações, 200 anos de encontros entre Brasil e Japão*, Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS. Edição Especial. V.1, n.3 (novembro de 2003). Porto Alegre: PPGDir/UFRGS, 2003. p.64.

²⁷⁴ ANDÔ, Zempati. “Cooperativismo nascente”. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. p.175.

²⁷⁵ ANDÔ, Zempati. “Cooperativismo nascente”. Op.cit. p.184.

²⁷⁶ ANDÔ, Zempati. IBIDEM.

²⁷⁷ ANDÔ, Zempati. Op. Cit. P.184.

Quando se analisa o papel da Cooperativa Agrícola de Cotia na conjuntura histórica em que se estabeleceu, é necessário frisar o seu significado na conformação de um sistema de abastecimento de produto perecíveis em larga escala a começar pela cidade de São Paulo²⁷⁸.

O Sudeste do Brasil se urbanizava a passos largos, principalmente a partir do momento que o Governo Federal “assumia” o papel de impulsionar a economia, através de incentivos a industrialização, São Paulo vivia o fim da hegemonia cafeeira e junto com Minas Gerais a política café-com-leite via seus poderes diluídos. Nessa época, a recém criada CAC, começara a “espalhar-se” primeiramente pelo Estado de São Paulo e em seguida, para outros estados do Brasil. Assim como observa a antropóloga Célia Sakurai, “apesar de nascer em Cotia, a Cooperativa Agrícola de Cotia ultrapassa os limites do município associando-se a própria presença dos japoneses no Brasil”²⁷⁹.

Inclusive, há quem aponte essa “ramificação” e distribuição pelo País, como excessiva e responsável inclusive, pelo processo de decadência que sofreu a CAC no futuro, lá pelos fins da década de 1980:

A Cotia, interessante, foi a maior cooperativa agropecuária que já houve no Brasil, com sede em São Paulo. Mas acontece que a Cotia lá em São Paulo, era muito distante das suas associadas. Por exemplo, a Cotia tinha um ramal em São Joaquim que nunca deu nada! Para a produção de batata semente, mas que não deu certo porque estava muito distante. Então passava a ser uma espécie de mercado comprador da produção, e o produtor, lá em São Joaquim, não tinha possibilidade de participar das decisões, inclusive para influenciar para que eles fossem melhor assistidos, melhor orientados²⁸⁰.

Além de São Joaquim, outro exemplo da expansão, fixação e produção da CAC em Santa Catarina, ocorreu em Canoinhas. É interessante observar, - e a antropóloga Célia Sakurai mapeou a Distribuição e o movimento da CAC regionalmente no Estado de São Paulo – como o “alargamento” e a expansão das atividades da Cooperativa esteve ligado, a implantação das suas atividades em outras regiões, através da presença de japoneses nas localidades ou nas vizinhanças das “filiais” da cooperativa. Assim, a expansão da sua produção agrícola, significou a expansão dos nipônicos proprietários e cooperativados, em uma relação étnica e econômica, baseadas nas supostas: “confiança”, “capacidade técnica”, união e trabalho cultivados por japoneses.

²⁷⁸ SAKURAI, Célia. “Imigração Tutelada. Os japoneses no Brasil”. Op.cit. p.149.

²⁷⁹ SAKURAI, Célia. “Imigração tutelada: os japoneses no Brasil”. Op.cit

²⁸⁰ Glauco Olinger, entrevista gravada a André Souza Martinello em 30/05/2006 na Biblioteca da EPAGRI em Florianópolis.

Entre o final de década de 1960 e início da década de 1970, a CAC instalava seu escritório em Canoinhas visando: à comercialização da batata semente “certificada” produzida no Planalto norte de Santa Catarina, e o fornecimento de parte da estrutura e pesquisa bio-tecnológica aos produtores. No ano de 1973 o município de Canoinhas tornava-se “o maior produtor nacional da bata semente, a também denominada batata semente básica embutida de tecnologia”²⁸¹.

6.3 Japoneses latifundiários e fazendeiros.

O poder econômico atual, de alguns grandes proprietários japoneses na região de Canoinhas, pode ser interpretado, por aqueles favoráveis à política agrícola ou econômica/social “concentracionista”, como um exemplo “de sucesso”. A forma de produção que realizam os nipônicos em Canoinhas, nos informou Elcio Hirano, é latifundiária:

Tem produtor aí, japonês, que anda até de Helicóptero aqui. Outros destes japoneses começaram a produzir e montar fazendas de outros cultivos em outras regiões, alguns em Mato Grosso, Goiás, Bahia... alguns venderam suas terras e foram produzir no Centro-Oeste²⁸².

Esses proprietários agrícolas, possuidores de helicópteros, estão distantes das realidades dos pequenos agricultores e camponeses dos núcleos coloniais. Através de uma rápida comparação veremos que o espaço da produção e, o tamanho das propriedades dos grandes fazendeiros nipônicos, contrasta com os núcleos coloniais. No planalto norte, esses japoneses que se instalaram cooperando com a CAC, parecem ter a menor propriedade em 200 hectares e a maior com 8 mil hectares. Assim, calcula Elcio Hirano, “a média dos tamanhos das propriedades dos japoneses no Planalto Norte é de 500 hectares”²⁸³.

Grande parte dos produtores nipônicos no Planalto norte catarinense, migraram para região incentivados pela CAC, e comercializavam em determinados momentos através da cooperativa ou independente dela. Além de receberem incentivos, subsídios e financiamentos do governo federal, através do Ministério da Agricultura, os produtores

²⁸¹ Entrevista informal de Elcio Hirano a André Souza Martinello, na EMBRAPA em Canoinhas, 10/11/2006.

²⁸² Entrevista informal de Elcio Hirano a André Souza Martinello, na EMBRAPA em Canoinhas, 10/11/2006.

²⁸³ Entrevista informal de Elcio Hirano a André Souza Martinello, na EMBRAPA em Canoinhas, 10/11/2006.

em Canoinhas acessavam, através do escritório da CAC no município, as novidades tecnológicas e biotecnológicas, e de fato, à partir de 1973, a região tornava-se a maior produtora nacional da semente básica embutida da tecnologia. Em março daquele ano, por exemplo, um jornal de Florianópolis, publicava que “O Estado de Sergipe quer semente da batata certificada de Santa Catarina”. Assim descrevia a matéria jornalística:

O Secretário Glauco Olinguer, da Agricultura, anunciou ontem que o Governo do Estado de Sergipe está interessado na importação de semente certificada de batata, produzida em Santa Catarina, oferecendo o preço de 41 cruzeiros por caixa.

Informou, ainda, que a Secretaria da Agricultura está entrando em contato com os agricultores da região de Canoinhas, onde se concentram as plantações de batatas certificadas, produzidas por agricultores japoneses especializados nesta cultura²⁸⁴.

Antes de expormos a imigração japonesa em São Joaquim e a estrutura de produção agrária semelhante à Canoinhas, vejamos a política agrícola e econômica da época.

6.4 Política econômica e agrária na Ditadura militar brasileira, apontamentos.

Como já abordamos em capítulo anterior, a partir de 1975 o II PNB fora lançado para vigorar até 1979, com os objetivos, entre outros, de “reafirmar a política gradualista de contenção da inflação [e] manter em relativo equilíbrio o balanço de pagamento”²⁸⁵. Segundo o historiador Wenceslau Gonçalves Neto, as estratégias do governo federal visavam o objetivo de responder as demandas do mercado de consumo interno, às necessidades do aumento da exportação e fornecimento dos estímulos à agroindústria. O II PNB acreditava no dinamismo e no desempenho do setor agrícola, ao contrário das análises e planos anteriores, contudo se havia algo em comum nas propostas dos governos da época em relação à agricultura, fora a busca pela modernização do mundo rural. Naquela época, as políticas públicas propunham que as “soluções para as áreas rurais poderiam ser obtidas a partir da própria economia agrícola e dos mercados onde esta se inseria”²⁸⁶, praticando portanto, a lógica de que o desenvolvimento agrícola lavaria necessariamente ao desenvolvimento rural. Assim como aponta o historiador Reinaldo Lindolfo Lohn:

²⁸⁴ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 30 de março de 1973.

²⁸⁵ NETO, Wenceslau Gonçalves. *Op.cit*, p.132.

²⁸⁶ MATTEI, Lauro Francisco. “*Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina*”. Tese de doutoramento. Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas (SP): 1999. p.01.

Na metade dos anos 1970, o governo federal procurou intensificar ainda mais a concentração de capitais e a modernização tecnológica da agricultura. O II Plano Nacional de Desenvolvimento preconizou a promoção do que chamou-se ‘uma vocação nacional’: ‘o Brasil como supridor mundial de alimentos matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados. Essa idéia de fazer do país o celeiro do planeta fez parte de dos discursos ufanistas de então²⁸⁷.

Na prática, essa política significou de alguma forma, à substituição de importações de alguns produtos agrícolas, mas o aumento de insumos e “fertilizantes sintéticos” importados. Na década de 1970, o Brasil importava mais de 500.000 caixas de batata semente certificada, vindos principalmente da Europa e, o governo federal resolvera criar tecnologia para a produção de batata semente nacional, afim de reduzir as importações. Através do Plano Nacional de Sementes e do convênio Brasil-Alemanha, fora criado em Canoinhas o Centro de Treinamento de Produção de Batatas Sementes, mais tarde transformado na EMBRAPA Sementes Básicas de Canoinhas.

Segundo Elcio Hirano, o governo federal incentivava a produção nacional “mesmo que produto custasse mais caro que importar” e através da EMBRAPA (e anterior a ela) se auxiliava os proprietários da região de Canoinhas, com as pesquisas da batata semente e mesmo com a produção da mesma. O governo brasileiro chegou a utilizar o protecionismo para impossibilitar a concorrência externa com os “produtos nacionais”, evitando a importação da batata semente até meados da década de 1980.

No início da década de 1990, com a abertura da falência da matriz da CAC em São Paulo, os cooperados de Canoinhas formaram a Cooperargro. Em outras palavras, após o fechamento do escritório da CAC em Canoinhas, formou-se uma cooperativa local, estando atualmente doze ou treze famílias japonesas vinculadas. Outra diferença apontada no presente é que a preferência dos japoneses, grandes produtores de batata semente mudou na região para o produção da soja e do milho principalmente.

6.5 Em São Joaquim a proposta da agricultura da maçã: é preciso japoneses!

Uma das propostas agrícolas mais destacadas na região de São Joaquim, iniciada em fins de 1968 pelo governo do Estado de Santa Catarina, fora a política da implantação de cultivares propícios ao clima subtropical, o denominado Projeto de Fruticultura de Clima Temperado.

²⁸⁷ LOHN, Reinaldo Lindolfo. “Campos de atraso, campos modernos”. Op.cit.. p.77.

A primeira referência a uma fruticultura no Planalto catarinense, esteve presente na Mensagem do Governo Executivo estadual à Assembléia Legislativa, em abril de 1958, quando o governador Jorge Lacerda apontava, entre os acordos do Estado com entidades particulares e municipais efetuados em 1957, a “Associação Rural e Prefeitura Municipal de Curitibanos, para a instalação de um Campo de Fruticultura”²⁸⁸. Naquele momento a contribuição do Estado a Curitibanos, referia-se segundo a Mensagem, a Assistência Técnica e o apoio financeiro de Cr\$150.000,00. Uma década após a Mensagem de Jorge Lacerda, o governo do Estado em maio de 1968, informava que a Secretaria da Agricultura estava concluindo o projeto que abrangia “a produção de maçãs, pêssegos, pêras, ameixas e frutas oleoginosas”²⁸⁹.

Diferente daquele auxílio público isolado na instalação de um Campo de Fruticultura em Curitibanos, que o governo informou em 1958 ter realizado, o Projeto de Fruticultura de Clima Temperado objetivava “racionalizar e intensificar a fruticultura de clima temperado em áreas onde ela já é uma realidade ainda que pequena expressão econômica, e na maioria dos casos, empírica”²⁹⁰. A missão desse projeto, estava justificada na proposta de alterar a estrutura econômica regional do Vale do Rio do Peixe e dos Campos de Lages, pois, segundo o governo, havia “as más perspectivas crescentes para o cultivo de cereais, especialmente no Vale do Rio do Peixe”²⁹¹. E no Planalto e Campos de Lages, apontava-se a exploração predatória da madeira e a pecuária decadente, como responsáveis por estagnarem toda a economia da região. Por isso, era necessário criar possibilidades de novos lucros, segundo concepção governamental, através de “empreendimentos” que dessem dinâmica nas economias locais, pois se encontravam “baseadas” na madeira, no gado e nos cereais. Para tanto, criou-se um Projeto chamado: Lucro. Assim apontou um “jornalista da época”, “o Projeto de Fruticultura de Clima Temperado – PROFIT (a sigla é a mesma palavra inglesa para designar ‘lucro’)”²⁹².

O PROFIT “partia de São Joaquim para outras áreas que apresentavam condições propícias à fruticultura: tais incluem os municípios de Curitibanos, Fraiburgo, Videira, Caçador”²⁹³, portanto, na região compreendida como Campos de Lages e Vale

²⁸⁸ Estado de Santa Catarina, *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1958, pelo governador Jorge Lacerda.

²⁸⁹ *Jornal O’Estado*. Florianópolis, 5^ªfeira, 23 de maio de 1968. n°15.895, p.08.

²⁹⁰ *Jornal O’Estado*. Florianópolis, 4^ªfeira, 21 de janeiro de 1970. n°16.312, p.07.

²⁹¹ *Jornal O’Estado*. Florianópolis, 4^ªfeira, 21 de janeiro de 1970. n°16.312, p.07.

²⁹² *Jornal O’Estado*. Florianópolis, sábado, 11 de agosto de 1973. n°17.299, p.09. Texto intitulado: “Especial: Os frutos de Santa Catarina. Texto de Dario Almeida Prado Jr”.

²⁹³ *Jornal O’Estado*. Florianópolis, 6^ª feira, 08 de agosto de 1969. n°16.198, p.04.

do Rio do Peixe. Porém, se apontava diferenças nesses municípios, segundo o “Programa de Fruticultura” (em anexo) apresentado em 1968 pelo governo do Estado de Santa Catarina. Havia um esforço “frutícola” por parte dos produtores de “Alto Vale do Rio do Peixe”, que não era observado “na zona dos Campos de Lages”. Nessa última região, afirmava o programa, “não se percebe, entre os agricultores, o entusiasmo e o otimismo que reina na zona do Rio do Peixe”²⁹⁴. O “Programa de Fruticultura” atribuía o pessimismo dos Campos de Lages a vários fatores, entre eles: “A região de São Joaquim, principalmente é de pecuária, e não é fácil transformar a mentalidade de um fazendeiro em fruticultor”²⁹⁵. Através de uma concepção determinista simplista, acreditava-se que o “elemento humano” de São Joaquim (e região dos Campos de Lages) possuía uma mentalidade influenciada pelo trabalho pecuarista e que ficaria “preso” a essa produção, necessitando uma motivação que os fizessem alterar a atividade (e a mentalidade) agrícola. Em outras palavras, uma região favorável à pecuária, determinaria as pessoas que ali trabalhavam e permanecerem nas lidas com o gado.

Em jornal da época, também apontava-se a dificuldade em converter os fazendeiros e os peões/criados em fruticultores:

Reconhecemos as dificuldades que encontraremos para intensificar a fruticultura na região de São Joaquim face ao elemento humano local e sua tradição para a atividade pecuária.

Confiamos, no entanto, que um bom trabalho de motivação será capaz de conquistar um bom número de criados para a atividade agrícola²⁹⁶.

O convencimento e, a motivação para o cultivo de frutas, se daria através do “lucro”, ou seja, do PROFIT, programa governamental que oferecia financiamentos, subsídios, apoios técnicos e outros incentivos que estavam previstos na primeira fase do Projeto. Portanto, com a lei nº4.263 de 31 de dezembro de 1968, o governo criava o Projeto de Fruticultura de Clima Temperado – PROFTI – que iria oferecer ao longo da década de 1970: tecnologia de produção através de pesquisas realizadas por órgãos do governo federal e estadual; extensão rural no acompanhamento dos produtores; infra-estrutura básica; incentivos fiscais; proteção do mercado nacional e estadual; apoio na realização

²⁹⁴ Agricultura: Programa de Fruticultura. Governo do Estado de Santa Catarina 1968. p. 05. (Documento disponível na Biblioteca Central da UFSC).

²⁹⁵ Agricultura: Programa de Fruticultura. Governo do Estado de Santa Catarina 1968. IBIDEM.

²⁹⁶ Jornal O Estado. Florianópolis, 4ªfeira, 21 de janeiro de 1970. nº16.312. p.07.

de feiras e divulgação; etc. Enfim, “um grande negócio” para dar Lucro, em inglês, PROFIT.

Em Mensagem anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, o governador Ivo Silveira destacou em abril de 1970 na Secretaria de Agricultura, que o projeto econômico chamado “Fruticultura de Clima Temperado (Lei 4.236/68) teve sua estruturação administrativa concluída, devendo operar em 1970 com a velocidade desejada”²⁹⁷.

Em 1973 com a Mensagem “Ação Catarinense de Desenvolvimento”, o governador Colombo Machado Salles afirmava que a participação catarinense seria de “linha de frente, no esforço do desenvolvimento nacional”²⁹⁸. Em relação à fruticultura de clima temperado, a Mensagem do governo apontava estar assumindo “posição relevante na lavoura catarinense”. Continuava a mensagem, referente à temática fruticultura:

Duas fábricas de doces e conservas de frutas já estão produzindo na área de fruticultura e o projeto de uma grande indústria está em vias de ser apresentada ao governo, para obtenção dos incentivos fiscais ofertados pelo Estado²⁹⁹.

Em 29 de dezembro de 1972, um jornal da capital publicava uma matéria intitulada: “Cotia estuda a exploração da Fruticultura no Estado”³⁰⁰. Afirmava a reportagem que estava percorrendo o planalto catarinense uma equipe de técnicos da Cotia “uma das maiores cooperativas do País, com sede em São Paulo – com o fim de estudar as possibilidades de compra de mil hectares de terra”. O objetivo, com diz o jornal, era “o desenvolvimento da fruticultura de clima temperado”. Nessa mesma época, o Núcleo Colonial Celso Ramos já comercializava com a CAC e, com a Cooperativa Sul-Brasil suas nectarinas cultivadas em Curitibaanos.

Segundo descreveu o jornal O’Estado de 1974, o “crescimento vertiginoso” identificado na fruticultura catarinense, atestava as qualidades do solo e do clima da região de São Joaquim, junto da assistência técnica direcionada aos agricultores, oferecida pela Unidade de Pesquisa Aplicada de Fruticultura localizada no referido

²⁹⁷ Estado de Santa Catarina. Governo Ivo Silveira. 5º Mensagem anual apresentada a Assembléia Legislativa do Estado em 10 de abril de 1970. p.113.

²⁹⁸ Estado de Santa Catarina, “Ação Catarinense de Desenvolvimento”. Ano 2. 1973. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na sessão do dia 17 de abril de 1973, pelo Governador Colombo Machado Salles.

²⁹⁹ Estado de Santa Catarina, “Ação Catarinense de Desenvolvimento”. Ano 2. 1973. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na sessão do dia 17 de abril de 1973, pelo Governador Colombo Machado Salles. P.40.

³⁰⁰ Jornal O’Estado. Florianópolis, 6ªfeira, 29 de dezembro de 1972. nº17.082, p.06.

município: “Esse trabalho do órgão regional tem caráter gratuito e os resultados satisfatórios fazem com que muitos passem a cultivar suas terras com os frutos de clima temperado”³⁰¹. O jornal afirmava serem as características físicas e a assistência técnica associada à pesquisa, os principais fatores de atração de novos produtores de maçã:

Outros se transferem para São Joaquim, instalando suas novas unidades industriais para explorar a maçã, o pêssego, a pêra e ameixa, a exemplo do que fez recentemente a Cotia – Cooperativa Agrícola de São Paulo – que é considerada a maior organização do gênero na América do Sul. Para definir o projeto de ampliação, a Cotia veio a São Joaquim com seus diretores negociar a aquisição de 60 hectares de terra para cultivar frutos de clima temperado.

Outros empresários já manifestaram interesse em se instalarem no município, como o Frigorífico Ângulo, que já iniciou neste sentido, usufruindo os incentivos proporcionados pela Secretaria da Agricultura, ACARESC e pela prefeitura Municipal de São Joaquim³⁰².

Uma década anterior à instalação da CAC em São Joaquim, no ano de 1964 um cooperado, Mitsugi Nishimori, havia passado pelo Estado de Santa Catarina interessado em conhecer as possibilidades geográficas de cultivar maçã por aqui³⁰³. Embora tenha ficado impressionado com o clima de algumas regiões catarinenses, favoráveis à pomicultura, Mitsugi Nishimori resolveu permanecer em seu sítio no município de Caucaí Alto, Estado de São Paulo. Alguns anos depois, Nishimori e outros agricultores nipônicos dedicaram-se aos estudos do cultivo da maçã, “estimulados por Yoshikiko Horino (então chefe da Seção de Vendas da CEASA), que possuía extensos conhecimentos sobre a produção de maçã”³⁰⁴. No início da década de 1970, alguns desses japoneses, geralmente cooperados da CAC, buscaram “dominar a cultura da maçã”, junto com outros interessados no seu cultivo e formaram um grupo

liderados por Ruy Kikutu (chefe do Departamento de Fomento Agrícola), do qual participaram Kuga, Suzukawa, Hilosaka e Amenomori, acompanhado dos produtores Nishimori, Shimizu, Hiragami e Hosoi, passou a procurar com afinco um local que estivesse no mínimo de 1,1 mil metros de altitude. Correram, revesando-se, toda uma vasta região compreendida entre Caçador(SC) e Matos Costa(SC)³⁰⁵.

³⁰¹ Jornal O’Estado. Florianópolis, 6ªfeira, 05 de abril de1974. nº17.533, p.07. Matéria intitulada: “São Joaquim tem unidade de Pesquisa para a maçã”.

³⁰² Jornal O’Estado. Florianópolis, 6ªfeira, 05 de abril de1974. nº17.533, p.07.

³⁰³ PADILHA, Dráuzio Leme. “CAC, cooperativismo que deu certo”. São Paulo: Cooperativa Agrícola de Cotia, Cooperativa Central, 1989. p.256. Agradeço o acesso a algumas obras e materiais sobre a História da CAC, bem como da JAMIC no Brasil e em Santa Catarina a pesquisadora Célia Sakurai.

³⁰⁴ PADILHA, Dráuzio Leme. IBIDEM.

³⁰⁵ PADILHA, Dráuzio Leme. Op.cit. p.257.

A busca de um local ideal no meio-oeste e planalto catarinense para cultivar maçã nas proximidades de Caçador, não se realizou prontamente “e mais de um ano decorreu antes de encontrar-se o lugar desejado”³⁰⁶. Um agrônomo japonês, chamado Kenji Ushirozawa estava trabalhando nessa época em Santa Catarina, principalmente entre Videira e São Joaquim, e “encontrou” o ambiente propício e estratégico a maçã. Mas antes de entendermos o “achado” do técnico japonês, compreenderemos o seu “papel” na pesquisa no desenvolvimento da agricultura ligado ao PROFIT.

6.6 Pesquisa agrícola governamental: a “técnica científica” é neutra?

Desde o seu início, o PROFIT buscou desenvolver pesquisa, organizar uma estrutura técnica-administrativa, realizar parcerias e obter apoios com universidades e outras instituições. Ainda no momento inicial, na fase de implantação do PROFIT, a ESAG (Escola Superior de Administração e Gerência da Universidade do Estado de Santa Catarina) realizou os estudos preliminares para a Secretaria da Agricultura³⁰⁷ referentes à Administração e Gerência do Projeto. O governo buscou também, a opinião de “renomados técnicos frutícolas, de gabarito internacional como George Delbard (França), G.C. Klinglrell (Estados Unidos) e Victor Del Mazo Suárez (Argentina)”³⁰⁸ que apontaram em diferentes oportunidades, as condições propícias a introdução do cultivo de frutas de clima frio, nos campos de Lages e Vale do Rio do Peixe.

Existiam como base “de sustento tecnológico” do PROFIT, “instalados na região de Videira e São Joaquim, um centro de Treinamento e um Posto de Fruticultura, o primeiro mantido pela Secretaria e o segundo pelo Ministério da Agricultura”³⁰⁹ e ainda, com as funções semelhantes, o governo criou vários escritórios de serviço de extensão rural da ACARESC. Para Glauco Olinger, havia uma precariedade técnica inicial do PROFIT, principalmente porque a estrutura e os órgãos governamentais não possuíam conhecimento a respeito “de novas formas de melhoramento do cultivo da maçã”, por exemplo. Assim, o Estado investiu em técnicos vindos do exterior ou mesmo de outras regiões do País. Nesse contexto, um engenheiro agrônomo especialista na cultura macieira fora trazido do Japão para atuar em Santa Catarina.

³⁰⁶ PADILHA, Dráuzio Leme. IBIDEM.

³⁰⁷ Jornal O’Estado. Florianópolis, 4ªfeira, 09 julho de 1969. nº16.176, p.01 e p.09. Outra notícia sobre o convênio, no Jornal O’Estado. Florianópolis, 4ªfeira, 09 de julho de 1969. nº16.176, p.01.

³⁰⁸ Jornal O’Estado. Florianópolis, 4ªfeira, 21 de janeiro de 1970. nº16.312, p.07 e no Jornal O’Estado. Florianópolis, 5ªfeira, 04 de março de 1971. nº16.584, p.11.

³⁰⁹ Jornal O’Estado. Florianópolis, sábado, 11 de agosto de 1973. nº17.299, p.09.

Os japoneses tiveram um papel muito importante no PROFIT. Na época, a ACARESC assinou um convênio com a JICA, esse órgão lá de Porto Alegre, e nós trouxemos aqui para Santa Catarina, o Kenshi Ushirozawa. O Kenshi Ushirozawa na época, era considerado um dos maiores pesquisadores de maçã do Japão. Ele veio para Santa Catarina e nós instalamos ele em Videira, na sede do PROFIT, isso no início da década de 1970. Era o governo do Ivo Silveira, aproximadamente no ano de 1971. O PROFIT foi elaborado no governo do Ivo Silveira, o Projeto fui eu quem escrevi em 1969. Fiz este Projeto à pedido do Ivo Silveira, como governador da época ele me pediu um projeto de impacto no setor agrícola para o governo dele. Eu tinha visitado René Fray em Fraiburgo, e tinha visto as experiências que ele tinha realizado com a introdução de novos cultivares de maçã, pêsego, uva e nectarina. E o trabalho dele da maçã, era espetacular. Fiz o Projeto de Fruticultura, mas nós precisávamos de conhecimento, na época não tínhamos conhecimento necessário em Santa Catarina. A estação experimental de Caçador, a Estação Experimental de Videira, principalmente Videira que se dedicou a fruticultura de clima temperado, não tinha tecnologia. Já o René Fray, tinha tecnologia melhor do que a própria estação experimental. Então nós resolvemos trazer do Japão um especialista, pesquisador de maçã, o Dr. Kenshi Ushirozawa. Instalamos ele na sede do Projeto em Videira, e foi Kenshi que ensinou, inclusive nossos pesquisadores da época a farejar o cultivo da maçã³¹⁰.

De fato, foi Kenshi Ushirozawa quem farejou um local ideal para o cultivo da maçã em Santa Catarina, ao qual, alguns japoneses filiados a Cooperativa Cotia (CAC) tanto procuravam. Ushirozawa efetuava pesquisas, e atuava nesse “intercambio científico” realizado através do convênio com o Japão. Primeiramente trabalhou na Estação Experimental de Videira, em seguida dedicando-se também ao Campo de Fruticultura em São Joaquim e o Núcleo Colonial Celso Ramos em Curitibanos. Muitos técnicos agrícolas recebiam treinamento e “assistência do especialista japonês Kenshi Ushirozawa, assessor do PROFIT que está sendo executado pela Secretaria de Agricultura através da ACARESC”³¹¹.

No período de instalação do pesquisador Ushirozawa em Santa Catarina, cooperados da CAC também despertavam interesse em produzir maçã nesse Estado. Inclusive, o professor Kenshi Ushirozawa trocava informações com alguns cooperados, como Nishimori e Shinizu “e com mais efetividade prática, o agrônomo Hideki Amemori, do Departamento de Fomento Agrícola, da Cooperativa”³¹². Já vimos que um

³¹⁰ Entrevista Glauco Olinger concedida a André Souza Martinello. Gravada em fita em 30/05/2006 na EPAGRI em Florianópolis.

³¹¹ Jornal *O Estado*. Florianópolis, 25 de julho de 1978. nº19.095. p.12.

³¹² PADILHA, Dráuzio Leme. IBIDEM.

grupo de agricultores filiados a CAC, buscou sem sucesso logo no início, uma localidade de altitude elevada para a cultura da maçã. Contudo, algum tempo depois, permaneceu “farejando” Ushirozawa quando

em abril de 1974, Ushirozawa descobriu uma área que vinha a calhar para o projeto [de expansão da CAC], na própria São Joaquim. Imediatamente a Cooperativa mandou para lá uma equipe composta por Ruy Kikutu, Amenomou, Suzukawa, Nishimori e Hiragami, com a missão de examinar o local proposto. Recebida pelo Prefeito do município e por técnicos da Secretaria da Agricultura do Estado, foi conduzida para o núcleo de Corujas, apontado como ideal por Ushirozawa, a despeito de muito pontilhado de pedras e pedregulhos.

A equipe, no entanto, não deu muita importância a este inconveniente, pois entendia que as pedras poderiam ser recolhidas ainda com muito trabalho, e que o solo poderia ser sensivelmente melhorado mediante tecnologia disponível. O importante, para seus componentes, era o clima, considerado ideal para a cultura da maçã³¹³.

Após essa descoberta, o engenheiro agrônomo Ushirozawa permaneceu em Santa Catarina aproximadamente mais três anos, totalizando seis anos (1971-1977) de pesquisas no cultivo da maçã catarinense. Kenshi retornou ao Japão para dedicar-se a sua pequena propriedade de 1,3 hectares, quando as famílias nipônicas associadas à CAC já se encontravam estabelecidas em São Joaquim. Após sua descoberta e “aviso” a CAC, das “terras favoráveis” a maçã, nipônicos começaram a colher os frutos.

Segundo Dráuzio Leme Padilha na obra “CAC, história do cooperativismo que deu certo”, após conhecerem a localidade pedregosa em São Joaquim, mas de clima favorável, descoberta realizada por Ushirozawa, alguns cooperados foram a Florianópolis, solicitar apoio financeiro ao Governador da época, Antônio Carlos Konder Reis. Para a instalação desse projeto, o governo federal

fez o Banco Central liberar, em 06 de maio de 1974, Cr\$4,23 bilhões, para repasse pelo BESC – Banco do Estado de Santa Catarina, tendo o projeto da cooperativa se beneficiado de parte desses recursos, recebendo ainda a promessa de verbas específicas para estradas vicinais e eletrificação rural na área adquirida³¹⁴.

Com todo aparato governamental possível apoiando a instalação da CAC e os contatos “étnicos”, (como aquele entre os japoneses da CAC e o técnico Ushirozawa) a CAC resolveu adquirir terras em São Joaquim. Em agosto de 1974, a cooperativa sorteava os

³¹³ PADILHA, Dráuzio Leme. IBIDEM.

³¹⁴ PADILHA, Dráuzio Leme. IBIDEM.

lotes da gleba (adquirida de Lauro Martins), em que se instalaram as primeiras famílias nipônicas. Esse primeiro Núcleo foi denominado Colônia Cotia I.

Em janeiro de 1975, a Cooperativa enviava para lá o agrônomo Bernardo Ide, com a missão de preparar um segundo núcleo na região. Foi adquirido um terreno em Boava, a 17 km de São Joaquim, o qual foi dividido em oito lotes. Em agosto, compradas mais terras, organizou-se o terceiro núcleo, sob orientação do agrônomo Tsugui Iwasaki, para dez famílias. Em setembro, surgia o quarto núcleo, também para dez famílias, a alguns quilômetros do primeiro, sob a direção do agrônomo Shu Otani³¹⁵.

O estabelecimento da CAC em São Joaquim, significou a instalação de um padrão de produção de maçã em grande escala. Transformar, as propriedades agrícolas “em verdadeira empresas rurais” como classificou o jornal da época³¹⁶. Em 1978, o jornal afirmava que “80% do consumo de maçãs em São Paulo são supridos pela produção joaquinense”, e atribuía esse resultado aos japoneses que ali “fixaram-se, pois até 1974 São Joaquim não tinha praticamente nenhum cultivo de maçã, um ou dois agricultores cultivavam a fruta. A fruta era de má qualidade e não tinha a menor importância para o município. Atualmente 60 famílias japonesas radicaram-se na zona rural e dedicaram-se à produção de maçã”³¹⁷.

Não podemos “classificar” os núcleos e os produtores japoneses nipônicos de São Joaquim como camponeses, semelhantes aos núcleos coloniais japoneses criados pelo IRASC e JAMIC em Santa Catarina, entre 1964 e 1975. Embora grande parte dos imigrantes e descendentes dos japoneses em São Joaquim, arrendassem as terras em que trabalhavam, obtiveram diferentes “subsídios” e apoios para conquistar suas terras, principalmente na condição de cooperados da CAC. Talvez, muitas famílias japonesas tenham permanecido na condição de funcionários de outros japoneses proprietários ou membros da diretoria da CAC. Nesses casos, nem todos os nipônicos de São Joaquim, provavelmente tornaram-se “donos de suas próprias terras”, resultando na seguinte condição: alguns proprietários e produtores em médias ou grandes extensões de terras e outros funcionários e trabalhadores das fazendas daqueles. Portanto, a condição de pequeno proprietário rural, caracterizava-se pela minoria daqueles japoneses que ali se instalaram.

³¹⁵ PADILHA, Dráuzio Leme. Op.cit. p.258.

³¹⁶ Jornal O’Estado. 5ªfeira, 04 de março de 1971. nº16.584, p.11. Texto do Engenheiro Agrônomo Francisco da Cunha Silva. intitulado “O Tempero de nossas frutas”.

³¹⁷ Jornal O’Estado. Florianópolis, sábado, 11 de março de 1978. nº18.990, p.15.

O jornal O'Estado apontava que a CAC havia movimentado no Brasil Cr\$5.2 bilhões em 1977, comercializando diferentes produtos agrícolas produzidos por 10 mil associados. Entre esses produtos: a maçã. A cooperativa mantinha, portanto, “um núcleo de imigrantes japoneses no município de São Joaquim onde já formaram mais de mil hectares com macieiras”³¹⁸.

A região de São Joaquim ainda fora palco, de importantes incentivos governamentais como: a “implementação do Programa Nacional de Armazenamento a Frio”, em que, buscou-se equipar os produtores com câmara fria³¹⁹, o patrocínio da 1ª Festa Nacional da Maçã, entre outros. Se acompanharmos os discursos, as notícias de jornais e mensagens de governo veremos à partir da implantação do PROFIT, as propostas: de produzir “frutas de clima temperado, na época em que os países europeus e da América do Norte estão entre safra”³²⁰; o desenvolvimento de “uma nova dinâmica criando novas riquezas”³²¹; auxiliar a acumulação de capital das empresas privadas na “primeira fase do PROFIT” e na segunda fase, da complementação e consolidação “estará a iniciativa privada apta assumir as responsabilidades pela continuidade do empreendimento”³²².

Observaremos também: o governo federal atuando na agricultura catarinense através de Financiamentos do Banco do Brasil a empreendimentos³²³; o aumento do consumo de fertilizantes, corretivos, inseticidas, fungicidas e outros “modernos insumos agrícolas”³²⁴; solicitações dos produtores de maçã “à Secretaria da Fazenda” para a isenção de impostos³²⁵; a suspensão da importação de maçãs provenientes da Argentina “amparando os pomicultores catarinenses” e assegurando “recompensas razoáveis aos produtores nacionais”³²⁶.

³¹⁸ Jornal O'Estado. Florianópolis, domingo, 25 de junho de 1978. nº19.095. p.12.

³¹⁹ Estado de Santa Catarina. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do dia 28 abril de 1977, pelo governador Antônio Carlos Konder Reis. pp. 272-273.

³²⁰ Jornal O'Estado. Florianópolis, domingo, 23 de novembro de 1969. nº16.274, p.06. Texto de Glauco Olinguer, intitulado “Agricultura”.

³²¹ Jornal O'Estado. Florianópolis, 4ªfeira, 21 de janeiro de 1970. nº16.312, p.07.

³²² Jornal O'Estado. Florianópolis, 3ªfeira, 03 de fevereiro de 1970. nº16.312, p.04.

³²³ Jornal O'Estado. Florianópolis, 5ªfeira, 16 de julho de 1970. nº16.432, p.08.

³²⁴ Jornal O'Estado. Florianópolis, 31 de outubro de 1971. nº16.752, p.01.

³²⁵ Jornal O'Estado. Florianópolis, 04 de novembro de 1971. nº16.754, p.08.

³²⁶ Jornal O'Estado. Florianópolis, domingo, 27 de março de 1977. nº18.657, p.04. Reportagem intitulada: “Proteção à maçã”. Informava o seguinte jornal: “Suspensa a importação de maçã argentina pelo prazo de quarenta e cinco dias, estão amparados os pomicultores catarinenses, cuja produção, auspiciosa, na presente safra, parecia ameaçada pela concorrência do produto estrangeiro, no mercado nacional. Essa medida do governo brasileiro é bem fundada e ampara lícitas reivindicações dos nossos fruticultores, em apoio geral a um setor de produção que promete atingir altos índices no cômputo do comércio de frutas brasileiras”.

Estamos diante de algumas características, da implantação da “racionalidade” e dos objetivos dos grandes capitalistas no planalto catarinense. As políticas econômicas e agrícolas estaduais ou federais, nas áreas urbanas e rurais alteraram ou interferiram diretamente no espaço, produzindo e construindo territórios, mas também modificando paisagens. O sentido foi de construir territórios, como sinônimo de poder (espaço de poder determinado) no caso de São Joaquim. Os japoneses ali instalados obtiveram o conhecimento das possibilidades físicas e ambientais para a produção da maçã, informação originada a partir da atuação e do “faro” de Kenshi Ushirozawa, transmitida pelo próprio agrônomo japonês a CAC. Conquistado o espaço, através do apoio governamental, implantou-se a infra-estrutura e simultaneamente ocorreu o domínio da mesma. Formou-se um território dos produtores filiados e cooperados a CAC, portanto, território de “nipônicos (e descendentes) produtores de maçã”.

A paisagem também foi alterada, principalmente com a dinamização do espaço local, realizado a partir do “progresso” da economia capitalista. Aquele meio que já vinha sendo alterado pela exploração madeireira e criação bovina, viu a implantação da “segunda natureza”. A implantação de uma “paisagem de macieiras” nas propriedades rurais, dos colonos japoneses fixados em São Joaquim, fora uma das imagens mais presentes em jornais da época. Segundos os jornais, os imigrantes japoneses foram os responsáveis pela superação de “um ambiente de pedra”, pois modificaram o solo pedregoso da região, tornando-o solo propício a maçã. Assim, os japoneses eram os exemplos que deveriam seguir os brasileiros, inclusive, o jornal O’Estado de 12 de março de 1978, afirmava que “a força da comunidade nipônica” na agricultura local, poderia servir como uma atração ao turismo:

[Em São Joaquim] chama a atenção o solo, coberto com muitas pedras, tanto que é comum na região, cercas feitas de pedras amontoadas, que são encontradas nos campos. Verificar, nas plantações a forma que os produtores encontraram para solucionar esse problema e conhecer as propriedades dos japoneses associados à Cooperativa de Cotia (SP), pode ser uma atração extra³²⁷.

O geógrafo Paulo Fernando Lago afirmou, que a substituição da economia florestal extrativista iniciou-se de modo mais consistente, nos meados dos anos de 1960, com “o esforço de reflorestamento, orientado para a formação de maciços homogêneos de espécies exóticas de coníferas do gênero *Pinus*, mais moderadamente com espécies

³²⁷ Jornal O’Estado. Florianópolis, domingo, 12 de março de 1978. nº18.991, p.11.

do gênero *Eucaliptus* e também, de nativas”³²⁸. Inclusive, também enquadrou-se, segundo o geógrafo, como reflorestamento “o plantio em escala comercial de espécies de pequeno porte, segundo a inspiração do Projeto PROFIT, em superfície no dorso do Planalto”, referindo-se as exóticas espécies, como as próprias macieiras.

Nesse sentido, a opção política de favorecimento a agricultura empresarial e a maioria dos incentivos direcionados aos proprietários de grandes extensões de terra, modificou sensivelmente a paisagem natural, mais pouco alterou a paisagem social. De fato, grandes pomares foram formados nas antigas fazendas e expandiram-se em direção a outras áreas latifundiárias. Segundo uma notícia publicada no jornal O’Estado de 1977:

Em São Joaquim onde, segundo especialistas, está o melhor clima para produção de frutas temperadas, o cultivo de macieira vem assumindo o papel que já coube ao gado e à madeira. Grupos como a Cooperativa Agrícola Cotia (um grupo de colonos japoneses filiados à maior cooperativa do Brasil se instalou em São Joaquim com o objetivo de implantar até 1977 cerca de 1.000 hectares com macieiras), a Yakult (fabricante de leite acidificado e aromatizado) estão instalando grandes pomares em São Joaquim e em Bom Jardim da Serra³²⁹.

Naquela época da chegada dos imigrantes japoneses a São Joaquim, a história da agricultura brasileira costuma denominar, como período de “modernização conservadora”. Conservadora, porque conservou as antigas estruturas de posse, mando e acesso à terra, mas introduziu novas técnicas de produção, elevando inclusive a produtividade do “campo brasileiro”. Na política nacional, esse período da ditadura militar brasileira, chegou a planejar formas de aumentar a lucratividade dos grandes produtores, por isso, o incentivo a “modernização”.

As políticas agrícolas oficiais nos anos de década de 1970, em termos econômicos, caracterizaram-se pela concentração fundiária, com privilégios a agricultura voltada para insumos industriais, à exportação de matérias primas, “e não uma política agrícola diferenciada voltada para a pequena produção agrícola”³³⁰.

³²⁸ LAGO, Paulo Fernando. “A terra e o homem”. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos (organizador). “Santa Catarina no século XX ensaios e memória fotográfica”. Florianópolis: Editora da UFSC: Fundação Catarinense de Cultura (FCC) Edições, 2000. p.83.

³²⁹ Jornal O’Estado. Florianópolis, domingo, 27 de março de 1977. nº18.657, p.20.

³³⁰ NOVAES, Regina Reyes. “Três mulheres de luta: notas sobre campesinato e reforma agrária no Brasil”. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org). “O campesinato na história”. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. p.221.

Poderíamos afirmar, sobre os japoneses imigrantes que instalarem-se na região de Canoinhas e de São Joaquim no início da década de 1970, que assim como os imigrantes alemães “reforçaram o perfil social anteriormente existente na região”³³¹.

³³¹ MACHADO, Paulo Pinheiro. “Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)”. Campinas(SP): Ed. UNICAMP, 2004. p.72.

CAPÍTULO VII

AGRICULTURA, POLÍTICA E OUTROS “DEBATES” EM SANTA CATARINA.

7.1 Reforma Agrária para Desenvolver-se.

Como abordamos no segundo capítulo da monografia, o Governo do Estado de Santa Catarina no início da década de 1960, extinguiu a Diretoria de Terras e Colonização e criava em seu lugar o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina – IRASC. A expressão “Reforma Agrária” nomeando essa autarquia ligada a Secretaria de Agricultura, não fora mera coincidência, estava de certa maneira, dialogando com o Governo Federal da época, mas também e principalmente, com o debate acerca da estrutura agrária do País. Pesquisadores e estudiosos da História Agrária brasileira vêm demonstrando, que na década de 1950 e 1960 apontava-se a Reforma Agrária como solução aos problemas do Desenvolvimento Nacional vindos do Latifúndio.

Naquela época, buscava-se desenvolver, modernizar e aumentar a produção agrícola e parecia que as grandes propriedades dificultavam e impossibilitavam “o progresso”. O historiador Wenceslau Gonçalves Neto, denominou a concepção que entendia a estrutura agrária latifundiária como um percalço ao desenvolvimento de: “agricultura como entrave”³³² e estava baseada principalmente, nas idéias e propostas de Celso Furtado. Para Furtado, a problemática do desenvolvimento brasileiro possuía um caráter estrutural, por isso, propunha uma plano global através do seu projeto de reformas de base. Entre as mudanças necessárias, a diminuição da concentração da posse da terra, realizando para tanto a Reforma Agrária.

O Latifúndio além de concentrar a riqueza em “poucas mãos”, era acusado de não produzir alimentos, influenciando diretamente no encarecimento da vida na cidade e o custo dessa mão-de-obra urbana. Para evitar essas “reações em cadeia”, a solução aos problemas do Latifúndio seria a Reforma Agrária. Acreditava-se que uma melhor distribuição das propriedades: diminuiria a concentração da terra, permitiria o menor “inchaço” das cidades ocasionado pela desaceleração do êxodo rural, aumentaria a produção de alimentos, possibilitaria maiores acessos aos alimentos por parte dos trabalhadores e resultaria até mesmo em menores “conflitos” sociais no campo e nas cidades. Sinteticamente, a idéia de que a Reforma Agrária era preciso foi mais forte

³³² NETO, Wenceslau Gonçalves. Op.cit. p.53

“quando se acreditava que seria necessário formar um mercado consumidor no meio rural e, ao mesmo tempo, produzir alimentos baratos para incentivar a acumulação no pólo industrial”³³³.

É nesse contexto de “maior apoio” a Reforma Agrária, que o governador Celso Ramos em 1961 criava em Santa Catarina o IRASC, para “resolver o problema do latifúndio”. Em discursos do governador da época, em algumas mensagens do seu governo e nas páginas dos jornais, Celso Ramos apresentava-se como favorável e disposto a realizar a Reforma no espaço rural. Na Mensagem do Governo Executivo a Assembléia Legislativa do Estado, em abril de 1962 o governador deixava clara sua posição:

Outras, e não poucas considerações repontam no meu espírito e, se ainda não lhes dei forma concreta, é que eles dependem, em grande parte, das deliberações dos Poderes Federais.

Tal é, por exemplo, a reforma agrária, que está em foco no plano nacional do aproveitamento e valorização do homem brasileiro.

De mim, posso dizer que tenho arraigada a convicção de que ‘toda a família rural deveria ter oportunidade de se tornar proprietária das terras que cultiva’. [...]

Fixar o homem do campo no meio em que vive, orientá-lo e instruí-lo e tirar partido da sua situação de pequeno proprietário, - eis o desenvolvimento da questão.

[...]

Sob a elevada inspiração da indiscutível função sócio-econômica da terra, antecipando-se, mesmo, aos magnos problemas que surgem da falta de normas adequadas e peculiaridades a cada Estado – membro na exploração racional da propriedade rural, encaminhou o Executivo à augusta Assembléia Legislativa, mensagem, que se transformou na lei nº2.939, de 09 de dezembro de 1961, a qual criou o IRASC, objetivando nesse primeiro passo da reformulação dos problemas do campo e da agricultura, entre outras finalidades, as seguintes:

- promover a distribuição da terra, anulando-se o latifúndio improdutivo;
- determinar o aumento da produtividade;
- eliminar a concentração da propriedade imobiliária com fins especulativos;
- promover a distribuição das terras públicas e das desapropriações, objetivando a formação, tanto de unidades familiares, definitivas por dimensões econômica e não métricas;

³³³ PAULILO, Maria Ignez Silveira. “Terra á vista ... e ao longe”. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996. p.158.

- atender as exigências dos bens comuns, como, também, o desfrutamento máximo da área cultivada³³⁴.

O principal partido de oposição a Celso Ramos, criticou o governo em 1963, por utilizar o IRASC como uma “máquina eleitoreira” na qual os títulos de terras eram “dados” em troca de votos. A “Reforma Agrária” parecia realizar-se com objetivos eleitoreiros para a oposição aquele governo. Após as eleições municipais de outubro de 1963, a UDN distribuiu nota a imprensa:

É com indisfarçável júbilo que a liderança da bancada da UDN na Assembléia Legislativa do Estado recebe os resultados das eleições do último dia seis, em 52 municípios de Santa Catarina. Enfrentando o poderio da máquina estatal, jogada ao pleito, os escândalos, com visitas pessoais do próprio Chefe do Governo aos municípios onde se realizaram eleições; com o Instituto de Reforma Agrária distribuindo títulos de propriedade 24 horas antes do pleito; com os veículos oficiais e a gasolina oficial entregues a orgia eleitoreira; com a mobilização total do Poder Econômico do Governo no pleito eleitoral; apesar disso e contra isso, levantou-se a voz da oposição, infligindo ao Governo o seu mais sério revés³³⁵.

Embora a documentação, os relatórios e outras fontes de governo demonstrem “o objetivo” do governador da época, há quem afirme que as palavras “Reforma Agrária em Santa Catarina”, nunca saíram da boca de Celso Ramos. Um dos principais “articuladores” daquele governo, afirmou em entrevista: “você jamais deve ter lido ou vai encontrar a palavra latifúndio na cabeça do Governador Celso Ramos, ou exprimido por ele, jamais”³³⁶. Alcides Abreu³³⁷ afirmou que não havia o propósito da “Reforma Agrária”, pois em Santa Catarina não existia o Latifúndio.

A negação de Alcides Abreu acerca do tema Reforma Agrária no governo que teve sua participação, pode ser relacionada à imagem atual dessa Reforma, vinculada a interesses sociais, ao contrário do que era entendida por aquele governo conservador. Já o entendimento sobre a inexistência de Latifúndios em Santa Catarina, deve ser interpretado como um “mito”.

Não consideramos Santa Catarina totalmente peculiar e diferente da formação social brasileira, ou “com um modelo próprio de desenvolvimento”, já que por aqui “não existiram latifúndios”, diferente do restante do País. Acreditamos ser essa uma

³³⁴ Estado de Santa Catarina. Governo Celso Ramos. Mensagem anual apresentada à Assembléia legislativa do Estado. Florianópolis, 15 de abril de 1962. p.07 e p.281.

³³⁵ Jornal A Gazeta. Florianópolis, sábado, 12 de outubro de 1963. nº7.485, p.08.

³³⁶ Entrevista gravada com Alcides Abreu a André Souza Martinello, em 07/07/2006, em Florianópolis.

³³⁷ “Não tinha latifúndio aqui. Havia grandes propriedades, que é ainda o caso de hoje [...]”. Entrevista gravada com Alcides Abreu a André Souza Martinello, em 07/07/2006, em Florianópolis.

idealização e construção de um mito acerca de um progresso diferenciado, “um progresso catarinense”.

A historiadora Joana Maria Pedro³³⁸ demonstra que no século XIX, alguns navegadores e viajantes em passagem por Santa Catarina, principalmente por Desterro,³³⁹ idealizavam um modo de vida vinculado à pequena propriedade. Vindos de outras regiões, às vezes com suas “observações formuladas”, os viajantes além de acreditarem que as mulheres do Sul eram mais sociáveis do que mulheres de outros lugares do país, registraram uma escravidão “mais amena”. De fato, refletia nos textos de alguns viajantes, a formação social³⁴⁰ que proporcionava um modo de vida diferente dos existentes na economia escravista de exportação, mas também os seus preconceitos raciais.

Paulo Pinheiro Machado apresenta no Planalto catarinense, a apropriação privada das terras em meados do século XVIII,

quando muitos fazendeiros já possuíam títulos de sesmarias expedidos pelo governador de São Paulo. Às áreas variavam de 2.000 a 15.000 hectares,³⁴¹ reproduzindo no planalto serrano o mesmo padrão latifundiário dominante no Brasil. Desde cedo, muitos campos naturais foram ocupados em condomínio por alguns grandes fazendeiros de Lages e Curitiba³⁴².

Já na primeira metade do século XX o interventor federal em Santa Catarina, Nereu Ramos, em relatório ao Presidente apresentava na parte intitulada “A Pequena Propriedade em Santa Catarina”, três municípios considerados latifundiários. Segundo o governo estadual, os demais municípios catarinenses que possuíam fazendas latifundiárias encontravam-se no meio-oeste e extremo-oeste e estavam subordinados a comercialização de vastas áreas de terras por Companhias Colonizadoras. Essas companhias negociavam com imigrantes parcelas de terra, “recortando” as grandes propriedades e as terras “devolutas” do governo:

Nove municípios apresentam propriedades cuja área média vai além de 1.000.000 de metros quadrados. Ei-los:

³³⁸ PEDRO, Joana Maria. “Mulheres do Sul” In: PRIORE, Mary Del (org). “História das mulheres no Brasil”. – São Paulo: Contexto, 1997. pp.179-280.

³³⁹ Atual Florianópolis, Desterro fora o nome antigo da capital.

³⁴⁰ “Diferentemente dos grandes centros exportadores, a região apresentou uma produção voltada para o mercado interno, escravidão de pequena monta e economia diversificada, resultando numa acumulação de pequenos vultos”. PEDRO, Joana Maria. IBIDEM, p.280.

³⁴¹ O historiador Paulo Pinheiro Machado afirma em outra obra que as áreas variavam entre 5 mil e 20 mil hectares. MACHADO, Paulo Pinheiro. “Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)”. – Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2004. p.74.

³⁴² MACHADO, Paulo Pinheiro. “Bugres, Tropeiros e Birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano”. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (organizadoras). “História de Santa Catarina no século XIX”. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. p.21.

Xaçecó, Curitiba, Lages, São Joaquim da Costa da Serra, Caçador, Cruzeiro, Concórdia, Porto União e Bom Retiro*. São estes municípios considerados latifundiários devido o predomínio de propriedades maiores de 100 hectares. Mas, atendendo-se a que a maioria desses municípios é de povoamento recente, com grandes áreas em poder de companhias colonizadoras que as estão vendendo em pequenos lotes, é o caso de Xiapecó, Curitiba, Caçador, Cruzeiro, Concórdia e Porto União, verifica-se que somente nos municípios de Lages, São Joaquim e Bom Retiro há efetivamente grandes propriedades rurais. As condições existenciais dessas comunas residem, entretanto, justamente, na grande propriedade rural. É que nelas se faz criação intensiva de gado³⁴³.

Vale lembrar o contexto em que foi enviado o Relatório de Nêreu Ramos, ao Presidente da época, é também em certa medida, um momento de crítica ao Latifúndio, pois foi a partir do Tenentismo e em menor medida no Governo de Getúlio Vargas³⁴⁴, que as grandes extensões de terras passaram a ser vistas como problemas econômico-sociais do País. Assim como descrito no Relatório do interventor Nêreu Ramos e como lembrou o historiador Paulo Pinheiro Machado, o Latifúndio esteve presente na Formação Social catarinense. Embora muitos tenham negado, ou simplesmente “naturalizaram” a existência de grandes fazendas nesse Estado, afinal, nelas “criava-se intensamente o gado”. Enfim, alimentou-se um “mito” em Santa Catarina, de que se existisse Latifúndio nesse Estado, era resultado das condições geográficas e principalmente de um solo “propício” ao gado:

Alguns autores tentam argumentar a “naturalidade” das grandes propriedades numa região onde a economia predominante é a pecuária extensiva, afirmando que a baixa fertilidade do solo e a pequena produtividade da raça bovina existente implicaram, necessariamente, uma apropriação de grandes extensões de terras para que tal atividade fosse economicamente viável. Pelo contrário, a forma e a extensão das terras apropriadas devem-se muito mais às condições sociais, históricas e políticas, ao padrão senhorial de ocupação

* Alguns desses municípios sofreram alteração em seus nomes, (Xaçecó) Chapecó, (São Joaquim da Costa da Serra) São Joaquim e (Cruzeiro) Joaçaba.

³⁴³ Relatório apresentado em outubro de 1938 ao exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nêreu Ramos, interventor federal no Estado de Santa Catarina. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, 1938. p.63.

³⁴⁴ “Acompanhando o debate sobre os caminhos da organização e as falas de Vargas, é visível a tensão entre reconhecer a existência de uma relação de subordinação entre capital e trabalho no campo e a constituição de um ideal de desenvolvimento com base na pequena propriedade. Ao longo desse período, a produção legal, indo na direção oposta, mostra o significado econômico e político que o ‘latifúndio’ conseguiu preservar, apesar das críticas que sofreu desde o movimento tenentista”. Trecho retirado de: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos”. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org). “Campesinato na história”. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. p.251.

vigente (não apenas) naquele período, no qual a grande fazenda representa a possibilidade do acúmulo de riquezas, do exercício e afirmação de poder político sobre a vizinhança e a comunidade local. A pecuária desenvolveu-se também como atividade econômica associada à lavoura de subsistência em pequenas explorações de terra, nos fascinais e demais ‘terrenos sujos’ do planalto³⁴⁵.

Contudo, foi nas décadas de 1950 e 1960 que o Latifúndio entrou no debate acerca do Desenvolvimento Nacional e a necessidade de Reforma Agrária apresentava-se em alguns Projetos e Propostas de Governo, sendo responsável inclusive, pela denominada “crise do populismo”³⁴⁶ em março/abril de 1964.

Em Santa Catarina, o exemplo maior da “Reforma Agrária realizada” pelo IRASC e mais citado nas páginas dos jornais foi a Colônia japonesa de Curitiba, a comunidade também denominada oficialmente, de Núcleo Colonial Governador Celso Ramos. Após o golpe militar à democracia em 1964, nos jornais e nos documentos de governo, a “Reforma Agrária realizada com imigrantes japoneses” quando da criação do Núcleo Celso Ramos, passa a ser divulgada como exemplo de colonização, assim como as demais comunidades nipônicas posteriormente criadas.

As propostas para o agro-catarinense, concentraram-se progressivamente apenas na Secretaria de Agricultura, “cabendo” ao IRASC cada vez “menos atribuições”. A partir de 1964 o IRASC foi perdendo suas funções e aos poucos foram “sumindo” elementos que poderiam caracterizar uma Reforma Agrária, a começar pela proibição e extinção dessa expressão. Como apontamos, após o Governo Ivo Silveira, “Reforma Agrária” não apareceu nas mensagens e nos planos de governos catarinense e na Mensagem do governador Jorge Konder Bornhausen em 1979, o IRASC era apresentado como órgão extinto desde abril de 1978. Em substituição criou-se um órgão de Coordenação de Legitimação e Cadastramento de Terras Devolutas – COLECATE³⁴⁷. Em substituição e paralelamente as propostas de Reformas Agrárias se

³⁴⁵ MACHADO, Paulo Pinheiro. “Bugres, Tropeiros e Birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano”. Op.cit. p.23.

³⁴⁶ “Apesar de contido pelo compromisso dos grupos dominantes, o presidente Goulart, pressionado pelas massas populares, envereda pelo caminho das reformas de estrutura, provocando a crise do regime populista”. Trecho retirado de: NETO, Wenceslau Gonçalves. “Estado e Agricultura no Brasil: política e modernização econômica brasileira 1960-1980”. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p.42.

³⁴⁷ Mensagem à Assembléia Legislativa. Sessão 26 de abril de 1979, pelo Governador Jorge Konder Bornhausen. Florianópolis, 1979. pp.119-120: “Criação e implantação da Coordenação de Legitimação e Cadastramento de Terras – COLECATE, em substituição ao ex-IRASC”.

implantou o “agro-negócio”, através de políticas de modernização conservadora na agricultura.

Nesse “ínterim”, como afirma Alcides Foularti Filho:

[...] as desigualdades sociais não foram solucionadas com planejamento nem em Santa Catarina nem no Brasil. O Estado e os planos sempre foram conduzidos pela burguesia industrial aliada à oligarquia agrária. Ora, e o que se poderia esperar de um Estado autoritário e conservador? O Estado atendeu apenas os interesses da classe que estava tornando-se hegemônica: os industriais. Solucionar os problemas sociais no capitalismo só é possível com uma forte intervenção política sobre a lógica econômica ou via superação do próprio sistema. Neste sentido, o assalto ao poder do Estado realizado pela burguesia catarinense trata-se de um reflexo do processo de modernização conservadora da economia brasileira e da extensão dos laços familiares e do compadrio para a esfera estatal³⁴⁸.

Portanto, em nosso período de pesquisa, entre os anos de 1961 a 1978 foram criados quatro núcleos japoneses, com objetivos que variaram ao longo do tempo e do espaço, mas que deveriam em linhas gerais, abastecer algumas áreas urbanas catarinenses. As parcerias do IRASC na criação das comunidades rurais japonesas também variaram em acordos com as Prefeituras municipais, Secretara da Agricultura, ACARESC, JAMIC, Departamento Nacional de Obras e Saneamentos – DNOS e outras instituições.

A época da extinção do IRASC é também a época, em que o Brasil começava a demonstrar o “esgotamento” da longa história em ser “um País receptor” de imigrantes. Ainda no período da Ditadura Militar, fora proibida em 1979 a ação da JAMIC no Brasil³⁴⁹.

Em algumas regiões catarinenses caracterizadas pela estrutura latifundiária, também houve incentivos na “fixação” e na “produção” dos nipônicos e descendentes. Embora o IRASC pareça não ter atuado na criação de Núcleos coloniais em Canoinhas ou São Joaquim, nesses dois municípios os incentivos financeiros impulsionaram o cultivo da batata semente e da maçã, em escala empresarial. Por isso, com conivência pública manteve-se a estrutura de grandes extensões de terras existentes nas regiões. Em

³⁴⁸ GOULARTI FILHO, Alcides. “Formação econômica de Santa Catarina”. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. p.45.

³⁴⁹ “Nos dias 17 e 18 de dezembro de 1979 realizou-se em Brasília a 13ª reunião da Comissão Mista Brasil-Japão de Imigração para discutir problemas relacionados com a imigração. Tratava-se de um reunião de rotina. Nessa sessão, a delegação brasileira apresentou uma declaração do seguinte teor, para espanto da representação japonesa: ‘As atividades da JAMIC – Imigração e Colonização Ltda e da JEMIS – Assistência Financeira S.A. constituem infração ao Código Civil Brasileiro, razão por que desejamos sejam elas imediatamente suspensas e as duas empresas fechadas’”. Retirado de: “Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil”. Comissão de elaboração da História dos 80 anos da Imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec: Sociedade Brasileira de Cultura japonesa, 1992. p.417.

paralelo a criação pelo IRASC de comunidades nipo-brasileiras camponesas, a Secretaria de Agricultura e o Ministério da Agricultura investiram na produção agrícola que “substituiu-se as importações” e na modernização dos latifúndios. Portanto, a opção em maior número de recursos enviados pelos governos, os estímulos econômicos e financiamentos de produção foram direcionadas aos japoneses que ascenderam a condições de médios e grandes proprietários, localizados justamente em regiões de formação social latifundiária, enquanto que os “pequenos” japoneses ficaram submetidos aos preços e interesses dos mercados consumidores urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se apresentar nessa monografia, as principais comunidades agrícolas em que, fixou-se a etnia japonesa no território catarinense. Sendo o principal tema abordado as políticas governamentais relacionadas à agricultura e que, de certa maneira, atuaram diretamente como fatores de atração de imigrantes nipônicos.

A pesquisa realizada buscou contextualizar os debates sobre a estrutura agrária brasileira e exemplificar algumas políticas rurais no Estado de Santa Catarina, nas décadas de 1960 e 1970. Demonstrou-se, por exemplo, que na criação de Núcleos Coloniais pelo IRASC houve “diferenciações” que favoreceram uma parcela de agricultores japoneses e em menor medida alguns poucos “agricultores nacionais”, já que, segundo discursos, a preferência fora por camponeses orientais.

Contudo, a imigração japonesa demonstra que Santa Catarina também teve em sua formação social, um “mosaico étnico” e cultural importante. Como ressalta a antropóloga Ilka Boaventura Leite: “Santa Catarina é um dos estados que possuiu uma maior diversidade étnica, em se tratando de contingentes espacialmente agrupados”³⁵⁰.

É bom lembrar que apesar dessa diversidade, Santa Catarina geralmente é retratada como uma “terra de brancos”, colonizada somente por europeus e por isso, uma “região bem-sucedida” economicamente. Esperamos, portanto, com essa monografia participar da contribuição daqueles estudos que apontam as invisibilidades de algumas etnias que vivem no sul do País, assim como realizou a historiadora Patrícia de Freitas, por exemplo:

Enquanto Santa Catarina é reconhecida como um Estado eminentemente branco, a Bahia é reconhecida pela significativa população negra. O antagonismo de dois continentes, de um lado a Europa, do outro, a África. É bem provável que os brancos baianos também sejam confundidos fora e mesmo dentro do Estado da Bahia como estrangeiros. Importante lembrar que nem todos os loiros são catarinenses, como nem todos os baianos são negros, da mesma forma que nem todos os nisseis são paulistas³⁵¹.

O trabalho apresentado também buscou abordar outro grupo, considerado socialmente “invisível”, pois é sistematicamente esquecido pelas políticas públicas

³⁵⁰ LEITE, Ilka Boaventura. “Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação”. In: __ (org). “Negros no Sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade”. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p.37.

³⁵¹ FREITAS, Patrícia de. “Margem da palavra, silêncio do número: o negro na historiografia da Santa Catarina”. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 1997. p.XII.

brasileiras e por estudos acadêmicos: os camponeses. Ao longo da pesquisa, buscamos abordar a história dos trabalhadores do campo, quando lá no Japão, por exemplo, pequenos proprietários viveram a implantação do capitalismo (à partir da modernização Meiji) e encontraram “a solução” no emigrar. Apontamos à fixação dos nipônicos camponeses em Santa Catarina, a partir do segundo capítulo, quando da formação de núcleos coloniais. Apresentamos a relação dos imigrantes com o meio físico e social que se inseriram.

Em oposição aos pequenos proprietários, abordamos também os incentivos para implantação e produção de médios e grandes fazendeiros japoneses em Santa Catarina, estes que após gozarem de diversos subsídios governamentais tornaram-se “fortes produtores”, ou “verdadeiros japoneses”.

Em síntese, esse trabalho buscou construir um panorama geral da formação de comunidades rurais japonesas em Santa Catarina, no período em que existiu o IRASC (1961-1978).

Alguns discursos e políticas agrícolas por nós apresentados ao longo do trabalho, tornaram-se “visíveis” no Espaço, por isso, também optamos por demonstrar através da Paisagem, alguns “resultados” das concepções e propostas no agro-catarinense. Nós utilizamos alguns relatos acerca das Paisagens dos núcleos nipônicos em Santa Catarina, como exemplos e amostras da materialização de processos sócio-culturais.

Contudo, outros assuntos não puderam ser abordados nessa monografia, embora considerados importantes. Em todos os trabalhos de campo realizados nas pequenas propriedades agrícolas japonesa, (a saber: Frei Rogério, Itajaí, Caçador e Forquilha) uma das “questões” que mais chamaram nossa atenção, foi perceber que parte da família, - às vezes um elemento e às vezes a maioria – encontravam-se no Japão trabalhando. Ou seja, sendo *Dekassegui*³⁵². Portanto, uma investigação a ser realizada, poderia buscar entender em que medida trabalhar no Japão significa a manutenção do “padrão” de vida camponês? Assim, deslocar-se atualmente para trabalhar no Japão é

³⁵² “A palavra Dekassegui significa trabalhar fora de casa. No Japão referia-se aos trabalhadores que saíam temporariamente de suas regiões de origem, sobretudo aqueles provenientes do norte e nordeste do Japão, e iam em direção a outras mais desenvolvidas durante o rigoroso inverno que interrompia suas produções agrícolas no campo. Esse mesmo termo é, então, aplicado aqui aos descendentes de japoneses, ou nikkeis – refere-se a todos os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão, não se restringindo apenas aos brasileiros – que, vão trabalhar no Japão, a princípio temporariamente, em busca de melhores ganhos salariais, executando trabalhos de baixa qualificação, caracterizados pelos japoneses com “3k” – Kitanaí (sujo), Kikein (perigoso) e Kitsui (penoso)”. Trecho retirado de SASAKI, Elisa. “Movimento Dekassegui. A Experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão”. In: REIS, Rossana Rocha; SALES, Teresa (organizadoras). “Cenas do Brasil Migrantes”. São Paulo: Boitempo editorial, 1999. p.243.

resultado das más perspectivas dos pequenos proprietários rurais nipônicos ou se apresenta como uma possibilidade de ascender social e economicamente?

Na família japonesa entrevistada em Itajaí, a única filha do casal encontrava-se trabalhando no Japão, pois não encontraram condições de arcar com a mensalidade de Arquitetura na Universidade de Itajaí para essa filha, como não havia emprego nem renda para isso ela foi trabalhar como *Dekassegui*, no País dos seus pais.

Em Forquilha, a filha de um casal também se encontrava na situação de *Dekassegui*, quando realizamos nesse Núcleo o trabalho de campo. Pareceu-nos que a pequena parcela de terra em Sanga do Café, provavelmente ficará de herança para o irmão da imigrante, talvez motivo principal que a fez ir trabalhar no Japão.

Em Caçador, encontrava-se em uma propriedade da vila japonesa apenas o pai e o filho, já que a mãe, a filha e mais dois filhos também estavam no Japão trabalhando.

Em Frei Rogério há quem afirme que mais de cem pessoas, encontram-se vivendo e trabalhando no Japão.

Assim, há outros diversos temas possíveis de serem investigados: como a relação das vilas japonesas entre si (economicamente e culturalmente); a imigração japonesa para o espaço urbano catarinense; a possível submissão da mulher japonesa; as novidades e inovações de cultivares agrícolas apresentados pelos nipônicos; crenças e religiosidade dos orientais e descendentes e outros costumes culturais.

Sobre os nipônicos em terras catarinenses, gostaríamos de ainda expor, utilizando palavras do Jornal O'Estado de 25 de julho de 1978 que “embora o Estado de Santa Catarina abrigue atualmente apenas 1.458 imigrantes japoneses (e descendentes) – em São Paulo são 551 mil – conta a história que aqui aconteceu o primeiro contato desse povo no território brasileiro”³⁵³.

³⁵³ Jornal O'Estado. Florianópolis, domingo, 25 de junho de 1978. nº19.095, p.12.

Referências Bibliográficas e Fontes

Fontes Primárias

Periódicos:

Jornais de Florianópolis:

Jornal O'Estado. de 1963 a 1978.

Jornal A Gazeta. Florianópolis, sábado, 12 de outubro de 1963. nº7.485.

Jornal A Gazeta. Ano XXX. Florianópolis, sábado. 25 de abril de 1964, número 7.610.

Jornal de Itajaí:

Jornal do Povo. Itajaí (SC), 17 de junho de 1972. Ano XXXVII. Nº1.715.

Jornal de Joinville:

Jornal A'Notícia, ano XLI. Joinville, 3ªfeira, 05 de março de 1963, nº8.858.

Documentos de Arquivos e Acervos:

Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária. Ministério da Agricultura e Departamento de Projetos e Operações. "70 anos de Imigração japonesa para o meio rural brasileiro". Brasília: junho de 1978.

Relatório do ano de 1941, apresentado ao Presidente da República por Nereu Ramos, interventor Federal do Estado de Santa Catarina. Outubro de 1942

Relatórios dos anos de 1942 e 1943, apresentados ao Presidente da República por Nereu Ramos, interventor Federal do Estado de Santa Catarina, outubro de 1943 e outubro de 1944.

Mensagens de Governo a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina de 1952 a 1980. (consultados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - APESC).

Estado de Santa Catarina – Grupos de trabalho. Governo Celso Ramos, separata da Mensagem. Florianópolis, 1961.

Correspondências da Coordenadoria de legitimação e Cadastramento de Terras Devolutas, Colecate. Documentos pesquisados e disponíveis no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Livros:

GUERRA, Antônio Teixeira e CARVALHO, Eloísa de (organizadores). "Conclusões geográficas: principais problemas da Geografia do Brasil". In: "Enciclopédia dos Municípios brasileiros". Volume XIII, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1964.

ITARARÉ, O Barão de (1895-1971). "Edição fac-similar do Almanhaque de 1955 primeiro semestre ou 'Almanhaque d'A Manhã'". Aparício Torelly, o Barão de Itataré. 2ªedição.

Sumarezinho (SP), São Paulo e Rio de Janeiro: Kraft, Studioma e Letra e Imagem Editores Associados, co-edição Arquivo do Estado, 19990.

OTSUKI, Gentaku; SHIMURA, Hirotuki. “Informações exóticas ouvidas na viagem ao redor do mundo”. Volume 12. Tradução: Tomoko Kimura Gaudioso. In: “Os japoneses no Brasil: suas primeiras impressões”. Consulado Geral do Japão em Porto Alegre: Porto Alegre, 2003.

SILVEIRA JR, Norberto. “Itajaí”. São Paulo: editora Escalibur; Itajaí (SC): prefeitura municipal de Itajaí, 1972.

Fontes orais/entrevistas:

Conversa informal com Mitsugi Takahashi, imigrante japonês morador do Núcleo Reio Novo em Itajaí. Trabalho de campo em 09/12/2005 na propriedade de Mitsugi em Itajaí.

Conversa informal com Osni Machado, (ex-)funcionário do IRASC em 22/03/2006 em São José – SC.

Entrevista concedida a André Souza Martinello por Júlio César, ex-prefeito de Itajaí. Gravada em fita em 04/04/2006, Florianópolis (acervo do autor).

Entrevista do Ex-governador Ivo Silveira a André Souza Martinello, gravada dia 07/04/2006, Florianópolis (acervo do autor).

Entrevista de Takashi Chonan a André Souza Martinello gravada em 29/04/2006 em Curitiba (acervo do autor).

Conversa informal com Fumio Honda, quando realizado trabalho de campo em Frei Rogério, 30/04/2006 (Núcleo Celso Ramos).

Entrevista de Glauco Olinguer a André Souza Martinello ,gravada em 30/05/2006 na Biblioteca da EPAGRI em Florianópolis (acervo do autor).

Conversa informal com o agricultor Masaru Akaishi e agricultora Katsuko Akaishi, em 12/06/2006, Núcleo Sanga do Café, município de Forquilha.

Conversa informal com Ricardo Fukushima em 12/06/2006, município de Forquilha.

Entrevista com Alcides Abreu a André Souza Martinello, gravada em 07/07/2006, em Florianópolis (acervo do autor).

Conversa informal com Elcio Hirano, na EMBRAPA em Canoinhas, 10/11/2006.

Conversa informal com Mikishiro Yanagi em 10/11/2006, no município de Caçador.

Conversa informal com Américo Augusto da Costa Souto em julho de 2005.

Fontes Secundárias

Livros, Artigos, Simpósios, etc:

Akiro Obara, em 01/04/2006 no “Simpósio: Imigração japonesa no Brasil”. Semana Cultural Japonesa, Florianópolis 31 de março a 11 de abril no Centro Integrado de Cultura – CIC, organizado pela Associação Nipo-Catarinense.

ALVIN, Zuleika. “Imigrantes: a vida privada dos pobres dos pobres do campo”. In: NOVAIS, Fernando A (coordenador geral da coleção) e SEVCENKO, Nicolau (organizador do volume). “História da vida Privada no Brasil. República: da belle époque à era do rádio”. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 215 a 287.

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. “O Brasil Italiano (1880-1920)”. In: FAUSTO, Boris (org). “Fazer a América”. 2ªedição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. pp.383-417.

ANDERSON, Perry. “O Feudalismo japonês”. In:___ “Linhagens do Estado Absolutista”. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: editora Brasiliense, 1995. pp 433-459.

ANDÔ, Zempati. “Cooperativismo nascente”. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi (org). “Assimilação e integração dos japoneses no Brasil”. Petrópolis e São Paulo: editora Vozes e ed. da Universidade de São Paulo, 1973. pp.07-10.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “A questão camponesa na teoria marxista clássica”. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org). “O campesinato na história”. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

AURAS, Marli. “Poder oligárquico catarinense: da guerra aos ‘fanáticos’ do contestado à ‘opção pelos pequenos’”. Tese de doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) de São Paulo. São Paulo: 1991.

BAHIANA, Henrique P. “Parte I – Debates”. In: SAITO, Hiroshi (org). “A presença japonesa no Brasil”. São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

BAUMAN, Zigmunt. “Globalização: as conseqüências humanas”. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BECHER, Hans. “O Barão Georg Heinrinch von Langsdorff: pesquisa de um cientista alemão no século XIX”. São Paulo: Edições dia; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

BENEDICT, Ruth. O crisantemo e a espada: padrões da cultura japonesa. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BLOMER, Neusa Maria Sens. “Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages”. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BRAUDEL, Fernand. “O Japão”. In:___ “Gramática das Civilizações”. Tradução Antônio de Pádua Danese. São Paulo: Martins Fontes, 1989. pp 264-282.

BORGES, Rosângela de Fátima. “A imigração japonesa em Curitibaanos”. Caçador (SC): Angelus, [2004?].

CABRAL, Oswaldo R. “História de Santa Catarina”. 2ª edição. Editora Laudes, 1970.

CAILLÉ, Alain “A dominância do mercado”. In: AYMARD, Maurice (et al.). “Ler Braudel”. Tradução de Beatriz Sidou. Campinas (SP): papirus, 1989. pp 97-135.

CAIRE JABINET, Maria Paule. “Introdução à Historiografia”. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru (SP): EDUSC, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas”. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org). “O campesinato na história”. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

CARDOSO, Ruth C. L. “Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo”. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. “As relações oficiais russo-soviéticas com o Brasil (1808-1961)”. <http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/rbpi/1993/126.pdf>, acesso em 04/11/2006, às 19:10.

CORRÊA, Carlos Humberto P. “História de Florianópolis – Ilustrada”. 2ª edição. Florianópolis: Insular, 2005.

DUARTE, Adriano Luiz. “A criação do estranhamento e a construção do espaço público”. Acervo Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v.10, nº02. pp.129-146. jul/dez 1997.

FAUSTO, Boris. “Imigração: cortes e continuidades”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (organizadora do volume). “História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade”. São Paulo: companhia das letras, 1998. – (História da vida privada no Brasil, 04. Fernando Novais coordenador-geral da coleção). Pp.13-61.

FLORES, Moacyr. “Japoneses no Rio Grande do Sul”. “Revista Veritas: tomo XX”, nº77. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, março de 1975.

FOUCAULT, Michel. “A verdade e as forma jurídicas”. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.

GASPARI, Élio. “A ditadura envergonhada”. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

GOULARTI FILHO, Alcides. “Formação econômica de Santa Catarina”. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HARO, Martim Afonso Palma de (org). “Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX”. Florianópolis: editora da UFSC, editora Lunardelli, 1996.

HASHIMOTO, Francisco. “Sol nascente no Brasil: cultura e mentalidade”. Assis (SP): HVF Arte e Cultura, 1995.

“História da Imigração no Brasil: as Famílias”. 6ª edição comemorativa ao I aniversário da nova república. São Paulo: Serviço Nacional de Divulgação Cultural Brasileiro. [s/d].

HOBBSAWM, Eric J. “A era do capital, 1848 – 1875”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IANNI, Octavio. “A Sociedade Global”. – 12ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

KIMURA, Rosângela. “Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná 1930-1950. De cores proibidas ao perigo amarelo”. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá (PR), 2006.

KLEIN, Herbert S. “Migração Internacional na História das Américas”. In: FAUSTO, Boris (org). “Fazer a América”. 2ª edição. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2000. pp.13-31.

KODAMA, Kaori. “O Sol nascente do Brasil: um Balanço da imigração japonesa”. In: “Brasil: 500 anos de povoamento”. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, centro de documentação e disseminação de informações. – Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LAGO, Paulo Fernando. “A terra e o homem”. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos (organizador). “Santa Catarina no século XX ensaios e memória fotográfica”. Florianópolis: Editora da UFSC: Fundação Catarinense de Cultura (FCC) Edições, 2000.

LESSER, Jeff. “A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil”. Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. – São Paulo: editora UNESP, 2001.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. “Japão: o capital se faz em casa”. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LINS, Hoyêdo Nunes. “O alvorecer de um Novo Século”. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos (organizador). “Santa Catarina no século XX ensaios e memória fotográfica”. Florianópolis: Editora da UFSC: Fundação Catarinense de Cultura (FCC) Edições, 2000. pp.196-216.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. “Campos de atraso, campos modernos: discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975)”. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis: Pós-graduação em História, 1997.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. “A Cidade Contra o Campo”. In: BRANCHER, Ana (organizadora). “História de Santa Catarina. Estudos contemporâneos”. 2ª edição. Florianópolis: letras contemporâneas, 2001.

MACHADO, Paulo Pinheiro. “Política de Colonização no Império”. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. “Bugres, Tropeiros e Birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano”. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (organizadoras). “História de Santa Catarina no século XIX”. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

MACHADO, Paulo Pinheiro. “Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)”. Campinas (SP): Ed. UNICAMP, 2004.

MALTA, Jacy Castro. “Os japoneses na localidade do Rio Novo, em Itajaí”. Monografia de especialização em História do Brasil. Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Itajaí, 1991.

MARCOS, Valéria de. “Comunidade sinsei (u)topia e territorialidade”. Mestrado em Geografia Humana. Dissertação apresentada no curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

MARQUES, Cláudia Lima; DOLL, Jonhannes. “Apresentação”. Im: “Cadernos do Programa de pós – Graduação em Direito – PPGDir/UFRGS. Edição Especial”. V.1, n.3 (nov.2003). Porto Alegre: PPGDir./UFRGS, 2003. pp

MATTEI, Lauro Francisco. “Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina”. Tese de doutoramento. Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas (SP): 1999.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos”. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org). “Campesinato na história”. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

NAKAMURA, Takafusa; GRACE, Bernard R. G. “Desenvolvimento econômico do Japão Moderno”. Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão, 1985.

NETO, Wenceslau Gonçalves. “Estado e Agricultura no Brasil: política e modernização econômica brasileira 1960-1980”. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. “Considerações gerais sobre a imigração japonesa: para o estado de São Paulo entre 1908 e 1922”. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. “Assimilação e integração dos japoneses na Brasil”. Petrópolis: ed.Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. “Brasil e Japão interligados pelo movimento imigratório”. In: HOLANDA, Heloisa Buarque; CAPELATO Maria Helena Rolim (coordenadoras). “Relações de gênero e diversidades culturais nas américas”. Rio de Janeiro: expressão e cultural; São Paulo: Edusp, 1999.

NOVAES, Regina Reyes. “Três mulheres de luta: notas sobre campesinato e reforma agrária no Brasil” In: CHEVITARESE, André Leonardo (org). “O campesinato na história”. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

OGAWA, Kazumi; KAYAMA, Haruhiko e YAMAMOTO, Kazunori (organizadores). “O Caminho dos 40 anos da colônia Celso Ramos”. Curitiba (SC); Florianópolis: Associação Cultural Brasil-Japão de Núcleo Celso Ramos – Imprensa oficial do Estado de Santa Catarina (IOESC), 2004.

OUTUKI, Anderson; OUTUKI, Élson Kiyotaka. “A Colonização Nipônica de Santa Catarina”. In: Tecendo relações, 200 anos de encontros entre Brasil e Japão, Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS. Edição Especial. V.1, n.3 (novembro de 2003). Porto Alegre: PPGDir./UFRGS, 2003.

PADILHA, Dráuzio Leme. “CAC, cooperativismo que deu certo”. São Paulo: Cooperativa Agrícola de Cotia, Cooperativa Central, 1989.

PAULILO, Maria Inez Silveira. “Terra à vista...e ao longe”. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

PEDRO, Joana Maria. “Mulheres do Sul” In: PRIORE, Mary Del (org). “História das mulheres no Brasil”. – São Paulo: Contexto, 1997. pp.179-280.

PETRONE, Maria Tereza Schörer. “Imigração”. In: FAUSTO, Boris. “História Geral da civilização brasileira”. Tomo III. O Brasil Republicano. 2º volume. Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1977.

PETRONE, Maria Tereza Schörer. “O imigrante e a pequena propriedade. (1824-1930)”. São Paulo: editora brasiliense, 1982.

PIAZZA, Walter Fernando. “A colonização de Santa Catarina”. 3ª edição. – Florianópolis: Lunardelli, 1994.

Revista Globo Rural Virtual
<http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC578272-1641,00.html> acesso em 14/01/2007, às 19:25 horas.

RAUD, Cécile. “Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da experiência catarinense”. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1999.

SAITO, Hiroshi. “Apresentação”. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi (organizadores). “Assimilação e integração dos japoneses no Brasil”. Petrópolis (RJ): ed. Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

SAITO, Hiroshi (organizador). “A presença japonesa no Brasil”. (Coleção coroa vermelha: estudos brasileiros). São Paulo: T.A. Queiroz editor: editora da Universidade de São Paulo, 1980.

SAKURAI, Célia. “Primeiros pólos da imigração japonesa no Brasil”. Revista USP Dossiê Brasil-Japão. Universidade de São Paulo, setembro/outubro/novembro 1995. Número 37. pp.32-45.

SAKURAI, Célia. “Imigração tutelada: os japoneses no Brasil”. Tese de doutorado em Antropologia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2000.

SAKURAI, Célia. “Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941)”. In: FAUSTO, Boris (org). “Fazer a América”. 2ª edição. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. pp.201-238.

SALAMONI, Giancarla; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. “Princípios sobre o ecodesenvolvimento e suas relações com a agricultura familiar”. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira e MENDES, Iandara Alves (organizadoras). “Teoria, técnica, espaços e atividades: temas da Geografia contemporânea”. – Rio Claro (SP): Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP; Associação de Geografia Teórica – AGETEO, 2001.

SASAKI, Elisa Massae. “Movimento de kassegui. A experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão”. In: REIS, Rossana Rocha; SALES, Teresa (organizadoras). “Cenas do Brasil migrante”. São Paulo: Boitempo editorial, 1999. pp.243-274.

SCHMITZ, Sérgio. “Planejamento Estadual: a experiência catarinense com o plano de metas do governo – PLAMEG (1961-1965)”. Florianópolis: Editora da UFSC; FESC/UNESC, 1985.

SCHNEIDER, Sérgio. “Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul”. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SEYFERTH, Giralda. “Imigração e cultura no Brasil”. Brasília: editora da universidade de Brasília, 1990.

SEYFERTH, Giralda. “A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito”. IN: FAUSTO, Boris (org). “Fazer a América”. 2º edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. pp.273-313.

SILVA, José Graziano. “O que é questão agrária”. 4ªedição. São Paulo: editora brasiliense, 1981.

SILVA, Rogério Forastieri da. “História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia”. Bauru (SP): EDUSC, 2001.

SIMIAND, François. “Método histórico e ciência social”. Tradução José Leonardo do Nascimento. Bauru (SP): EDUSC, 2003.

TSUKAMOTO, Tetsundo. “Sociologia do Imigrante: algumas considerações sobre o processo migratório”. SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. “Assimilação e integração dos japoneses no Brasil”. Petrópolis (RJ), São Paulo: editora vozes, editora da Universidade de São Paulo, 1973. pp.13-31.

“Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil”. Comissão da de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil. – São Paulo: Hucitec: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa. 1992.

WAGNER, Philip L; MIKESSELL, Marvin W. “Os Temas da Geografia Cultural”. In: CORRÊA, Roberto Lobato; RSENDAHL, Zeny (organizadores). “Introdução à Geografia Cultural”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

YAMASHIRO, José. “Choque luso no Japão dos séculos XVI e XVII”. São Paulo: Ibrasa, 1989.